



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Instruções de Preenchimento do DLO - regra geral e para não optantes pela apuração do RWA_{RPS}

SUMÁRIO

I	Objetivo	02
II	Orientações Gerais	02
III	Orientações Gerais Sobre o Arquivo XML	04
IV	Orientações Específicas	05
1	Detalhamento do Cálculo de Apuração do PR (Situação da Instituição)	05
2	Detalhamento da Apuração dos Requerimentos Mínimos em Relação ao RWA	06
3	Detalhamento do Cálculo de Apuração do Limite de Imobilização	06
4	Modelos Internos	07
5	Detalhamento do Cálculo da Razão de Alavancagem (RA)	07
V	Tabelas	08
	Tabela 001 – Limites	08
	Tabela 002 – Informação se o limite foi enviado	09
	Tabela 003 – Contas	09
	A) detalhamento do patrimônio de referência (PR)	09
	B) detalhamento do limite de imobilização	27
	C) detalhamento da apuração dos requerimentos mínimos em relação ao RWA	28
	D) detalhamento da parcela do RWA referente ao risco de crédito (RWA_{CPAD})	39
	E) detalhamento da parcela do RWA referente ao risco operacional (RWA_{OPAD})	58
	F) detalhamento referente ao risco da carteira “banking” (R_{BAN})	70
	G) detalhamento da parcela do RWA_{MINT}	73
	H) detalhamento da apuração da razão de alavancagem	73
	Tabela 004 – Código do elemento	84
	Tabela 005 – Percentuais aplicáveis ao capital	85
	Tabela 006 – Código do parâmetro	87
	Tabela 007 – Opção da metodologia de risco operacional	87
	Tabela 009 – Subcontas – RWA_{CPAD}	88
	Tabela 010 - Fatores de ponderação de exposições	88
	Tabela 011 - Mitigadores de risco	93
	Tabela 012 – FCL/FCC/FEPP	95
	Tabela 024 - Tipo	95
	Tabela 013 – Informação sobre fusão, cisão e ou incorporação	98
	Tabela 014 – Indicador de inclusão e substituição de documento	98
	Tabela 019 – Metodologia de Cálculo da R_{BAN}	98
	Tabela 023 – Opção por exclusão total ou parcial da partição de não controladores	99
	Tabela 015 - Fator de ponderação aplicado à linha de negócio (beta)	99
	Tabela 016 - Período anual	100
	Tabela 017 – Linhas de negócios RWA_{OPR}	100
	Tabela 021 – Fator F” para Cálculo da Parcela RWA_{CAM}	100
	Tabela 022 – Fator F aplicável	101
VI	Sistema Limites	101



BANCO CENTRAL DO BRASIL

I. OBJETIVO

- 1) O Demonstrativo de Limites Operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil, na data-base de apuração. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações:

- a) Apuração da situação da Instituição;
- b) Apuração da exigência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado.

II. ORIENTAÇÕES GERAIS

- 1) O Documento 2061 se destina à apresentação de informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados, enquanto o documento 2071 destina-se a apresentação de informações de conglomerados financeiros e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados, exceto cooperativas de crédito e as sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte.

- 2) Quando se tratar de conglomerados prudenciais (doc. 2061) e conglomerados financeiros (doc. 2071) as informações deverão estar devidamente consolidadas.

- 3) O encaminhamento dos documentos 2061 e 2071 é devido a partir de janeiro de 2015. Para situações específicas ocorridas após essa data, devem ser observadas as regras a seguir.

- Instituições individuais novas

A remessa é devida desde a data de publicação no Diário Oficial da autorização para o funcionamento por este Banco Central. Na hipótese de ainda não possuírem o CNPJ definitivo, as datas-bases que porventura permanecerem pendentes de encaminhamento por este motivo, deverão ser enviadas após registro do mesmo no módulo Dados Básicos do Unicad.

- Instituições anteriormente desobrigadas da remessa do documento

Instituições que passaram a ser obrigadas da remessa por motivo de mudança de objeto social, de sua exclusão de conglomerado financeiro, de reinício de atividade ou de outro motivo regulamentar, o encaminhamento dos documentos DLO 2061 e 2071 é devido desde a data registrada no Unicad para o fato motivador;

- Incorporações

Nos casos de incorporação de entidade supervisionada, a sociedade incorporadora deverá encaminhar os documentos DLO 2061 e 2071 consolidado com as informações da(s) incorporada(s) desde a data da Assembleia que aprovou a operação. A(s) sociedade(s) incorporada(s) deverá(ao) suspender o envio do documento a partir desta mesma data-base.

- 4) Para as instituições que remetem o documento 2061 são devidas as informações relativas aos detalhamentos das parcelas RWA_{CPAD} , RWA_{OPAD} e do Risco da Carteira “Banking” – R_{BAN} , enquanto para as instituições que remetem o documento 2071 são devidas as informações relativas ao detalhamento das parcelas RWA_{CPAD} e RWA_{OPAD} . A partir da data-base Outubro/2015, o documento 2061 terá o acréscimo do detalhamento do cálculo da Razão de Alavancagem (RA), que deverá ser informada pelos Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais, Bancos de Investimento, Bancos de Desenvolvimento, Bancos de Câmbio, Caixas Econômicas e Cooperativas de Crédito Não Optantes pelo RPS. (NR)

- 5) O leiaute dos documentos 2061 e 2071 contempla todas as informações que deverão ser prestadas pelas



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Instituições Financeiras e Demais Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com a Carta-Circular que trata da remessa do DLO.

- 6) Para auxiliar na apuração dos valores estamos disponibilizando modelos de arquivos em formato Excel de todas as informações que serão objeto dos documentos 2061 e 2071.
- 7) O documento é único e deve ser preenchido com todas as informações solicitadas, inclusive com as informações relativas aos detalhamentos da RWA_{CPAD} , RWA_{OPAD} , do R_{BAN} e da RA, quando cabível, de forma que qualquer substituição envolverá a troca de todas as informações. **(NR)**
- 8) As informações a serem apresentadas no 2061 e no 2071 devem ser baseadas nos registros contábeis definitivos, posteriores aos atos societários, de forma que se espera que as informações apresentadas no DLO sejam compatíveis, para as datas base de junho e dezembro, com aquelas constantes do balanço, e nos demais meses, com as constantes do balancete. Quando se tratar de apuração das parcelas de requerimento de capital relacionadas a risco de mercado deve-se considerar as informações relativas às posições de fechamento e aos valores de parâmetros válidos no penúltimo dia útil do mês da data-base, conforme dispõe a Carta-Circular 3.350/08, com observância do comunicado nº 23.117 (o qual indica que no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) para a data (t) informa-se para os parâmetros de risco de mercado a posição de (t-1)). Para o cálculo da parcela do RWA para risco operacional segundo abordagem padronizada - RWA_{OPAD} deve considerar as informações de receitas e despesas do balancete de fechamento de exercício dos últimos 6 semestres, exceto no caso de conglomerados prudenciais e para as databases sujeitas a regra de transição prevista na circ. 3.739/14.
- 9) Os documentos 2061 e 2071 devem ser encaminhados por data-base e devem obedecer a critério sequencial, no qual é necessário o encaminhamento do documento relativo à data-base anterior para que o sistema recepcione com sucesso o documento da data-base subsequente.
- 10) Os valores a serem informados devem ser apurados de acordo com os normativos abaixo relacionados:

a) Resoluções

Resolução 2.283, de 5 de junho de 1.996;
Resolução 2.669, de 25 de novembro de 1.999;
Resolução 2.723, de 31 de maio de 2.000;
Resolução 3.464, de 26 de junho de 2007;
Resolução 4.192, de 1º de março de 2013, com redação dada pela Res. 4.278/13;
Resolução 4.193, de 1º de março de 2013, com redação dada pela Res. 4.281/13;
Resolução 4.194, de 1º de março de 2013;
Resolução 4.280, de 31 de outubro de 2013;
Resolução 4.311, de 20 de fevereiro de 2014.

b) Circulares

Circular 3.398, de 23 de julho de 2.008, com redação dada pela Circ. 3.686/13;
Circular 3.634, de 4 de março de 2.013;
Circular 3.635, de 4 de março de 2.013;
Circular 3.636, de 4 de março de 2.013;
Circular 3.637, de 4 de março de 2.013;
Circular 3.638, de 4 de março de 2.013, com redação dada pela Circ. 3.677/13;
Circular 3.639, de 4 de março de 2.013;
Circular 3.640, de 4 de março de 2.013, com redação dada pela Circ. 3.675/13;
Circular 3.641, de 4 de março de 2.013, com redação dada pela Circ. 3.662/13;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Circular 3.642, de 4 de março de 2.013;
Circular 3.643, de 4 de março de 2.013, com alterações instituídas pela Circ. 3.730/14;
Circular 3.644, de 4 de março de 2.013, com alterações instituídas pelas Circ. 3.679/13, 3.696/14, 3.714/14 e 3.730/14;
Circular 3.645, de 4 de março de 2.013;
Circular 3.646, de 4 de março de 2.013, com redação dada pela Circ. 3.674/13;
Circular 3.647, de 4 de março de 2.013, com redação dada pela Circ. 3.676/13;
Circular 3.648, de 4 de março de 2.013, com redação dada pela Circ. 3.673/13;
Circular 3.726, de 6 de novembro de 2.014.
Circular 3.748, de 27 de Fevereiro de 2015. (NR)

c) Cartas-Circulares

Carta-Circular 3.350 de 12 de novembro de 2008;
Carta-Circular 3.616 de 12 de dezembro de 2013;
Carta-Circular 3.626 de 27 de dezembro de 2013;
Carta-Circular 3.681, de 24 de novembro de 2.014.

d) Comunicados

Comunicado 23.117, de 09 de novembro de 2012

- 11) As descrições das contas da TABELA 003 podem conter fórmulas de apuração, as quais podem apresentar indeterminações, quando apresentam operações de divisão, e o denominador é nulo. Nestes casos o tratamento adequado é considerar o valor da operação de divisão como zero.
- 12) As contas 102, 106, 150, 911, 953, 960, e do grupo de contas 140, 160 e 890 estarão disponíveis apenas para o documento 2061. (NR)

III – ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O ARQUIVO XML

- 1) O arquivo deve começar, na primeira linha, com o campo Instrução de Processamento em conformidade com o Leiaute do documento, e como descrito no arquivo exemplo.
- 2) A segunda linha deverá conter sequencialmente os campos “documentoDLO”, “CNPJ da instituição”, “Data-base”, “codigoDocumento” e “tipoEnvio”. Para esses campos deve-se atentar para os seguintes pontos: o CNPJ informado deverá ser composto pelos 8 primeiros algarismos do CNPJ da instituição não vinculada a conglomerado, ou pelo CNPJ da instituição líder de conglomerado, conforme o caso; a data-base deve vir no formato AAAA-MM, com atenção especial ao separador “-”; o campo codigoDocumento deve ser preenchido com o código 2061 ou 2071, conforme o caso ; para o campo tipoEnvio”, espera-se a atribuição de “I” ou “S”, conforme TABELA 014, para indicar que se trata de inclusão de documento ou substituição de documento .
- 3) No campo “Limites informados pela instituição” são informados os códigos dos limites a que a instituição está sujeita. Este campo possui tags para indicar se as informações relativamente a cada limite foram enviadas, ou seja, que as contas relativas à apuração desses limites foram informadas, conforme TABELA 001 e TABELA 002.
- 4) No campo “Parâmetro”, são informados os códigos dos parâmetros, conforme TABELA 006, que indicam situações específicas para diferentes instituições. Para o código parâmetro “3”, espera-se a atribuição de um dos valores definidos na TABELA 007, correspondentes à opção de abordagem do cálculo do risco operacional; se a instituição não estiver sujeita ao limite 05 da TABELA 002, não deverá informar esta linha. Para o código parâmetro “11”, espera-se a atribuição de um dos valores definidos na TABELA 013, correspondente à informação de que a



BANCO CENTRAL DO BRASIL

instituição passou por processo de fusão, cisão ou incorporação no período base de apuração do risco operacional (últimos 6 semestres findos); se a instituição não estiver sujeita ao limite 05 da TABELA 001, não deverá informar esta linha.

- 5) No campo “Contas”, os valores devem ser informados em conformidade com as descrições das contas na TABELA 003. Os valores devem ser registrados em unidade monetária R\$ 1,00, com 2 (duas) casas decimais separadas por “.”, o valor deve ser truncado após as casas decimais, ignorando-se frações de centavos. As contas podem possuir *tags*, para detalhamento dos valores informados. As descrições dessas *tags* são dadas abaixo, e diferem para cada conjunto de contas “A”, “D”, “E” e “F” destacados na TABELA 003.
- 6) Os códigos de elementos pertinentes a cada grupo de informações (“A” a “F” da TABELA 003) sempre deverão ser informados, independentemente de serem ou não aplicáveis a uma conta específica, caso em que deverá ser utilizado o código apropriado de “não se aplica”, ou zero quando representar valor. Os códigos de elementos estão relacionados na TABELA 004 e detalhados nas TABELAS 009, 010, 011, 012 e 024. Os códigos atribuídos aos elementos acima referenciados, além de estarem definidos nas tabelas indicadas acima devem corresponder ao previsto no relatório de configuração de contas previsto no item V-D; caso não haja correspondência cada instituição poderá solicitar ao Desig a alteração da configuração das contas, conforme previsto no item V-D.
- 7) Os valores das contas são detalhados em *tags*, representativas de valores, cuja soma (valorDetalhe) deverá bater com o saldo da conta. Caso a soma dos detalhamentos não bata com o valor da conta o documento será rejeitado; em caso de detalhamento único, o valor do detalhamento (valorDetalhe) deverá bater com o saldo da conta.
- 8) Os valores reportados como exposições bem como aqueles excluídos do RWA, por representarem exposições excluídas do RWA, ou não representarem exposições, para os quais existam registros na contabilidade, devem ser acompanhados de detalhamento que façam a reconciliação contábil.
- 9) Cada conta de apuração do RWA_{CPAD} e do PR deve ser acompanhada de detalhamento com os campos próprios para código de conta Cosif (codigoCosif) e valores associados a conta (saldoCosif). O código de conta Cosif deve ser informado no maior nível de desmembramento de contas Cosif existente. O saldo cosif deve ser informado com o saldo constante no demonstrativo contábil (4010/4016/4020/4026/4040/4046/4060/4066) compatível com o DLO da data-base, na proporção em que represente valor tratado na conta DLO. O somatório dos saldos informados neste detalhamento deve corresponder ao saldo informado tag valorCosif. Valores que reduzem o valorCosif devem ser informados com o sinal negativo. Valores positivos devem ser informados sem sinal. As contas sujeitas a este detalhamento serão objeto de indicação pelo relatório de configuração de contas.

IV – ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

1 – Detalhamento do Cálculo de Apuração do PR (Situação da Instituição)

Base Normativa: Resolução 4.192/13

Detalhamento do Cálculo de Apuração do Patrimônio de Referência - PR: O PR é apurado a partir da soma do Patrimônio de Referência Nível 1 – N1 - com o Patrimônio de Referência Nível 2 – N2. O N1 por sua vez é apurado a partir da soma do Capital Principal – CP – com o Capital Complementar – CC. O CP é apurado a partir do Capital Social da Instituição Financeira, após adições e deduções de contas patrimoniais e de resultado, e deduções de ajustes prudenciais associados a características dos ativos da instituição. Essas informações devem partir dos registros contábeis relativos à instituição individual não integrante de consolidados (documentos 2061 e 2071) ou a partir das informações dos consolidados prudenciais (doc. 2061) e financeiros (doc. 2071), a partir de janeiro de 2015.

$$PR = N1 + N2;$$

$$N1 = CP + CC$$



BANCO CENTRAL DO BRASIL

A demonstração de apuração do PR deve ser acompanhada de reconciliação contábil conforme item 9 do capítulo III dessas instruções de preenchimento.

2 – Detalhamento da Apuração dos Requerimentos Mínimos em Relação ao RWA

Base Normativa: Res. 4.193/13

2.1) RWA

Detalhamento do Cálculo do RWA (ativos ponderados por risco): O RWA corresponde à soma das seguintes parcelas: $RWA_{CPAD}, RWA_{CIRB}, RWA_{MPAD}, RWA_{MINT}, RWA_{OPAD}$ e RWA_{OAMA} .

2.1.1) RWA_{CPAD} parcela relativa às exposições, ao risco de crédito, sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada em conformidade com a Circ. 3.644/13. Para a apuração do valor da exposição devem ser deduzidos os respectivos adiantamentos recebidos, provisões e rendas a apropriar. A demonstração de apuração do RWA_{CPAD} deve ser acompanhada de reconciliação contábil conforme itens 8 e 9 do capítulo III dessas instruções de preenchimento.

2.1.2) RWA_{CAM} parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada em conformidade com a Circ. 3.641/13.

2.1.3) RWA_{JUR} :

2.1.3.1) RWA_{JUR1} - parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada em conformidade com a Circ. 3.634/13

2.1.3.2) RWA_{JUR2} - parcela relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada em conformidade com a Circ. 3.635/13.

2.1.3.3) RWA_{JUR3} - parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada em conformidade com a Circ. 3.636/13.

2.1.3.4) RWA_{JUR4} - parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de taxas de juros cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada em conformidade com a Circ. 3.637/13.

2.1.4) RWA_{COM} - parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities) cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada em conformidade com a Circ. 3.639/13.

2.1.5) RWA_{ACS} - parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada em conformidade com a Circ. 3.638/13.;

2.1.6) RWA_{OPAD} - parcela referente ao risco operacional cujo requerimento de capital é calculado com base na Circ. 3.640/13;

2.2) R_{BAN}

Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros, não classificadas na carteira de negociação, na forma da Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007 (artigo 13 da Res. 4.193/13).

Conforme disposto na Circular 3.365, as metodologias de gestão e alocação de capital para as operações não classificadas na carteira de negociação são próprias de cada instituição. Os critérios, premissas e procedimentos utilizados devem ser consistentes, passíveis de verificação, documentados e estáveis ao longo do tempo. Assim, o cálculo do capital para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação não resulta, necessariamente, dos testes de estresse realizados com os parâmetros mencionados nos incisos II e III do art. 2º da Circular nº 3.365. Esses resultados são enviados ao Banco Central apenas para análise interna de “benchmarking”.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

2.3) Apuração das Margens

Apurados o RWA e o PR, com seus componentes, apura-se os requerimentos baseados em percentuais do RWA, para cada um dos componentes do PR. As margens de requerimento sobre o capital principal, sobre o nível 1 do PR e sobre o PR, são apurados, respectivamente, pela diferença entre o PR e o requerimento para o PR, o nível 1 do PR e o requerimento para o nível 1, capital principal e o requerimento para o capital principal. Complementarmente, com base nos percentuais definidos de suficiência do adicional de capital principal, também apurado como proporção do RWA, apura-se as correspondentes suficiências/insuficiências.

3 – Detalhamento do cálculo de Apuração do Limite de Imobilização

A informação referente ao detalhamento do cálculo do limite de imobilização é devida apenas para o conglomerado prudencial e as instituições individuais não-vinculadas a conglomerados que remetem o documento 2061.

3.1) Base Normativa:

- a) Resolução 2.283/96;
- b) Resolução 2.669/99;

3.2) Cálculo do Limite:

- a) o valor do limite de imobilização equivale a 50% (cinquenta por cento) do PR_LI - Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização ($LI = 0,50 \times PR_LI$);
- b) o valor da situação para o limite de imobilização é igual ao ativo permanente menos as deduções previstas;
- c) considera-se que a instituição está enquadrada neste limite quando o valor da situação for menor ou igual ao valor do limite.

4 – Modelos Internos

Algumas instituições financeiras, mediante solicitação, e após aprovação pela Supervisão Direta do Banco Central do Brasil poderão se habilitar a calcular as parcelas de Risco definidas na Resolução 4.193/13, segundo Modelos Internos.

4.1) Modelo Interno de Risco de Mercado

4.1.1) Base Normativa: Circular 3.646/13.

4.1.2) Atualmente encontra-se em vigor a Circular nº 3.646/13, que estabelece os requisitos mínimos e os procedimentos de cálculo, por meio de modelos internos de risco de mercado. Tais informações serão encaminhadas ao Banco Central do Brasil junto ao DLO em contas específicas que detalham as informações requeridas. No Grupo G da Tabela 003 - Contas, são apresentadas as instruções de preenchimento das contas de uso exclusivo das instituições autorizadas a utilizarem modelo interno de risco de mercado.

5 – Detalhamento do Cálculo da Razão de Alavancagem (RA) (NR).

As informações referentes ao detalhamento do cálculo da RA é devida pelos Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais, Bancos de Investimento, Bancos de Desenvolvimento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Bancos de Câmbio, Caixas Econômicas e Cooperativas de Crédito não optantes pelo Regime Prudencial Simplificado (RPS) que remetem



BANCO CENTRAL DO BRASIL

o documento 2061, apuradas em bases consolidadas para as instituições integrantes do conglomerado prudencial tendo como data-base o último dia de cada mês. O Desig poderá solicitar a apuração das informações para datas-base diversas da estabelecida acima. Este detalhamento será devido a partir da data-base Outubro/2015.

5.1) Base Normativa:

- a) Circular 3.748, de 27 de Fevereiro de 2015;

5.2) Cálculo da RA:

- a) a RA é apurada pela divisão do PR de Nível I Ajustado, pela Exposição Total, com o resultado sendo apresentado em percentual ($\text{Conta 140} = 100 * (\text{conta 108}/\text{conta 141})$);
- b) O valor de exposição relativa à aplicação de recursos financeiros em bens e direitos e ao gasto ou à despesa registrados no ativo, deve ser determinado segundo os critérios estabelecidos no Cosif, excetuando-se a revenda a liquidar, no caso de operação compromissada de compra com compromisso de revenda, os títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimos e as operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos, cujo valor de exposição deve seguir o disposto nos artigos 8º a 18 da Circ. 3.748/15. Artigo 6º, parágrafo único da Circular 3.748/15;
- c) Na apuração da exposição não pode ser reconhecido nenhum instrumento mitigador de risco de crédito para fins de redução da exposição e devem ser deduzidos os adiantamentos recebidos, provisões e rendas a apropriar. Os valores informados devem ser positivos, excetuando as contas do subgrupo 146.02 que devem ser zero ou negativos.
- d) Os valores das contas DLO citadas nas descrições de contas da RA referem-se ao elemento 2 ou ao somatório destes.
- e) Os valores informados devem ser positivos, excetuando as contas do subgrupo 14.02 que devem apresentar valor nulo ou negativos.

V - Tabelas

1 – Tabelas do Lay-Out

- TABELA 001 define os códigos dos limites a serem apurados pelas Instituições Financeiras não-vinculadas a Conglomerados, pelos Conglomerados Prudenciais e Conglomerados Financeiros cujas informações serão informadas no DLO, lembrando que o limite de código 03.00 é devido apenas para o documento 2061.

TABELA 001 – LIMITES (NR)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
03.00	Limite de Imobilização
05.00	Limite de Compatibilização do PR com o PRE
09.00	Razão de Alavancagem (RA)

- TABELA 002 define se no documento a instituição prestou a informação para cada um dos limites definidos na TABELA 001. Assumindo que a instituição esteja sujeita a determinado limite, deverá informar o atributo “enviado” = “S” e



BANCO CENTRAL DO BRASIL

informar o conjunto de contas que tratam do referido limite. Caso a instituição não esteja sujeita a algum dos limites, conforme normativos, deverá informar “N”.

TABELA 002 – INFORMAÇÃO SE O LIMITE FOI ENVIADO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
S	SIM – as informações relativas ao limite foram encaminhadas no documento.
N	NÃO – as informações relativas ao limite não foram encaminhadas no documento.

- TABELA 003 define e descreve as contas e os valores. As contas estão segregadas em 7 grupos, conforme o limite ou detalhamento de limite de que trata: Detalhamento do Patrimônio de Referência - PR, Detalhamento do Limite de Imobilização, Detalhamento dos requerimentos mínimos de PR, Nível 1 e Capital Principal, Detalhamento da parcela do RWA, apurada por meio de abordagem padronizada, para exposições ao risco de crédito (RWA_{CPAD}), Detalhamento da parcela, apurada segundo abordagem padronizada, do RWA para risco operacional (RWA_{OPAD}), Detalhamento Referente ao Risco da Carteira de não negociação – Carteira “banking” (R_{BAN}) e Detalhamento da Razão de Alavancagem (RA). As contas referente ao detalhamento do limite de imobilização, ao detalhamento da R_{BAN} e ao detalhamento da RA não devem ser informadas no documento 2071. As informações referente à RA devem ser prestadas pelas instituições descritas no item 5 das Orientações Específicas e apenas para o documento 2061. No arquivo XML, as contas estão sujeitas a “tags”, que detalham a informação contida na conta. Tais detalhamentos destacam os valores que estão relacionados ao valor total da conta, sendo que cada um desses componentes, pode possuir combinações diferentes de elementos, para os quais são abertas linhas de detalhe. (NR)

TABELA 003 – CONTAS

A) DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

No arquivo XML, as contas da TABELA 003, com indicação de Detalhamento de Saldo, estão sujeitas, necessariamente, a tags, que detalham a informação contida na conta. Tais detalhamentos destacam: valores associados e percentuais (redutores e limitadores) a serem aplicados sobre esses mesmos valores de forma a se apurar os saldos das contas em questão. Nos detalhamentos são informados os detalhes, assumindo códigos de elementos 2 e 3. Ao código elemento “3” é atribuído o valor elemento da TABELA 005, correspondente ao código do redutor/limitador. Ao código elemento “2” é atribuído o valor elemento base de cálculo do detalhamento, ou seja, o valor antes da aplicação do redutor.

100 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR

Patrimônio de Referência, apurado pela soma dos saldos das contas 110 e 120.

BN: art. 2º da Res. 4.192/2013.

107 CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO

Valor do destaque de Capital autorizado pelo Banco Central do Brasil para aplicação exclusiva em operações de crédito com órgãos e entidades do setor público. O valor deverá ser deduzido do PR para efeito do cálculo de todos os limites operacionais, e do capital principal, do nível I, do Patrimônio de Referência para fins da verificação do cumprimento dos requerimentos mínimos previstos na Res. 4.193/13. Valor positivo.

BN: art.3º da Res. 2.827/01 e art. 11 da Res. 4.193/13;

110 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I

Patrimônio de Referência Nível I. Corresponde a soma dos saldos das contas 111 e 112.

BN: arts. 4º, 5º e 6º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111 CAPITAL PRINCIPAL – CP

Capital principal. Corresponde à soma dos saldos, das contas 111.01 a 111.08 deduzido dos saldos das contas 111.90 a



BANCO CENTRAL DO BRASIL

111.94.

BN: arts. 4º, 5º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.01 CAPITAL SOCIAL

Valor registrado em conta do Patrimônio Líquido, representativa do Capital Social da instituição constituído por quotas, quotas-partes, ou por ações não resgatáveis e sem mecanismos de cumulatividade de dividendos, não devem ser considerados os valores representativos de aumento de capital em processo de autorização que não decorram de incorporação de reservas e de sobras ou lucros acumulados. Os valores das reduções de capital em processo de autorização e de capital a realizar devem ser devidamente deduzidos do valor do capital social. Para as datas bases de junho e dezembro devem ser consideradas as informações do balanço, e nas demais datas bases as informações dos balancetes. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: arts. 4º, 5º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.02 RESERVAS DE CAPITAL, REAVALIAÇÃO E DE LUCROS

Valor registrado em contas do Patrimônio líquido representativas de Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação e Reservas de Lucros. Para as datas bases de junho e dezembro devem ser consideradas as informações do balanço, e nas demais datas bases as informações dos balancetes. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: alínea "b", inc. I do art. 4º da Res. 4.192/2013.

111.03 GANHOS NÃO REALIZADOS DE AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL EXCETO DE HEDGE DE FLUXO DE CAIXA

Somatório dos saldos das contas do Patrimônio líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial excetuado o valor do ajuste positivo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa. Valor positivo. O saldo será zero se houver perdas não realizadas. Sujeito a detalhamento Cosif. Para as datas bases de junho e dezembro devem ser consideradas as informações do balanço, e nas demais datas bases as informações dos balancetes.

BN: alínea "c", inc. I do art. 4º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.04 SOBRAS OU LUCROS ACUMULADOS

Soma dos saldos das contas do Patrimônio Líquido representativas de lucros acumulados, ou no caso das Cooperativas de Crédito, as sobras acumuladas. Valor positivo. O saldo será zero se houver perdas ou prejuízos acumulados. Sujeito a detalhamento Cosif. Para as datas bases de junho e dezembro devem ser consideradas as informações do balanço, e nas demais datas bases as informações dos balancetes.

BN: alínea "d", inc. I do art. 4º da Res. 4.192/2013.

111.05 CONTAS DE RESULTADO CREDORAS

Valor registrado em contas de resultado credoras. Para as datas-bases de junho e dezembro devem ser consideradas as informações do balanço, e nas demais datas bases as informações dos balancetes. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: alínea "a", inc. I e inciso I do parágrafo 1º do art. 4º da Res. 4.192/2013.

111.06 DEPÓSITO PARA SUFICIÊNCIA DE CAPITAL

Valor registrado em conta do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo representativa de depósito em conta vinculada para suprir deficiência de capital, constituído nos termos do art. 6º da Res. 4.019/2011. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: alínea "f", inc. I do art. 4º da Res. 4.192/2013.

111.07 AJUSTES POSITIVOS AO VALOR DE MERCADO DE DERIVATIVOS

Valor registrado em conta do Patrimônio Líquido, representativa do saldo do ajuste positivo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa. Não devem ser considerados os montantes relativos aos ajustes ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens que não tenham seus ajustes de marcação-a-mercado registrados contabilmente. Sujeito a detalhamento Cosif. Para as datas bases de junho e dezembro devem ser consideradas as informações do balanço, e nas demais datas bases as informações dos balancetes.

BN: alínea "g" do inc. I e § 2º do art. 4º da Res. 4.192/2013.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

111.08 OUTROS INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL

Saldo de outros elementos patrimoniais aprovados pelo Banco Central como elegíveis ao Capital Principal. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 14, art. 16 e art. 24 da Res. 4.192/2013 (arts. 16 e 24 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.90 EXCESSO DE CAPITAL PRINCIPAL AJUSTADO EM RELAÇÃO AO CAPITAL SOCIAL

Valor do eventual excesso do capital principal ajustado em relação ao limite de 200% do capital social. Este excesso não é aplicável às Cooperativas de Crédito. Corresponde ao maior valor entre zero e o saldo da conta 111.90.01 deduzido de 2 vezes o saldo da conta 111.01; no caso de cooperativas informar zero.

BN: parágrafo 3º do art. 25º da Res. 4.192/2013.

111.90.01 CAPITAL PRINCIPAL AJUSTADO I

Valor ajustado do Capital Principal para efeito do cumprimento do limite de 200% em relação ao Capital Social. Corresponde a soma dos saldos das contas 111.02, 111.03, 111.04, 111.07 e 111.08.

BN: parágrafo 1º do art. 25º da Res. 4.192/2013.

111.91 DEDUÇÕES DO CAPITAL PRINCIPAL EXCETO AJUSTES PRUDENCIAIS

Valor das deduções do capital principal desconsiderando os ajustes prudenciais. Corresponde à soma dos saldos das contas 111.91.01 a 111.91.07.

BN: inciso II do art. 4º, desconsiderando a alínea "f", da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.91.01 PERDAS NÃO REALIZADAS – DE AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL EXCETO HEDGE DE FLUXO DE CAIXA

Somatório dos saldos das contas do Patrimônio Líquido representativas das perdas não realizadas decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial excetuado o valor do ajuste negativo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa. Valor positivo. O saldo será zero se houver ganhos não realizados. Sujeito a detalhamento Cosif. Para as datas bases de junho e dezembro devem ser consideradas as informações do balanço, e nas demais datas bases as informações dos balancetes.

BN: alínea "a", inc. II da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.91.02 AÇÕES EM TESOURARIA E OUTROS INSTRUMENTOS DE EMISSÃO PRÓPRIA

Valor registrado em conta do Patrimônio Líquido representativa de ações em tesouraria elegíveis a compor o Capital Principal desconsideradas aquelas relativas a aumento de capital em processo de autorização, ou outros instrumentos de emissão própria, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética, inclusive por meio de: quotas de fundo de investimento, proporcionalmente à participação destes instrumentos na carteira do fundo; entidade assemelhada a instituição financeira ou por entidade não financeira, controlada; ou operações com derivativos, inclusive derivativos de índices, com exposição ativa. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: alínea "b" do inc. II e inc. I do § 1º do art. 4º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.91.03 PERDAS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Valor registrado em contas do Patrimônio Líquido representativas dos prejuízos acumulados, ou no caso das Cooperativas de Crédito, das perdas acumuladas. Valor positivo. O saldo será zero se houver ganhos ou lucros acumulados. Sujeito a detalhamento Cosif. Para as datas bases de junho e dezembro devem ser consideradas as informações do balanço, e nas demais datas bases as informações dos balancetes.

BN: alínea "c" do inc. II do art. 4º da Res. 4.192/2013.

111.91.04 CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS

Valor registrado como contas de resultado devedoras. Para as datas bases de junho e dezembro devem ser consideradas as informações do balanço, e nas demais datas bases as informações dos balancetes. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: alínea "d", inc. II do art. 4º da Res. 4.192/2013.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

111.91.05 AJUSTES NEGATIVOS AO VALOR DE MERCADO DE DERIVATIVOS

Valor registrado em conta do Patrimônio Líquido, representativa do saldo do ajuste negativo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa. Não devem ser considerados os montantes relativos aos ajustes ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens que não tenham seus ajustes de marcação-a-mercado registrados contabilmente. Sujeito a detalhamento Cosif. Para as datas bases de junho e dezembro devem ser consideradas as informações do balanço, e nas demais datas bases as informações dos balancetes.

BN: alínea "e" do inc. II e § 2º do art. 4º da Res. 4.192/2013

111.91.06 AÇÕES DO CONGLOMERADO OBJETO DE FINANCIAMENTO DE ENTIDADES DO CONGLOMERADO

Valor correspondente às ações que tiveram sua compra financiada, direta ou indiretamente, pela instituição emissora ou por qualquer entidade do conglomerado. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. III do §3º do art. 4º da Res. 4.192/13, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.91.07 AÇÕES DO CONGLOMERADO EMITIDAS COM EXPECTATIVA DE RESGATE, REEMBOLSO, AMORTIZAÇÃO, RECOMPRA OU CANCELAMENTO

Valor correspondente às ações para as quais a instituição tenha criado, na emissão, expectativa de resgate, reembolso, amortização, recompra ou cancelamento. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. II do §3º do art. 4º da Res. 4.192/13, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.92 AJUSTES PRUDENCIAIS EXCETO PARTICIPAÇÕES NÃO CONSOLIDADAS E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Saldo dos ajustes prudenciais ao Capital Principal, desconsiderando as participações em assembléias não consolidadas e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização. Corresponde à soma dos saldos das contas 111.92.01 a 111.92.12.

BN: artigo 5º, desconsiderando os incisos IV, V e VII, da Res. 4.192/2013, com redação dada pelas Resoluções 4.278/2013 e 4.311/2014.

111.92.01 AJUSTE PRUDENCIAL I - ÁGIOS PAGOS

Valor do ajuste prudencial decorrente de ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento na expectativa de rentabilidade futura. O valor base de apuração corresponde ao registrado no Ativo Permanente referente a ágios pagos, na aquisição de investimentos com fundamento na expectativa de rentabilidade futura; esse valor está sujeito à aplicação dos percentuais indicados no art. 11, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. I do art. 5º e art. 11 da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.92.02 AJUSTE PRUDENCIAL II - ATIVOS INTANGÍVEIS

Valor do ajuste prudencial relacionado a ativos intangíveis. Corresponde à soma dos saldos das contas 111.92.02.01 e 111.92.02.02.

BN: inc. II do art. 5º e art. 11 (com redação dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.

111.92.02.01 A PARTIR DE OUTUBRO DE 2013

Valor registrado em conta do Ativo Permanente referente a ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013. Sujeito à aplicação dos percentuais indicados no art. 11, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. II do art. 5º e art. 11 (com redação dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.

111.92.02.02 ANTES DE OUTUBRO DE 2013

Valor registrado em conta do Ativo Permanente referente a ativos intangíveis constituídos antes de 1º de outubro de 2013 e não amortizados integralmente até 31 de dezembro de 2017; devem ser deduzidos do capital a partir de 1º de janeiro de 2018. O saldo da conta será zero até dezembro de 2017. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: § 1º do art. 5º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.92.03 AJUSTE PRUDENCIAL III - ATIVOS ATUARIAIS



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Valor registrado referente a ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido, líquidos de passivos fiscais diferidos a ele associados, ao qual a instituição financeira não tenha acesso irrestrito. Aplicam-se os percentuais da TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. III do art. 5º e art. 11 (com redação dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.

111.92.04 AJUSTE PRUDENCIAL VI - NÃO CONTROLADORES

Valor referente à participação de não controladores no capital de: a) subsidiária que seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil – que exceda os requerimentos mínimos de capital principal de cada subsidiária. A instituição pode optar pela apuração mediante a utilização de fórmula de cálculo (§1º do art. 9º da Res. 4.192/2013) ou pela exclusão total da participação de não controladores; a opção deverá ser declarada por meio de parâmetro (TABELA 006 – código 22) – segundo domínio definido na TABELA 023. Aplicam-se os redutores do art. 11, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. VI do art. 5º, §§1º, 4º e 5º do art. 9º e art. 11 da Res. 4.192/2013 (inc. VI do art. 5º e art. 11 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.05 AJUSTE PRUDENCIAL VIII - CRÉDITO TRIBUTÁRIO DE PREJUÍZO FISCAL DE SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIÇÃO

Valor correspondente a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão fiscal das receitas de superveniência de depreciação de bens objeto de operações de arrendamento mercantil. É facultado deduzir do valor dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais (até o seu próprio valor) o saldo eventualmente remanescente de obrigações fiscais diferidas (exceto as associadas a ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido e a ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura, e aquelas decorrentes da restrição de compensação por autoridade fiscal relevante, em cada país, conforme §8º do art. 5º da Res. 4.192/13) após a dedução do montante de créditos tributários de diferença temporária conforme tratamento previsto no § 3º do art. 5 da Res. 4.192/2013. O Valor Base é apurado pela diferença entre a conta 111.92.05.01 e 111.92.05.90. Aplicam-se os percentuais indicados da TABELA 005, sobre o Valor Base.

BN: inc. VIII, §§ 4º, 5º e 8º (§8º com redação dada pela Res. 4.278/2013) do art. 5º e inc. I do art. 12 da Res. 4.192/2013.

111.92.05.01 TOTAL DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO DE PREJUÍZO FISCAL DE SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIÇÃO

Valor total dos créditos tributários de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação de bens objeto de operação de arrendamento mercantil. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. VIII, §§ 4º e 5º do art. 5º e inc. I do art. 12 da Res. 4.192/2013.

111.92.05.90 OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS COMPENSADAS COM CRÉDITO TRIBUTÁRIO DE PREJUÍZO FISCAL DE SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIÇÃO

Obrigações fiscais diferidas (exceto as associadas a ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido e a ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura, e aquelas decorrentes da restrição de compensação por autoridade fiscal relevante, em cada país, conforme §8º do art. 5º da Res. 4.192/13) da mesma entidade ou das entidades pertencentes ao mesmo conglomerado após a dedução do montante de créditos tributários de diferença temporária conforme tratamento previsto no § 3º do art. 5 da Res. 4.192/2013. O saldo desta conta adicionado ao saldo da conta 111.92.06.01.01.90 não pode superar a diferença quando positiva entre as contas 111.94.02.01.90 e 111.94.02.01.01. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: §§ 4º e 8º do art. 5º da Res. 4.192/2013 (§8º com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.06 AJUSTE PRUDENCIAL VIII - DEMAIS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE PREJUÍZO FISCAL E RELACIONADOS À CSLL

Valor do ajuste prudencial relacionados a créditos tributários de que trata o inc. VIII do art. 5º da Res. 4.192/13. Corresponde à soma dos saldos das contas 111.92.06.01 e 111.92.06.02.

BN: inc. VIII, §§4º e 5º do art. 5º e inc. II do art. 12 da Res. 4.192/2013.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

111.92.06.01 VALOR INFERIOR OU IGUAL A 10% NÍVEL I

Valor do ajuste prudencial para os créditos tributários tratados no inc. VIII do art. 5º da Res. 4.192/13, com o tratamento previsto na alínea "a" do art. 12 da Res. 4.192/13. O Valor Base corresponde ao mínimo entre os saldos das contas 111.92.06.01.01 e 111.92.06.01.02. Aplicam-se sobre o Valor Base os percentuais indicados na TABELA 005.

BN: inc. VIII, §§ 4º, 5º e 8º (§8º com redação da pela Res. 4.278/2013) do art. 5º e inc. II, alínea "a" do art. 12 da Res. 4.192/2013.

111.92.06.01.01 DEMAIS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE PREJUÍZO FISCAL E RELACIONADOS À CSLL - APÓS EVENTUAL COMPENSAÇÃO COM OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

Valor registrado referente a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, exceto decorrentes de superveniência de depreciação, créditos tributários decorrentes de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles originados de contribuição social sobre o lucro líquido relativo a períodos de apuração encerrados até 31.12.1998 apurados nos termos do art. 8º da Medida Provisória 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, limitado a até 10% do Patrimônio de Referência de Nível I apurado antes dos ajustes prudenciais. É facultado deduzir do valor dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até o seu próprio valor, do saldo eventualmente remanescente de obrigações fiscais diferidas (exceto as associadas a ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido e a ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura, e aquelas decorrentes da restrição de compensação por autoridade fiscal relevante, em cada país, conforme §8º do art. 5º da Res. 4.192/13) da mesma entidade ou das entidades pertencentes ao mesmo conglomerado após a dedução do montante de créditos tributários de diferença temporária conforme tratamento previsto no § 3º do art. 5 da Res. 4.192/2013. Corresponde ao saldo da conta 111.92.06.01.01.01 deduzido do saldo da conta 111.92.06.01.01.90.

BN: inc. VIII, §§ 4º, 5º e 8º (§8º com redação dada pela Res. 4.278/2013) do art. 5º e inc. II, alínea "a" do art. 12 da Res. 4.192/2013.

111.92.06.01.01.01 TOTAL DE DEMAIS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE PREJUÍZO FISCAL E RELACIONADOS À CSLL

Valor registrado referente a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, exceto decorrentes de superveniência de depreciação, créditos tributários decorrentes de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles originados de contribuição social sobre o lucro líquido relativo a períodos de apuração encerrados até 31.12.1998 apurados nos termos do art. 8º da Medida Provisória 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. VIII do art. 5º da Res. 4.192/2013.

111.92.06.01.01.90 OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS COMPENSADAS COM DEMAIS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE PREJUÍZO FISCAL/CSLL

Obrigações fiscais diferidas (exceto as associadas a ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido e a ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura, e aquelas decorrentes da restrição de compensação por autoridade fiscal relevante, em cada país, conforme §8º do art. 5º da Res. 4.192/13) da mesma entidade ou das entidades pertencentes ao mesmo conglomerado após a dedução do montante de créditos tributários de diferença temporária conforme tratamento previsto no § 3º do art. 5º da Res. 4.192/2013. O saldo desta conta adicionado ao saldo da conta 111.92.05.90 não pode superar a diferença quando positiva entre as contas 111.94.02.01.90 e 111.94.02.01.01. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: §§ 4º e 8º (§ 8º com redação dada pela Res. 4.278/2013) do art. 5º da Res. 4.192/2013.

111.92.06.01.02 10% DO PR NÍVEL I DESCONSIDERADOS OS AJUSTES PRUDENCIAIS

Valor correspondente a 10% do Nível I desconsiderados os Ajustes Prudenciais, utilizado para definição do tratamento a ser dado previsto no inc. II do art. 12 da Res. 4.192/13 para valores até 10% do Nível I e para valores excedentes a 10%. Corresponde a 10% do saldo da conta 111.92.06.01.02.01.

BN: inc. II do art. 12 da Res. 4.192/2013.

111.92.06.01.02.01 PR NÍVEL I DESCONSIDERADOS OS AJUSTES PRUDENCIAIS

Valor do Nível I desconsiderados os Ajustes Prudenciais, utilizado para definição do tratamento a ser dado previsto no inc. II do art. 12 da Res. 4.192/13 para valores até 10% do Nível I e para valores excedentes. Corresponde ao máximo



BANCO CENTRAL DO BRASIL

entre zero e a soma dos saldos, das contas 111.01 até 111.08, deduzida dos saldos das contas 111.90 e 111.91 somado ao saldo da conta 112.

BN: inc. II do art. 12 da Res. 4.192/2013.

111.92.06.02 VALOR QUE EXCEDE A 10% DO NÍVEL I

Valor do ajuste prudencial para os créditos tributários tratados no inc. VIII do art. 5º da Res. 4.192/13, com o tratamento previsto na alínea "b" do art. 12 da Res. 4.192/13. Corresponde ao máximo entre zero e a diferença entre os saldos das contas 111.92.06.01.01 e 111.92.06.01.02.

BN: inc. VIII, §§ 4º, 5º e 8º (§8º com redação dada pela Res. 4.278/2013) do art. 5º e inc. II, alínea "b" do art. 12 da Res. 4.192/2013.

111.92.07 AJUSTE PRUDENCIAL IX - ATIVOS DIFERIDOS

Valor registrado em conta do Ativo Permanente, representativa de ativo diferido. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. IX do art. 5º e 13 da Res. 4.192/2013 (art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.08 AJUSTE PRUDENCIAL X - INVESTIMENTO EM OUTRAS ENTIDADES

Valor registrado no ativo referente a instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, nos termos do artigo 8º da Res. 4.192/2013 (ações sem cláusula de cumulatividade de dividendos e não resgatáveis, quotas, quotas-partes e demais instrumentos de captação de instituições financeiras). Só não devem ser obrigatoriamente deduzidos os instrumentos de captação que a instituição tenha certeza que não integre quaisquer parcelas do capital da instituição aplicada. Não estão sujeitas a dedução as quotas referentes a participações mantidas no capital de cooperativas centrais e de confederações de crédito. Corresponde à soma dos saldos das contas 111.92.08.01 a 111.92.08.06.

BN: inc. X do art. 5º, art. 8º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.08.01 INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO EMITIDOS POR IF

Valor registrado no ativo referente a instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, nos termos do artigo 8º da Res. 4.192/2013 (ações sem cláusula de cumulatividade de dividendos e não resgatáveis, quotas, quotas-partes e demais instrumentos de captação de instituições financeiras). Só não devem ser obrigatoriamente deduzidos os instrumentos de captação que a instituição tenha certeza que não integre quaisquer parcelas do capital da instituição aplicada. Não estão sujeitas a dedução as quotas referentes a participações mantidas no capital de cooperativas centrais e de confederações de crédito. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, art. 8º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.08.02 INSTRUMENTOS ADQUIRIDOS POR ASSEMBELHADAS, NÃO FINANCEIRAS OU POR MEIO DE DERIVATIVOS

Valor referente a instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior que não componha o conglomerado, nos termos do artigo 8º da Res. 4.192/2013, adquiridos por meio de entidade assemblhada a instituição financeira ou entidade não financeira, controlada, ou ainda por meio de operações com derivativos, inclusive derivativos de índices. (ações sem cláusula de cumulatividade de dividendos e não resgatáveis, quotas, quotas-partes e demais instrumentos de captação de instituições financeiras em que não haja conhecimento se os mesmos integram alguma parcela do capital) - Só não devem ser obrigatoriamente deduzidos os instrumentos de captação que a instituição tenha certeza que não integre quaisquer parcelas do capital da instituição aplicada. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, inc. I do § 3º do art. 8º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.08.03 INSTRUMENTOS ADQUIRIDOS POR MEIO DE FUNDOS

Valor aplicado em quotas de fundo de investimento, proporcionalmente à participação na carteira do fundo de instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado. Observando-se o



BANCO CENTRAL DO BRASIL

disposto no artigo 8º da Res. 4.192/2013 (ações sem cláusula de cumulatividade de dividendos e não resgatáveis, quotas, quotas-partes e demais instrumentos de captação de instituições financeiras em que não haja conhecimento se os mesmos integram alguma parcela do capital). Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, inc. IV do §3º do art. 8º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.08.04 PARTICIPAÇÃO INDIRETA DE COOPERATIVAS EM BANCO COOPERATIVO

Valor correspondente à participação indireta de cooperativa de crédito em banco cooperativo. Observe-se que o valor das quotas-partes correspondentes a participações de cooperativas de crédito no capital de cooperativas centrais de crédito ou de confederações de crédito não é objeto desta conta. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, inc. II do §3º do art. 8º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.08.05 CRÉDITO CONCEDIDO PARA AUMENTO DE CAPITAL DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Valor correspondente à concessão de crédito para terceiros com conhecimento de que os recursos destinam-se especificamente a aumentar o capital (por meio de ações sem cláusula de cumulatividade de dividendos e não resgatáveis, quotas, quotas-partes) de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativas de crédito. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, inc. III do § 3º do art. 8º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.08.06 EXCESSO DE DEDUÇÃO DE INVESTIMENTOS NO CAPITAL COMPLEMENTAR

Parcela de investimentos em outras entidades a ser deduzida do Capital Principal decorrente de excesso de dedução no Capital Complementar. Corresponde ao saldo da conta 112.93.05.

BN: §2º art. 8º da Res. 4.192/2013.

111.92.09 AJUSTE PRUDENCIAL XI - PARTICIPAÇÃO NO EXTERIOR OU NÃO IF SEM ACESSO BC

Valor do ajuste prudencial previsto no inc. XI do art. 5º da Res. 4.192/13. Corresponde ao saldo da conta 111.92.09.01 ou, no caso de existência de determinação do Banco Central do Brasil, ao saldo da conta 111.92.09.02.

BN: Inc. XI do art. 5º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.09.01 INVESTIMENTO

Valor registrado correspondente ao investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos suficientes para fins de supervisão global consolidada.

BN: inc. XI do art. 5º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.09.02 DETERMINAÇÃO BC

Valor específico definido a critério do Banco Central do Brasil, limitado ao total do ativo acrescido das exposições não reconhecidas no balanço da dependência ou da subsidiária que não seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BN: inc. XI e § 6º (§ 6º com redação dada pela Res. 4.278/2013) do art. 5º e art. 13 (art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.

111.92.10 AJUSTE PRUDENCIAL XII - DIFERENÇA A MENOR - MODELO INTERNO IRB

Valor correspondente à diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada nas exposições abrangidas por sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB).

BN: inc. XII do art. 5º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.92.11 AJUSTE PRUDENCIAL XIV – PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES EM SUBSIDIÁRIAS NÃO AUTORIZADAS PELO BCB



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Valor correspondente à participação de não controladores no capital : a) subsidiária que não seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que não exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil.-. Sujeito à aplicação dos percentuais indicados no art. 11, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. XIV do art. 5º (com redação dada pela Res. 4.311/2014) e art. 11 (com redação dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.

111.92.12 AJUSTE PRUDENCIAL XV – DIFERENÇA A MENOR – AJUSTES DA RESOLUÇÃO 4.277/13

Valor correspondente à diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes do processo de apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado em conformidade com o previsto na Res. 4.277/13. Este ajuste se aplica apenas as instituições objeto da Res. 4.277/13, ou seja, bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio, caixas econômicas, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por instituições integrantes de conglomerado composto por pelo menos um banco múltiplo, comercial, de investimento, de câmbio ou caixa econômica.

BN: inc. XV do art. 5º e art. 13 da Res. 4.192/13, com redação dada pela Res. 4.278/2013 e art. 8º, § 2º da Res. 4.277/13.

111.93 AJUSTE PRUDENCIAL IV - INVESTIMENTOS INFERIORES

Valor agregado dos investimentos (participações no capital social e investimentos em qualquer instrumento elegível a capital), diretos ou indiretos, inferiores a 10% do Capital Social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do Capital Principal sem a dedução das participações em assemelhadas não consolidadas e Créditos Tributários Decorrentes de diferenças temporárias. O Valor Base corresponde ao máximo entre zero e a diferença entre a conta 111.93.01 e 111.93.02. Aplicam-se os percentuais indicados no art. 11 da Res. 4.192/13, conforme TABELA 005, sobre o Valor Base.

BN: inc. IV e §§ 7º e 9º do art. 5º e art. 11 da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.93.01 TOTAL DE INVESTIMENTOS INFERIORES EM ASSEMBELHADAS

Valor dos investimentos (participações no capital social e investimentos em qualquer instrumento elegível a capital), diretos ou indiretos, inferiores a 10% do Capital Social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. IV e § 7º do art. 5º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.93.02 LIMITE PARA INVESTIMENTOS INFERIORES EM ASSEMBELHADAS

Valor correspondente a 10% do Capital Principal desconsiderando os ajustes prudenciais relativos às participações no capital social de entidades assemelhadas não consolidadas e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização. Valor utilizado como base para apuração da parcela não dedutível das participações inferiores a 10%. Corresponde a 10% do saldo da conta 111.93.02.01.

BN: inc. IV do art. 5º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.93.02.01 CAPITAL PRINCIPAL AJUSTADO II

Valor do Capital Principal desconsiderando os ajustes prudenciais relativos às participações no capital social de entidades assemelhadas não consolidadas e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização. Valor utilizado como base para apuração da parcela não dedutível das participações inferiores a 10%. Corresponde ao máximo entre zero e a soma dos saldos das contas 111.01 até 111.08, deduzido do saldo das contas 111.90, 111.91 e 111.92 .

BN: artigos 4º e 5º desconsiderando as deduções dos incisos IV, V e VII do artigo 5º da Res. 4.192/2013, com redação dada pelas Resoluções 4.278/2013 e 4.311/2014.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

111.94 AJUSTES PRUDENCIAIS V E VII - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA E INVESTIMENTOS SUPERIORES EM ASSEMBELHADAS

Valor conjugado dos ajustes prudenciais relativos às participações no capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização. Corresponde ao máximo entre o saldo da conta 111.94.03 e a soma dos saldos das contas 111.94.01 e 111.94.02.

BN: inc. V, VII e §§ 2º, 3º, 5º, 7º e 8º do art. 5º da Res. 4.192/2013 (Inciso V e §§ 3º, 7º e 8º com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.94.01 AJUSTE PRUDENCIAL V ANTES DA GLOSA DE 15% - INVESTIMENTOS SUPERIORES

Valor do ajuste prudencial relativo a investimentos (participações no capital social e a investimentos em qualquer instrumento elegível a capital), diretos e indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, desconsiderando-se o previsto no inc. II do § 2º do art. 5º da Res. 4.192/13. O Valor Base deve ser apurado pelo máximo entre zero e a diferença entre os saldos das contas 111.94.01.01 e 111.94.01.02. Sobre o Valor Base aplicam-se os percentuais indicados no art. 11 da Res. 4.192/2013, conforme TABELA 005.

BN: inc. V e §§ 2º, 3º, 5º, 7º e 8º do art. 5º e art. 11 da Res. 4.192/2013 (inciso V e §§ 3º, 7º e 8º do art. 5º e art. 11 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.94.01.01 TOTAL DE INVESTIMENTOS SUPERIORES

Valor dos investimentos (participações no capital social e investimentos em qualquer instrumento elegível a capital), diretos e indiretos, superiores a 10% do Capital Social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. V e § 7º do art. 5º e art. 11 da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.94.01.02 LIMITE PARA INVESTIMENTOS SUPERIORES

Valor máximo para investimentos (participações no capital social e investimentos em qualquer instrumento elegível a capital), diretos e indiretos, superiores a 10% do Capital Social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, equivalentes a 10% do Capital Principal Ajustado III, ou seja, 10% do saldo da conta 111.94.01.02.01.

BN: inc. I, §§ 2º e 7º do art. 5º da Res. 4.192/2013 (inciso I e § 7º com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.94.01.02.01 CAPITAL PRINCIPAL AJUSTADO III

Valor do Capital Principal desconsiderando os ajustes prudenciais relativos aos investimentos superiores a 10% do capital social em entidades assemelhadas não consolidadas e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização. Valor utilizado como base para apuração da parcela não dedutível das participações superiores a 10% e crédito tributário de diferenças temporárias. Corresponde ao máximo entre zero e a soma dos saldos das contas 111.01 a 111.08, deduzida dos saldos das contas 111.90, 111.91, 111.92 e 111.93.

BN: artigos 4º e 5º, desconsiderando as deduções dos incisos V e VII do artigo 5º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.94.02 AJUSTE PRUDENCIAL VII ANTES DA GLOSA DE 15% - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA

Valor do ajuste prudencial relativo aos créditos tributários de diferença temporária que dependam de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, desconsiderando-se o previsto no inc. II do § 2º do art. 5º da Res. 4.192/13. O Valor Base deve ser apurado pelo máximo entre zero e a diferença entre os saldos das contas 111.94.02.01 e



BANCO CENTRAL DO BRASIL

111.94.02.02. Sobre o Valor Base aplicam-se os percentuais indicados no art. 11 da Res. 4.192/2013, conforme TABELA 005.

BN: inc. VII e §§ 2º, 3º, 5º, 7º e 8º do art. 5º e art. 11 da Res. 4.192/2013 (§§ 3º, 7º e 8º do art. 5º e art. 11 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.94.02.01 TOTAL DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DECORRENTES DE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS LÍQUIDOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

Valor registrado referente a créditos tributários decorrentes de diferença temporária que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, apurados para entidades integrantes do conglomerado. É facultado descontar do valor dos créditos tributários de diferenças temporárias, limitado ao seu próprio valor, o montante das obrigações fiscais diferidas da mesma entidade ou das entidades pertencentes ao mesmo conglomerado, com exceção das obrigações fiscais associadas a ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido e a ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura, e aquelas decorrentes da restrição de compensação por autoridade fiscal relevante, em cada país, conforme § 8º do art. 5º da Res. 4.192/13. Somente deve ser considerado o valor positivo dos créditos tributários após as deduções possíveis relacionadas a obrigações fiscais diferidas. Corresponde ao máximo entre zero e a diferença entre os saldos das contas 111.94.02.01.01 e 111.94.02.01.90.

BN: inc. VII, §§ 2º, 3º, 5º e 8º do art. 5º da Res. 4.192/2013 (§§ 3º e 8º com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.94.02.01.01 TOTAL DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DECORRENTES DE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS

Valor registrado na contabilidade referente a créditos tributários decorrentes de diferença temporária que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, apurados para entidades integrantes do conglomerado. Corresponde ao valor antes de qualquer compensação com obrigações fiscais diferidas. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. VII do art. 5º da Res. 4.192/2013.

111.94.02.01.90 OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS PASSÍVEIS DE COMPENSAÇÃO

Valor de obrigações fiscais diferidas passíveis de compensação, correspondente aos valores registrados da mesma entidade ou das entidades pertencentes ao mesmo conglomerado, com exceção das obrigações fiscais diferidas: 1 - eventualmente compensadas com créditos tributários de prejuízo fiscal e relacionados à CSLL, 2 - as associadas a ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido, 3 - as associadas a ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura, e 4 - aquelas decorrentes da restrição de compensação por autoridade fiscal relevante, em cada país, conforme § 8º do art. 5º da Res. 4.192/13. Corresponde ao saldo da conta 111.94.02.01.90.01 deduzido do saldo das contas 111.94.02.01.90.90, 111.94.02.01.90.91, 111.94.02.01.90.92 e 111.94.02.01.90.93. Valor positivo.

BN: inc. VII, §§ 3º, 5º e 8º do art. 5º da Res. 4.192/2013 (§§ 3º e 8º com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.94.02.01.90.01 TOTAL DE OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

Valor correspondente ao total de obrigações fiscais diferidas da entidade ou das entidades pertencentes ao mesmo conglomerado. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: § 3º do art. 5º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.94.02.01.90.90 OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS DECORRENTES DE ÁGIOS PAGOS

Valor correspondente a obrigações fiscais diferidas da entidade ou das entidades pertencentes ao mesmo conglomerado decorrentes de ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. I dos § 3º e § 8º do art. 5º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

111.94.02.01.90.91 OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS DECORRENTES DE ATIVOS ATUARIAIS RELACIONADOS A FUNDOS DE PENSÃO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Valor correspondente a obrigações fiscais diferidas da entidade ou das entidades pertencentes ao mesmo conglomerado decorrentes de ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido. Sujeito a detalhamento Cosif.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: inc. II do § 3º e § 8º do art. 5º da Res. 4.192/2013 (§ 8º com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.94.02.01.90.92 OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS NÃO COMPENSÁVEIS POR AUTORIDADE RELEVANTE EM CADA PAÍS

Valor correspondente a obrigações fiscais diferidas para as quais há restrição de compensação, por autoridade fiscal relevante, em cada país, conforme § 8º do art. 5º da Res. 4.192/13. Corresponde ao excesso de obrigações fiscais diferidas em relação ao total de crédito tributário por autoridade fiscal relevante, em cada país. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: § 8º do art. 5º da Res. 4.192/13, com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.94.02.01.90.93 OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS COMPENSADAS COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE PREJUÍZO FISCAL/CSLL

Valor correspondente às obrigações fiscais diferidas compensadas com créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação e com demais créditos tributários de prejuízo fiscal/CSLL. Corresponde à soma dos saldos das contas 111.92.05.90 e 111.92.06.01.01.90.

BN: § 4º e § 8º do art. 5º da Res. 4.192/2013 (§ 8º com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.94.02.02 LIMITE PARA CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DECORRENTES DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA

Valor máximo de créditos tributários de diferença temporária que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, equivalente 10% do Capital Principal Ajustado III, ou seja, 10% do saldo da conta 111.94.01.02.01.

BN: inc. I do §2º do art. 5º da Res. 4.192/2013.

111.94.03 AJUSTES PRUDENCIAIS V E VII DECORRENTES DE LIMITAÇÃO DE 15% DO CAPITAL PRINCIPAL

Dedução alternativa, em caso de excesso de: 1 - investimentos (participações no capital social e investimentos em qualquer instrumento elegível a capital), diretos e indiretos, superiores a 10% do Capital Social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e, 2 - créditos tributários decorrentes de diferença temporária que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização; em relação a 15% do capital principal após os ajustes decorrentes dos ajustes prudenciais. O Valor Base deve ser apurado pelo máximo entre zero e a diferença entre os saldos das contas 111.94.03.01 e 111.94.03.02. Sobre o valor base aplicam-se os percentuais indicados no art. 11 da Res. 4.192/2013, conforme TABELA 005.

BN: § 2º do art. 5º e art. 11 da Res. 4.192/2013 (art. 11 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

111.94.03.01 INVESTIMENTOS SUPERIORES A 10% EM ASSEMBLHADAS NÃO CONSOLIDADAS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DECORRENTES DE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS

Total de investimentos (participações no capital social e a investimentos em qualquer instrumento elegível a capital), diretos e indiretos, superiores a 10% do Capital Social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, e, de créditos tributários decorrentes de diferença temporária que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização. Soma dos saldos das contas 111.94.01.01 e 111.94.02.01.

BN: inc. V (com redação dada pela Res. 4.278/2013) e VII do art. 5º da Res. 4.192/2013.

111.94.03.02 LIMITE PARA PARTICIPAÇÕES SUPERIORES E DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DECORRENTES DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA

Valor máximo de investimentos (participações no capital social e investimentos em qualquer instrumento elegível a capital), diretos e indiretos, superiores a 10% do Capital Social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedade seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, e, de créditos tributários decorrentes de diferença temporária que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização. Apurado pela fórmula: máximo entre zero e $0,15/(1 - \text{S} * 0,15) * (111.94.01.02.01 - \text{S} * 111.94.03.01)$, em que "S" corresponde ao valor do percentual aplicado sobre o ajuste prudencial, conforme art. 11 da Res. 4.192/13 e TABELA 005.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: inc. II do §2º do art. 5º da Res. 4.192/2013.

111.94.04 PARTICIPAÇÕES SUPERIORES E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA NÃO DEDUZIDOS

Corresponde aos valores não deduzidos relacionados a investimentos (participações no capital social e investimentos em qualquer instrumento elegível a capital), diretos e indiretos, superiores a 10% do Capital Social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedade seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, e, de créditos tributários decorrentes de diferença temporária que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização. Corresponde ao mínimo entre os saldos das contas 111.94.03.02 e 111.94.04.01.01.

111.94.04.01 PARTICIPAÇÕES SUPERIORES NÃO DEDUZIDAS

Corresponde aos valores não deduzidos relacionados a investimentos (participações no capital social e investimentos em qualquer instrumento elegível a capital), diretos e indiretos, superiores a 10% do Capital Social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedade seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. Corresponde ao saldo da conta 111.94.04.01.01.01 deduzido do saldo da conta 111.94.04.01.90.01.

111.94.04.01.01 AUXILIAR – BASKET BRUTO

Corresponde à soma dos saldos das contas 111.94.04.01.01.01 e 111.94.04.01.01.02.

111.94.04.01.01.01 AUXILIAR – BASKET BRUTO PARTICIPAÇÕES SUPERIORES

Corresponde ao mínimo entre os saldos das contas 111.94.01.01 e 111.94.01.02.

111.94.04.01.01.02 AUXILIAR - BASKET BRUTO CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Corresponde ao mínimo entre os saldos das contas 111.94.02.01 e 111.94.02.02.

111.94.04.01.90 AUXILIAR – AJUSTE AO BASKET

Corresponde ao saldo da conta 111.94.04.01.01 deduzido do saldo da conta 111.94.04.

111.94.04.01.90.01 AUXILIAR – AJUSTE AO BASKET DE PARTICIPAÇÕES SUPERIORES

Corresponde ao resultado da seguinte operação: $(111.94.04.01.01.01 / 111.94.04.01.01) * 111.94.04.01.90$. Vide orientações gerais 11.

111.94.04.01.90.02 AUXILIAR – AJUSTE AO BASKET DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Corresponde ao resultado da seguinte operação: $(111.94.04.01.01.02 / 111.94.04.01.01) * 111.94.04.01.90$. Vide orientações gerais 11.

111.94.04.02 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO DEDUZIDOS

Corresponde aos valores não deduzidos relacionados a créditos tributários decorrentes de diferença temporária que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização. Corresponde ao saldo da conta 111.94.04.01.01.02 deduzido do saldo da conta 111.94.04.01.90.02.

111.94.04.03 PARTICIPAÇÕES SUPERIORES DEDUZIDAS

Corresponde aos valores deduzidos relacionados a investimentos (participações no capital social e a investimentos em qualquer instrumento elegível a capital), diretos e indiretos, superiores a 10% do Capital Social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedade seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. Corresponde a fórmula: $111.94.01 + (111.94 - 111.94.01 - 111.94.02) * (111.94.04.01.90.01 / 111.94.04.01.90)$. Vide orientações gerais 11.

111.94.04.04 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DEDUZIDOS

Corresponde aos valores deduzidos relacionados a créditos tributários decorrentes de diferença temporária que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização. Corresponde à fórmula: $111.94 -$



BANCO CENTRAL DO BRASIL

111.94.04.03.

112 CAPITAL COMPLEMENTAR - CC

Corresponde ao capital complementar definido no art. 6º da Res. 4.192/13. Apurado pela dedução dos saldos das contas 112.90, 112.91, 112.92 e 112.93 do saldo da conta 112.01.

BN: art. 6º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

112.01 INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO CAPITAL COMPLEMENTAR

Soma dos saldos das contas 112.01.01 e 112.01.02.

BN: inc. I art. 6º e art. 28 (com redação dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.

112.01.01 AUTORIZADOS EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO 4.192

Valor registrado referente aos instrumentos autorizados pelo Banco Central do Brasil a integrarem o Capital Complementar, nos termos do art. 17 da Res. 4.192/2013. Adicionalmente podem ser informados os valores dos instrumentos autorizados a compor o nível I do PR, antes da entrada em vigor da Res. 4.192/13, que atendam os critérios dos art. 17 a 19 da Res. 4.192, durante o período de análise de pedido de nova autorização. Não são elegíveis a compor capital complementar os recursos entregues ou colocados por terceiros para fins de realização de operações ativas vinculadas, nos termos da Res. 2.921/02. Deixam de integrar o Capital Complementar, na data prevista para o exercício de opção de recompra, os instrumentos emitidos com cláusula de opção de recompra, combinada com cláusula que preveja a modificação de seus encargos financeiros, caso não exercida a opção. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 6º e 17, § 2º, § 3º e § 4º do art. 28 da Res. 4.192/2013 (art. 6º e 17 e § 4º do art. 28 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

112.01.02 AUTORIZADOS COM BASE EM NORMAS ANTERIORES À RESOLUÇÃO 4.192

Valor registrado referente aos instrumentos de dívida, autorizados pelo Banco Central do Brasil até 31.12.2012 a integrarem o nível I do PR e que não atendam aos critérios definidos nos artigos 14 a 19 da Resolução 4.192/2013. Os instrumentos autorizados a compor o Patrimônio de Referência Nível 1, com base em normas anteriores à Res. 4.192/13, deixam de integrar o Capital Complementar, na data prevista para o exercício de recompra. Sujeito à aplicação dos percentuais máximos de seu valor base previstos no artigo 28 da Resolução 4.192/2013, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 28 da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

112.90 AÇÕES EM TESOURARIA A SEREM DEDUZIDAS DO CAPITAL COMPLEMENTAR

Ações em tesouraria a serem deduzidas do capital complementar, soma dos saldos das contas 112.90.01, 112.90.02 e 112.90.03.

BN: alínea "b" do inc. II do art. 6º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

112.90.01 DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AUTORIZADOS EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO 4.192

Valor registrado em conta de Patrimônio Líquido representativo de ações em tesouraria elegíveis a compor o Capital Complementar. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: alínea "b" do inc. II do art. 6º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

112.90.02 DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AUTORIZADOS COM BASE EM NORMAS ANTERIORES À RESOLUÇÃO 4.192

Valor registrado em conta de Patrimônio Líquido representativo de ações em tesouraria autorizado a compor o Nível I até 31.12.2012. Sujeito à aplicação do percentual máximo de seu valor contábil previstos no artigo 28 da Resolução 4.192/2013, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: alínea "b" do inc. II do art. 6º e art. 28 da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

112.90.03 AÇÕES DE EMISSÃO PRÓPRIA ADQUIRIDAS INDIRETAMENTE OU DE FORMA SINTÉTICA

Valor correspondente às ações de emissão própria, à exceção de valores registrados como ações em tesouraria, elegíveis a compor o capital complementar, adquiridas indiretamente ou de forma sintética inclusive por meio de: 1 - quotas de fundo de investimento, proporcionalmente à participação destes instrumentos na carteira do fundo; 2 - entidade



BANCO CENTRAL DO BRASIL

assemelhada a instituição financeira ou entidade não financeira, controlada; ou 3 – operações com derivativos, inclusive derivativos de índices. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: alínea "b" do inc. II do art. 6º da Res. 4.192/13, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

112.91 PARTICIPAÇÕES DE NÃO CONTROLADORES

Valor referente à participação de não controladores no capital de: a) subsidiária que seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil – que exceda ao requerimento mínimo para o Nível I de cada subsidiária. Os instrumentos de dívida emitidos até 31.12.12 não devem ser considerados na apuração do cálculo deste valor. A instituição pode optar pela apuração mediante a utilização de fórmula de cálculo (§2º do art. 9º da Res. 4.192/2013) ou pela exclusão total da participação de não controladores; a opção deverá ser declarada por meio de parâmetro conforme definido na TABELA 006. Aplicam-se os redutores do art. 11, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: §§ 2º, 4º e 5º do art. 9º e art. 11 (com redação dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.

112.92 EXCESSO DE DEDUÇÃO DE INVESTIMENTO EM OUTRAS ENTIDADES NO NÍVEL II

Parcela de investimentos em outras entidades a ser deduzida do Capital Complementar decorrente de excesso de dedução no Nível II. Corresponde ao saldo da conta 120.92.05.

BN: inc. X do art. 5º e § 2º do art. 8º da Res. 4.192/2013.

112.93 INVESTIMENTO EM OUTRAS ENTIDADES DEDUZIDO DO CAPITAL COMPLEMENTAR

Valor do ajuste prudencial previsto no inc. X do art. 5º da Res. 4.192/13 aplicável sobre o Capital Complementar. Corresponde à soma dos saldos das contas 112.93.01 a 112.93.04 deduzido do saldo da conta 112.93.05.

BN: art. 8º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

112.93.01 INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO EMITIDOS POR IF

Valor registrado no ativo referente a instrumentos de captação elegíveis a compor o Capital Complementar, emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, nos termos do artigo 8º da Res. 4.192/2013. Não está sujeito à dedução o valor das quotas-partes correspondentes a participações de cooperativas de crédito no capital de cooperativas centrais de crédito ou de confederações de crédito. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, art. 8º e 13 da Res. 4.192/2013 (arts. 8º e 13, com redação dada pela Res. 4.278/2013).

112.93.02 INSTRUMENTOS ADQUIRIDOS POR ASSEMBLHADAS, NÃO FINANCEIRAS OU POR MEIO DE DERIVATIVOS

Valor registrado no ativo referente a instrumentos de captação, elegíveis a compor o capital complementar, emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, nos termos do artigo 8º da Res. 4.192/2013 adquiridos por meio de entidade assemelhada a instituição financeira ou entidade não financeira, controlada, ou ainda por meio de operações com derivativos, inclusive derivativos de índices. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, inc. I do § 3º do art. 8º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (inc. I do § 3º do art. 8º e art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

112.93.03 INSTRUMENTOS ADQUIRIDOS POR MEIO DE FUNDOS

Valor aplicado em quotas de fundo de investimento, proporcionalmente à participação, na carteira do fundo, de instrumentos de captação, elegíveis a compor o capital complementar, emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, nos termos do artigo 8º da Res. 4.192/2013. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, inc. IV do §3º do art. 8º e art. 13 (com redação dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.

112.93.04 CRÉDITO CONCEDIDO PARA AUMENTO DE CAPITAL DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Valor correspondente à concessão de crédito para terceiros com conhecimento de que os recursos destinam-se especificamente a aumentar o capital (instrumentos elegíveis ao nível I) de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativas de crédito. Sujeito a detalhamento Cosif.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: inc. X do art. 5º e inc. III do § 3º do art. 8º e art. 13 (com red. dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.

112.93.05 EXCESSO DE DEDUÇÃO DE INVESTIMENTO EM OUTRAS ENTIDADES NO CAPITAL COMPLEMENTAR A SER DEDUZIDO DO CAPITAL PRINCIPAL

Parcela de investimentos em outras entidades a ser deduzida do Capital Complementar decorrente de excesso de dedução no Nível II. Corresponde ao máximo entre zero e a soma dos saldos das contas 112.93.01 a 112.93.04 deduzido do saldo da conta 112.93.05.01.

BN: § 2º art. 8º da Res. 4.192/2013.

112.93.05.01 LIMITE DE DEDUÇÃO DE INVESTIMENTOS NO CAPITAL COMPLEMENTAR

Corresponde ao Capital Complementar, desconsideradas as deduções dos investimentos em outras entidades. Saldo da conta 112.01 deduzido dos saldos das contas 112.90, 112.91 e 112.92.

BN: § 2º art. 8º da Res. 4.192/2013.

120 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II

Patrimônio de Referência Nível II, corresponde à soma dos saldos das contas 120.01 e 120.02 deduzido dos saldos das contas 120.90, 120.91 e 120.92.

BN: art. 7º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

120.01 INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO NÍVEL II

Instrumentos elegíveis ao Nível II contemplam os instrumentos autorizados com base na Res. 4.192/13 e com base em normas anteriores. Corresponde à soma dos saldos das contas 120.01.01 e 120.01.02.

BN: § 2º art. 8º da Res. 4.192/2013.

120.01.01 AUTORIZADOS EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO 4.192

Valor registrado referente aos instrumentos de capital ou de dívida elegíveis ao Nível II e que atendam aos requisitos constantes do art. 20 da Res. 4.192/2013. Adicionalmente podem ser informados os valores dos instrumentos autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Res. 4.192/13, que atendam os critérios dos art. 20 a 22 da Res. 4.192, durante o período de análise de pedido de nova autorização. Sujeito à aplicação de redutores, quando tenham prazos de vencimento, conforme previstos no art. 27 da Res. 4.192/2013, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: alínea “a” do Inc. I do art. 7º, art. 20 e §§2º a 4º do art. 28 da Res. 4.192/2013 (art. 20 e § 4º do art. 28 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

120.01.02 AUTORIZADOS COM BASE EM NORMAS ANTERIORES À RESOLUÇÃO 4.192

Valor correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com normas vigentes anteriores à 4.192/13, sujeitas ao tratamento previsto no art. 29 da Res. 4.192/13. Equivale ao mínimo dos saldos das contas 120.01.02.01 e 120.01.02.02.

BN: art. 29 da Res. 4.192/2013.

120.01.02.01 AUTORIZADOS COM BASE EM NORMAS ANTERIORES À RESOLUÇÃO 4.192 - COM REDUTOR

Valor correspondente ao saldo corrente dos instrumentos de capital ou de dívida elegíveis ao Nível II, emitidos até 31.12.2012, que não atendam aos critérios definidos nos artigos 14, 15 e 20 a 22 da Resolução 4.192/2013 e não resgatados. Sobre o saldo devem ser aplicados os redutores previstos no art. 27 da Res. 4.192/13, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 27 e art. 28 (com redação dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.

120.01.02.02 AUTORIZADOS COM BASE EM NORMAS ANTERIORES À RESOLUÇÃO 4.192 - COM LIMITADOR

Valor correspondente ao saldo em 31.12.2012 referente aos instrumentos de capital ou de dívida elegíveis ao Nível II, emitidos até 31.12.2012, que não atendam aos critérios definidos nos artigos 14, 15 e 20 a 22 da Resolução 4.192/2013 e ajustados pelos redutores. Sobre o saldo total dos referidos instrumentos devem ser aplicados os limites percentuais máximos previstos no artigo 28 da Resolução 4.192/2013, conforme TABELA 005. Não se aplica limitador aos recursos



BANCO CENTRAL DO BRASIL

captados dos fundos previstos em Lei, conforme artigo 23 da Resolução 4.192/2013. Neste caso utilizar o código 98 da TABELA 005.

BN: [art. 23 e art. 28 \(com redação dada pela Res. 4.278/2013\) da Res. 4.192/2013.](#)

120.02 DIFERENÇA ENTRE VALOR PROVISIONADO E PERDA ESPERADA NA ABORDAGEM IRB LIMITADA A 0,6% DO RWACIRB

Valor referente à diferença a maior entre o montante provisionado e a perda esperada das exposições abrangidas por sistemas internos de classificação de risco de crédito - abordagens IRB, limitado a um máximo equivalente a 0,6% (seis décimos por cento) da parcela RWACIRB. Corresponde ao menor valor entre os saldos das contas 120.02.01 e 120.02.02.

BN: [art. 7º \(com redação dada pela Res. 4.278/2013\) e art. 26 da Res. 4.192/2013.](#)

120.02.01 DIFERENÇA ENTRE VALOR PROVISIONADO E PERDA ESPERADA NA ABORDAGEM IRB

Valor referente à diferença a maior entre o montante provisionado e a perda esperada das exposições abrangidas por sistemas internos de classificação de risco de crédito - abordagens IRB.

BN: [art. 7º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.](#)

120.02.02 LIMITADOR DA PARCELA CORRESPONDENTE A 0,6% DO RWACIRB

Valor referente a 0,6% (seis décimos por cento) da parcela RWACIRB.

BN: [art. 26 da Res. 4.192/2013.](#)

120.90 AÇÕES EM TESOURARIA A SEREM DEDUZIDAS DO NÍVEL II

Ações em tesouraria a serem deduzidas do Nível II, soma dos saldos das contas 120.90.01, 120.90.02 e 120.90.03.

BN: [alínea "b" do inc. II do art. 7º \(com redação dada pela Res. 4.278/2013\) e art. 27 da Res. 4.192/2013.](#)

120.90.01 DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AUTORIZADOS EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO 4.192

Valor registrado em conta de Patrimônio Líquido representativo de ações em tesouraria elegíveis a compor o Capital de Nível II e que atendam aos requisitos constantes do art. 20 da Res. 4.192/2013, em tesouraria. Corresponde ao saldo das ações com aplicação dos redutores previstos no art. 27 da Res. 4.192/13, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: [alínea "b" do inc. II do art. 7º \(com redação dada pela Res. 4.278/2013\) e art. 27 da Res. 4.192/2013.](#)

120.90.02 DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AUTORIZADOS COM BASE EM NORMAS ANTERIORES À 4.192

Valor registrado em conta de Patrimônio Líquido representativo de ações em tesouraria elegíveis a compor o Capital de Nível II que não atendam aos art. 14, 15 e 20 a 23 da Res. 4.192/13, corresponde ao saldo da conta 120.90.02.01 ou da conta 120.09.02.02.

BN: [alínea "b" do inc. II do art. 7º \(com redação dada pela Res. 4.278/2013\) e arts. 27 a 29 da Res. 4.192/2013.](#)

120.90.02.01 COM REDUTOR

Caso o saldo da conta 120.01.02.01 seja superior ao da conta 120.01.02.02 o saldo desta conta será zero, caso contrário, corresponderá ao saldo das ações (valor registrado em conta de Patrimônio Líquido representativo de ações em tesouraria elegíveis a compor o Capital de Nível II que não atendam aos art. 14, 15 e 20 a 23 da Res. 4.192/13) com aplicação dos redutores previstos no art. 27 da Res. 4.192/13, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: [alínea "b" do inc. II do art. 7º \(com redação dada pela Res. 4.278/2013\) e art. 27 da Res. 4.192/2013.](#)

120.90.02.02 COM LIMITADOR

Caso o saldo da conta 120.01.02.01 seja inferior ao da conta 120.01.02.02 o saldo desta conta será zero, caso contrário, corresponderá ao saldo das ações (valor registrado em conta de Patrimônio Líquido representativo de ações em tesouraria elegíveis a compor o Capital de Nível II que não atendam aos art. 14, 15 e 20 a 23 da Res. 4.192/13) com aplicação dos limitadores previstos no art. 28 da Res. 4.192/13, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: [alínea "b" do inc. II do art. 7º e art. 28 da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.](#)



BANCO CENTRAL DO BRASIL

120.90.03 AÇÕES DE EMISSÃO PRÓPRIA ADQUIRIDAS INDIRETAMENTE OU DE FORMA SINTÉTICA

Valor correspondente às ações de emissão própria, à exceção de valores registrados como ações em tesouraria, elegíveis a compor o Patrimônio de Referência Nível 2, adquiridas indiretamente ou de forma sintética inclusive por meio de: 1 - quotas de fundo de investimento, proporcionalmente à participação destes instrumentos na carteira do fundo; 2 - entidade assemelhada a instituição financeira ou entidade não financeira, controladas; ou 3 - operações com derivativos, inclusive derivativos de índices. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: alínea "b" do inc. II do art. 7º da Res. 4.192/13, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

120.91 PARTICIPAÇÕES DE NÃO CONTROLADORES NO NÍVEL II

Valor referente à participação de não controladores no capital de : a) subsidiária que seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil -, que exceda ao requerimento mínimo para o PR da subsidiária. Os instrumentos de dívida emitidos até 31.12.12 não devem ser considerados na apuração do cálculo deste valor. A instituição pode optar pela apuração mediante a utilização de fórmula de cálculo (§3º do art. 9º da Res. 4.192/2013) ou pela exclusão total da participação de não controladores, a opção deverá ser declarada por meio de parâmetro conforme definido na TABELA 006. Aplicam-se os redutores do art. 11, conforme TABELA 005. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. VI do artigo 5º (com redação dada pela Res. 4.278/2013) e §§ 3º a 5º do art. 9º da Res. 4.192/2013.

120.92 INVESTIMENTO EM OUTRAS ENTIDADES DEDUZIDO DO NÍVEL II

Valor do ajuste prudencial previsto no inc. X do art. 5º da Res. 4.192/13 aplicável sobre o Nível II. Corresponde à soma das contas 120.92.01 a 120.92.04 deduzido do saldo da conta 120.92.05.

BN: art. 8º da Res. 4.192/2013, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

120.92.01 INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO EMITIDOS POR IF

Valor registrado no ativo referente a instrumentos de captação elegíveis a compor o Nível II emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, nos termos do artigo 8º da Res. 4.192/2013. Não está sujeito à dedução o valor das quotas-partes correspondentes a participações de cooperativas de crédito no capital de cooperativas centrais de crédito ou de confederações de crédito. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, art. 8º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (arts. 8º e 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

120.92.02 INSTRUMENTOS ADQUIRIDOS POR ASSEMBLHADAS, NÃO FINANCEIRAS OU POR MEIO DE DERIVATIVO

Valor registrado no ativo referente a instrumentos de captação elegíveis a compor o Nível II emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, nos termos do artigo 8º da Res. 4.192/2013 adquiridos por meio de entidade assemelhada a instituição financeira ou entidade não financeira, controlada, ou ainda por meio de operações com derivativos, inclusive derivativos de índices. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, inc. I do § 3º do art. 8º e art. 13 da Res. 4.192/2013 (inc. I do § 3º do art. 8º e art. 13 com redação dada pela Res. 4.278/2013).

120.92.03 INSTRUMENTOS ADQUIRIDOS POR MEIO DE FUNDOS

Valor aplicado em quotas de fundo de investimento, proporcionalmente à participação, na carteira do fundo, de instrumentos de captação elegíveis a compor o Nível II emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, nos termos do artigo 8º da Res. 4.192/2013. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, inc. IV do § 3º do art. 8º e art. 13 (com redação dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.

120.92.04 CRÉDITO CONCEDIDO PARA AUMENTO DE CAPITAL DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Valor correspondente à concessão de crédito para terceiros com conhecimento de que os recursos destinam-se especificamente a aumentar o capital (instrumentos elegíveis ao nível II) de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativas de crédito. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. X do art. 5º, inc. IV do § 3º do art. 8º e art. 13 (com redação dada pela Res. 4.278/2013) da Res. 4.192/2013.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

120.92.05 EXCESSO DE DEDUÇÃO DE INVESTIMENTO EM OUTRAS ENTIDADES NO NÍVEL II

Parcela de investimentos em outras entidades a ser deduzida do Capital Complementar decorrente de excesso de dedução no Nível II. Corresponde ao máximo entre zero e a soma dos saldos das contas 120.92.01 a 120.92.04 deduzido do saldo da conta 120.92.05.01.

BN: [§ 2º art. 8º da Res. 4.192/2013](#).

120.92.05.01 LIMITE DE DEDUÇÃO DE INVESTIMENTOS NO NÍVEL II

Corresponde ao Nível II desconsideradas as deduções dos investimentos em outras entidades. Equivalente à soma dos saldos das contas 120.01 e 120.02 deduzido do saldo das contas 120.90 e 120.91.

BN: [§ 2º art. 8º da Res. 4.192/2013](#).

B) DETALHAMENTO DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

(Estas contas não devem ser informadas no documento 2071)

102 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

Corresponde ao Patrimônio de Referência para fins de verificação do cumprimento do limite de imobilização. Valor positivo ou negativo. Equivalente ao Patrimônio de Referência deduzido do destaque de Patrimônio de Referência tratado no art. 3º da Res. 2.827/2001 e do valor dos títulos patrimoniais tratados na Res. 2.283/96. Fórmula: $102 = 100 - 106 - 107$.

BN: [Res. 2.283/96](#) e [Res. 4.192/13](#).

106 TÍTULOS PATRIMONIAIS

Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo, representativas de títulos patrimoniais de bolsas de valores e bolsas de mercadoria e futuros, bem como de ações de empresas de liquidação e custódia, vinculadas a bolsas de valores e as bolsas de mercadorias e futuros desde que detidas pela instituição financeira à qual seja facultada a realização de operações nos mercados administrados por aquelas instituições. Valor positivo.

BN: [Res. 2.283/96](#); [art. 2º da Res. 2.669/99](#) e [Res. 4.192/13](#)

150 LIMITE PARA IMOBILIZAÇÃO

Valor obtido pela seguinte fórmula: Limite = máximo (0,50 x conta 102;0). Valor positivo.

BN: [Res. 2.283/96](#) e [Res. 4.193/13](#).

160 VALOR DA SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

Ativo permanente ajustado para apuração do limite de imobilização. Valor positivo. Fórmula: $160 = 160.01 - 106 - 160.02 - 160.03 - 160.07 - 160.08$

BN: [Res. 2.283/96](#).

160.01 ATIVO PERMANENTE

Valor registrado na contabilidade referente ao Ativo Permanente. Valor positivo.

BN: [Res. 2.283/96](#).

160.02 IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

Valor correspondente às operações de arrendamento mercantil desconsiderando-se metade do valor de ajustes prudenciais que estejam relacionados a operações de arrendamento mercantil, já tratados na conta 160.08. Valor positivo.

BN: [Res. 2.283/96](#).

160.03 INVESTIMENTOS EM COOPERATIVAS CENTRAIS

Valor das quotas-partes correspondente às participações de cooperativas no capital de cooperativas centrais de crédito ou de confederações de crédito; ou valor das participações de cooperativas de crédito em Bancos Cooperativos. Valor positivo.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: Res. 3.859/10; §4º do art. 8º da Res. 4.192/13.

160.07 ATIVOS INTANGÍVEIS EXCLUÍDOS DO CÁLCULO DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

Valor dos ativos intangíveis relacionados aos direitos da prestação dos serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, constituídos até 31.12.2009.

BN: Res. 2.283/96 e Res. 3.642/08.

160.08 AJUSTES PRUDENCIAIS DEDUZIDOS DO PR REGISTRADOS NO ATIVO PERMANENTE

Metade dos valores de ajustes prudenciais deduzidos do PR, e que componham a base de cálculo do valor da situação para o limite de imobilização, relacionados a: 1 - ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura, líquidos de passivos fiscais diferidos a ele associados; 2 - ativos intangíveis constituídos a partir de 1.10.2013; 3 - participações inferiores a 10% (dez por cento) do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, que exceda 10% do Capital Principal; 4 - participações diretas ou indiretas, superiores a 10% (dez por cento) do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; ativos permanente diferidos; 5 - instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo BCB ou por instituição situada no exterior que exerça atividade equivalente à instituição financeira no Brasil, que não componha o conglomerado, à exceção de participações de cooperativas de crédito em Bancos Cooperativos; 6 - Ativos permanentes diferidos.

BN: art. 5º da Res. 4.192/13, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

960 VALOR DA MARGEM OU INSUFICIÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (M/I)

Valor obtido pela seguinte fórmula: $M/I = \text{Limite}(150) - \text{Situação}(160)$. Valor positivo para margem e valor negativo para insuficiência. Em caso de insuficiência, o valor dessa conta deverá ser registrado pelo seu módulo na conta 105.

C) DETALHAMENTO DA APURAÇÃO DOS REQUERIMENTOS MÍNIMOS EM RELAÇÃO AO RWA

101 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA

Corresponde ao Patrimônio de Referência para fins de verificação do cumprimento do requerimento, em relação ao RWA, de Patrimônio de Referência. Valor positivo. Fórmula: $101 = 100 - 105 - 107$.

BN: art. 2º da Res. 4.192/2013 e arts. 10 e 11 da Res. 4.193/2013.

103 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I PARA COMPARAÇÃO COM RWA

Corresponde ao Patrimônio de Referência Nível I para fins de verificação do cumprimento do requerimento, em relação ao RWA, de Nível I. Valor positivo. Fórmula: $103 = 110 - 105 - 107$.

BN: arts. 10 e 11 da Res. 4.193/2013.

104 CAPITAL PRINCIPAL PARA COMPARAÇÃO COM RWA

Corresponde ao Capital Principal para fins de verificação do cumprimento do requerimento, em relação ao RWA, de Capital Principal. Valor positivo. Fórmula: $104 = 111 - 105 - 107$.

BN: arts. 10 e 11 da Res. 4.193/2013.

105 EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE

Valor correspondente ao eventual excesso de recursos aplicados no Ativo Permanente em relação aos percentuais estabelecidos nos arts. 3º e 4º da Res. 2.283/96, para fins da verificação do cumprimento dos requerimentos mínimos previstos na Res. 4.193/13. Corresponde ao valor absoluto do saldo da conta 960 caso este seja negativo, ou zero em caso de saldo positivo.

BN: Res. 2.283/96 e art. 10 da Res. 4.193/13;

700 RWA PARA RISCO DE CRÉDITO POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWA_{CPAD}

RWA correspondente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada. Para as instituições obrigadas a detalhar essa informação, o saldo corresponde ao valor apurado pela seguinte fórmula: $(700 = 510 + 520 + 530 + 535 + 540 + 550 + 560 + 570 + 580 + 590 + 600 + 605 + 610 +$



BANCO CENTRAL DO BRASIL

620 + 630 + 640 + 650 + 660 + 695). Valor positivo.

770 RWA PARA RISCO DE MERCADO

Corresponde ao total de RWA para risco de mercado (RWA_{MPAD} para instituições que utilizam modelo padronizado e RWA_{MINT} para as instituições autorizadas a utilizar modelo interno), apurado segundo modelo padronizado pelo somatório dos saldos das contas 800, 810, 820, 830, 840, 850, 860. Para instituições autorizadas a utilizar modelo interno de risco de mercado corresponde ao máximo entre a soma dos saldos das contas 865 e 866 e S_M (fator de transição para modelo interno: 90% no primeiro ano de uso e 80% nos demais anos) vezes o somatório dos saldos das contas 800, 810, 820, 830, 840, 850, 860.

800 RWA_{CAM}

RWA correspondente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada, conforme Circ. 3.641/13. Deve ser apurado a partir da multiplicação do fator F" (Tabela 021), pela soma dos saldos das contas 800.01, 800.02 e 800.03, e dividido pelo fator F definido no art. 4º da Resolução 4.193/13 - Tabela 022, ou zero, para as datas bases anteriores a janeiro de 2014, quando as exposições em ouro moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos a variação cambial atingir valores iguais ou inferiores a 2% do PR.

BN: [Circ. 3.641/13](#);

800.01 EXPOSIÇÃO CAMBIAL CESTA DE MOEDAS

Exposição cambial prevista na Circ. 3.641/13 decomposta para a exposição da cesta de moedas, conforme fórmula abaixo (somatório, em valores absolutos, da diferença entre a exposição comprada e a exposição vendida nas moedas incluídas na cesta de moedas, consideradas conjuntamente ($Exp1_moedas$ da cesta) somado ao menor valor entre o somatório do valor absoluto do excesso das exposições compradas em relação às exposições vendidas e do excesso das exposições vendidas em relação às exposições compradas líquidas para cada uma das moedas da cesta, multiplicado por 0,7) onde " EC_i " corresponde ao total das exposições compradas na moeda "i", " EV_i ", total das exposições vendidas, " ExC_i ", excesso da exposição comprada em relação à exposição vendida, " ExV_i ", excesso da exposição vendida em relação à exposição comprada, "nc", número de moedas, considerando apenas as exposições em dólar dos Estados Unidos, euro, franco suíço, iene, libra esterlina, dólar canadense e ouro. Valor positivo.

BN: [Circ. 3.641/13](#);

$$\sum_{i=1}^{nc} |EC_i - EV_i| + 0,7 \times \min \left\{ \sum_{i=1}^{nc} |ExC_i|; \sum_{i=1}^{nc} |ExV_i| \right\}$$

800.02 EXPOSIÇÃO CAMBIAL DEMAIS MOEDAS

Exposição cambial prevista na Circ. 3.641/13 decomposta para a exposição para as demais moedas, conforme fórmula abaixo (Somatório, em valores absolutos, da diferença entre a exposição comprada e a exposição vendida ($Exp1_demais$ moedas) em cada uma das moedas fora da cesta), onde " EC_i " corresponde ao total das exposições compradas na moeda "i", " EV_i ", total das exposições vendidas, "nd", número de demais moedas não incluídas entre dólar dos Estados Unidos, euro, franco suíço, iene, libra esterlina, dólar canadense e ouro. Valor positivo.

BN: [Circ. 3.641/13](#);

$$\sum_{i=1}^{nd} |EC_i - EV_i|$$

800.03 EXPOSIÇÃO CAMBIAL COMPENSAÇÃO PAÍS/EXTERIOR

Exposição cambial prevista na Circ. 3.641/13 decomposta para compensação país/exterior, conforme fórmula abaixo (Menor valor entre o somatório do valor absoluto das exposições líquidas no Brasil e no exterior por moeda, podendo-se observar as moedas da cesta de moedas em conjunto, multiplicado pelo fator G). onde " EIB_i " corresponde a exposição líquida no Brasil na moeda "i", resultante da diferença entre o total das posições compradas e o total das posições vendidas no Brasil, " EIE_i ", exposição líquida no exterior na moeda "i", resultante da diferença entre o total das posições



BANCO CENTRAL DO BRASIL

compradas e o total das posições vendidas no exterior, incluindo subsidiárias e dependências localizadas no exterior, $G = 0,00$, "n2", número de moedas, incluindo o ouro, para as quais são apuradas as exposições no Brasil, "n3", número de moedas, incluindo o ouro, para as quais são apuradas as exposições no exterior. Valor positivo.

BN: Circ. 3.641/13;

$$G \times \min \left\{ \sum_{i=1}^{n2} |ELB_i| ; \sum_{i=1}^{n3} |ELE_i| \right\}$$

810 RWA_{JUR1}

RWA correspondente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real cujo capital é calculado mediante abordagem padronizada. As exposições referem-se às operações classificadas na carteira de negociação, inclusive instrumentos financeiros derivativos. O RWA deve ser apurado com base na metodologia padronizada definida na Circ. 3.634/13, envolvendo valor em risco e valor em risco estressado. Corresponde à soma dos saldos das conta 810.10 e 810.20 divididos pelo fator "F" - fator definido no art. 4º da Res. 4.193/13 (Tabela 022). Valor positivo.

BN: Circ. 3.634/13;

810.10 VALOR EM RISCO PARA CENÁRIO NORMAL

Valor correspondente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real e classificadas na carteira de negociação, inclusive instrumentos financeiros derivativos. Para a apuração do valor desse componente do RWA, define-se cada fluxo de caixa como o resultado líquido do valor das posições ativas menos o valor das posições passivas que vencem no mesmo dia, referente ao conjunto das posições utilizadas para cálculo da exigência de capital para o último dia do mês. Para o cálculo deste componente do RWA deverá ser utilizada metodologia padronizada definida na Circ. 3.634/13, conforme fórmula abaixo, onde $Var^{Padrão}_t$ representa o valor em risco na data "t", e M^{pre}_t corresponde ao multiplicador para o dia "t", divulgado diariamente pelo BCB. Cabe o uso de demais parâmetros divulgados diariamente pelo Banco Central do Brasil observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 - Ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: Circ. 3.634/13;

$$\max \left\{ \left(\frac{M^{pre}_{t-1}}{60} \times \sum_{i=1}^{60} Var^{Padrão}_{t-1} \right), Var^{Padrão}_{t-1} \right\}$$

810.20 VALOR EM RISCO PARA CENÁRIO ESTRESSADO

Valor correspondente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real e classificadas na carteira de negociação, inclusive instrumentos financeiros derivativos, considerando-se o cenário estressado. Para a apuração do valor desse componente do RWA, define-se cada fluxo de caixa como o resultado líquido do valor das posições ativas menos o valor das posições passivas que vencem no mesmo dia, referente ao conjunto das posições utilizadas para cálculo da exigência de capital para o último dia do mês. Para o cálculo deste componente do RWA deverá ser utilizada metodologia padronizada definida na Circ. 3.634/13, conforme fórmula abaixo, onde $sVar^{Padrão}_t$ representa o valor em risco estressado na data "t". Cabe o uso de demais parâmetros divulgados diariamente pelo Banco Central do Brasil observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 - Ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: Circ. 3.634/13;

$$\max \left\{ \left(\frac{1}{60} \times \sum_{i=1}^{60} sVar^{Padrão}_{t-1} \right), sVar^{Padrão}_{t-1} \right\}$$

820 RWA_{JUR2}

RWA correspondente às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras cujo requerimento



BANCO CENTRAL DO BRASIL

de capital é calculado mediante abordagem padronizada. As exposições referem-se às operações classificadas na carteira de negociação, inclusive instrumentos financeiros derivativos. Para apuração do valor deste componente do RWA, define-se cada fluxo de caixa como o resultado líquido do valor das posições ativas menos o valor das posições passivas que vencem no mesmo dia, referente ao conjunto das posições utilizadas para cálculo da exigência de capital do último dia útil do mês (coerente com o valor informado no DDR - cadoc 2011 - quando reportado pela instituição, para o último dia útil do mês útil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais item 8). Valor positivo. Soma das contas 820.01 a 820.04 dividido pelo fator F definido no art. 4º da Resolução 4.193/13 - Tabela 022.

BN: [Circ. 3.635/13](#);

820.01 CUPOM DE MOEDA ESTRANGEIRA - EXPOSIÇÃO LÍQUIDA (EL)

Valor apurado para a exposição líquida considerando esta como o valor líquido do somatório das exposições ponderadas para cada vértice para cada moeda estrangeira, conforme fórmula abaixo, onde i corresponde a cada um dos vértices, k , cada uma das moedas e M^{ext} corresponde ao multiplicador por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de moedas estrangeiras divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: [art. 6º da Circ. 3.635/13](#);

$$M^{ext} \times \sum_{k=1}^{m1} \left(\left| \sum_{i=1}^{11} EL_i \right| \right)_k$$

820.02 CUPOM DE MOEDA ESTRANGEIRA - DESCASAMENTO VERTICAL (DV)

Valor apurado para o descasamento vertical, correspondente a 10% (dez por cento) do menor valor entre o valor absoluto da soma das exposições ponderadas compradas e o valor absoluto da soma das exposições ponderadas vendidas em cada vértice para cada moeda estrangeira. Para o cálculo deste componente do RWA deverá ser utilizada metodologia padronizada definida na Circ. 3.635/13, conforme fórmula abaixo, onde i corresponde a cada um dos vértices, k , cada uma das moedas, M^{ext} corresponde ao multiplicador por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de moedas estrangeiras divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: [art. 7º da Circ. 3.635/13](#);

$$M^{ext} \times \sum_{k=1}^{m1} \left(\sum_{i=1}^{11} |DV_i| \right)_k$$

820.03 CUPOM DE MOEDA ESTRANGEIRA - DESCASAMENTO HORIZONTAL DENTRO DA ZONA DE VENCIMENTO (DHZ)

Valor apurado para o descasamento horizontal dentro da zona de vencimento (DHZ), correspondente ao menor valor entre a soma das exposições líquidas positivas e a soma dos valores absolutos das exposições líquidas negativas de cada vértice pertencente à zona. Para o cálculo deste componente do RWA deverá ser utilizada metodologia padronizada definida na Circ. 3.635/13, conforme fórmula abaixo, onde j corresponde a cada uma das zonas de vencimento, k , cada uma das moedas, M^{ext} corresponde ao multiplicador por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de moedas estrangeiras divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: [art. 8º da Circ. 3.635/13](#);

$$M^{ext} \times \sum_{k=1}^{m1} \left(\sum_{j=1}^3 |DHZ_j| \right)_k$$

820.04 CUPOM DE MOEDA ESTRANGEIRA - DESCASAMENTO HORIZONTAL ENTRE AS ZONAS DE VENCIMENTO (DHE)

Valor apurado para o descasamento horizontal entre as zona de vencimento (DHE), correspondente a soma de: 40% (quarenta por cento) do menor valor absoluto entre as exposições totais da zona 1 e zona 2, se tiverem exposições totais



BANCO CENTRAL DO BRASIL

contrárias; 40% (quarenta por cento) do menor valor absoluto entre as exposições totais da zona 2 e da zona 3, se tiverem exposições totais contrárias; e 100% (cem por cento) do menor valor absoluto entre as exposições totais da zona 1 e da zona 3, se tiverem exposições totais contrárias. Para cálculo deste componente do RWA deverá ser utilizada metodologia padronizada definida na Circ. 3.635/13, conforme fórmula abaixo, onde k corresponde a cada uma das moedas, M^{ext} corresponde ao multiplicador por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de moedas estrangeiras divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: art. 9º e 10 da Circ. 3.635/13;

$$M^{ext} \times \sum_{k=1}^{m1} (DHE)_k$$

830 RWA_{JUR3}

RWA correspondente às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada. As exposições referem-se às operações classificadas na carteira de negociação, inclusive instrumentos financeiros derivativos. Para apuração do valor deste componente do RWA, define-se cada fluxo de caixa como o resultado líquido do valor das posições ativas menos o valor das posições passivas que vencem no mesmo dia, referente ao conjunto das posições utilizadas para cálculo da exigência de capital do último dia útil do mês (coerente com o valor informado no DDR - cadoc 2011 - quando reportado pela instituição, para o último dia útil do mês útil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais item 8). Valor positivo. Soma das contas 830.01 a 830.04 dividido pelo fator F definido no art. 4º da Resolução 4.193/13 - Tabela 022.

BN: Circ. 3.636/13;

830.01 CUPOM DE ÍNDICES DE PREÇO - EXPOSIÇÃO LÍQUIDA (EL)

Valor apurado para a exposição líquida considerando esta como o valor líquido do somatório das exposições ponderadas para cada vértice para cada índice de preço, conforme fórmula abaixo, onde i corresponde a cada um dos vértices, "p", cada um dos índices de preços e M^{pco} corresponde ao multiplicador, por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de índices de preços, divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: art. 6º da Circ. 3.636/13;

$$M^{pco} \times \sum_{p=1}^{p1} \left(\left| \sum_{i=1}^{11} EL_i \right| \right)_p$$

830.02 CUPOM DE ÍNDICES DE PREÇO - DESCASAMENTO VERTICAL (DV)

Valor apurado para o descasamento vertical, correspondente a 10% (dez por cento) do menor valor entre o valor absoluto da soma das exposições ponderadas compradas e o valor absoluto da soma das exposições ponderadas vendidas em cada vértice para cada índice de preço. Para o cálculo deste componente do RWA deverá ser utilizada metodologia padronizada definida na Circ. 3.636/13, conforme fórmula abaixo, onde i corresponde a cada um dos vértices, "p", cada um dos índices de preços, M^{pco} corresponde ao multiplicador por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de índices de preços divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: art. 7º da Circ. 3.636/13;

$$M^{pco} \times \sum_{p=1}^{p1} \left(\sum_{i=1}^{11} |DV_i| \right)_p$$

830.03 CUPOM DE ÍNDICES DE PREÇO - DESCASAMENTO HORIZONTAL DENTRO DA ZONA DE VENCIMENTO (DHZ)

Valor apurado para o descasamento vertical, correspondente a 10% (dez por cento) do menor valor entre o valor



BANCO CENTRAL DO BRASIL

absoluto da soma das exposições ponderadas compradas e o valor absoluto da soma das exposições ponderadas vendidas em cada vértice para cada índice de preço. Para o cálculo deste componente do RWA deverá ser utilizada metodologia padronizada definida na Circ. 3.636/13, conforme fórmula abaixo, onde i corresponde a cada um dos vértices, " p ", cada um dos índices de preços, M^{pco} corresponde ao multiplicador por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de índices de preços divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: art. 7º da Circ. 3.636/13;

$$M^{pco} \times \sum_{p=1}^{p1} \left(\sum_{j=1}^3 |DHz_j| \right)_p$$

830.04 CUPOM DE ÍNDICES DE PREÇO - DESCASAMENTO HORIZONTAL ENTRE AS ZONAS DE VENCIMENTO (DHE)

Valor apurado para o descasamento horizontal entre as zona de vencimento (DHE), correspondente à soma de: 40% (quarenta por cento) do menor valor absoluto entre as exposições totais da zona 1 e zona 2, se tiverem exposições totais contrárias; 40% (quarenta por cento) do menor valor absoluto entre as exposições totais da zona 2 e da zona 3, se tiverem exposições totais contrárias; e 100% (cem por cento) do menor valor absoluto entre as exposições totais da zona 1 e da zona 3, se tiverem exposições totais contrárias. Para cálculo deste componente do RWA deverá ser utilizada metodologia padronizada definida na Circ. 3.636/13, conforme fórmula abaixo, onde " p " corresponde a cada um dos índices de preço, M^{pco} corresponde ao multiplicador, por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de índices de preços, divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil (observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais). Valor positivo.

BN: art. 9º e 10 da Circ. 3.636/13;

$$M^{pco} \times \sum_{p=1}^{p1} (DHE)_p$$

840 RWA_{JUR4}

Valor correspondente às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de taxas de juros cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada. As exposições referem-se às operações classificadas na carteira de negociação, inclusive instrumentos financeiros derivativos. Para apuração do valor deste componente do RWA, define-se cada fluxo de caixa como o resultado líquido do valor das posições ativas menos o valor das posições passivas que vencem no mesmo dia, referente ao conjunto das posições utilizadas para cálculo da exigência de capital do último dia útil do mês (coerente com o valor informado no DDR - Cadoc 2011 - quando reportado pela instituição, para o último dia útil do mês útil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais). Valor positivo. Soma das contas 840.01 a 840.04 dividido pelo fator F definido no art. 4º da Resolução 4.193/13 - Tabela 022.

BN: Circ. 3.637/13;

840.01 CUPOM DE TAXA DE JUROS - EXPOSIÇÃO LÍQUIDA (EL)

Valor apurado para a exposição líquida considerando esta como o valor líquido do somatório das exposições ponderadas para cada vértice para cada tipo de taxas de juros, conforme fórmula abaixo, onde i corresponde a cada um dos vértices, " t ", cada um dos tipos de taxas de juros e M^{jur} corresponde ao multiplicador, por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de taxas de juros, divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: art. 6º da Circ. 3.637/13;

$$M^{jur} \times \sum_{t=1}^{t1} \left(\left| \sum_{i=1}^{11} EL_i \right| \right)_t$$

840.02 CUPOM DE TAXA DE JUROS - DESCASAMENTO VERTICAL (DV)

Valor apurado para o descasamento vertical, correspondente a 10% (dez por cento) do menor valor entre o valor absoluto da soma das exposições ponderadas compradas e o valor absoluto da soma das exposições ponderadas



BANCO CENTRAL DO BRASIL

vendidas em cada vértice para cada tipo de taxas de juros. Para o cálculo deste componente do RWA deverá ser utilizada metodologia padronizada definida na Circ. 3.637/13, conforme fórmula abaixo, onde i corresponde a cada um dos vértices, " t ", cada uma das tipo de taxas de juros, M^{jur} corresponde ao multiplicador por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de taxas de juros divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais, e " F " corresponde ao fator definido no art. 4º da Resolução 4.193/13 - TABELA 015. Valor positivo.

BN: art. 7º da Circ. 3.637/13;

$$M^{jur} \times \sum_{t=1}^{t1} \left(\sum_{i=1}^{11} |DV_i| \right)_t$$

840.03 CUPOM DE TAXA DE JUROS - DESCASAMENTO HORIZONTAL DENTRO DA ZONA DE VENCIMENTO (DHZ)

Valor apurado para o descasamento horizontal dentro da zona de vencimento (DHZ), correspondente ao menor valor entre a soma das exposições líquidas positivas e a soma dos valores absolutos das exposições líquidas negativas de cada vértice pertencente à zona. Para o cálculo deste componente do RWA deverá ser utilizada metodologia padronizada definida na Circ. 3.637/13, conforme fórmula abaixo, onde j corresponde a cada uma das zonas de vencimento, " t ", cada um dos tipos de taxas de juros, M^{jur} corresponde ao multiplicador por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de taxas de juros divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: art. 8º da Circ. 3.637/13;

$$M^{jur} \times \sum_{t=1}^{t1} \left(\sum_{j=1}^3 |DHZ_j| \right)_t$$

840.04 CUPOM DE TAXA DE JUROS - DESCASAMENTO HORIZONTAL ENTRE AS ZONAS DE VENCIMENTO (DHE)

Valor apurado para o descasamento horizontal entre as zona de vencimento (DHE), correspondente a soma de: 40% (quarenta por cento) do menor valor absoluto entre as exposições totais da zona 1 e zona 2, se tiverem exposições totais contrárias; 40% (quarenta por cento) do menor valor absoluto entre as exposições totais da zona 2 e da zona 3, se tiverem exposições totais contrárias; e 100% (cem por cento) do menor valor absoluto entre as exposições totais da zona 1 e da zona 3, se tiverem exposições totais contrárias. Para cálculo deste componente do RWA deverá ser utilizada metodologia padronizada definida na Circ. 3.637/13, conforme fórmula abaixo, onde " t " corresponde a cada um dos tipos de taxas de juros, M^{jur} corresponde ao multiplicador por exposição sujeita à variação da taxa de cupons de taxas de juros divulgado diariamente pelo Banco Central do Brasil, observando-se as disposições da Carta-Circular 3.350/08 e do comunicado 23.117/12 – ver orientações gerais. Valor positivo.

BN: art. 9º e 10 da Circ. 3.637/13;

$$M^{jur} \times \sum_{t=1}^{t1} (DHE)_t$$

850 RWA_{COM}

RWA correspondente às exposição da parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities), negociados nos mercados de bolsas ou balcão organizado, inclusive instrumentos financeiros derivativos, com exceção das operações referenciadas em ouro ativo financeiro ou instrumento cambial, cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada. Apurado em conformidade com a Circ. 3.639/13, pela soma dos saldos das contas 850.01 e 850.02 dividido pelo fator F definido no art. 4º da Resolução 4.193/13 - Tabela 022.

BN: Circ. 3.639/13;

850.01 COMMODITIES - EXPOSIÇÃO LÍQUIDA (EL)



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Valor apurado em conformidade com a abordagem padronizada definida na Circ. 3.639/13 decomposta para a exposição líquida, conforme fórmula abaixo (valor absoluto da soma de todas as posições compradas menos o valor absoluto da soma de todas as posições vendidas referenciadas no tipo de mercadoria, incluídas aquelas detidas por intermédio de instrumentos financeiros derivativos, multiplicados por 0,15) onde "n" corresponde ao número de tipos de mercadorias nas quais estão referenciadas as exposições, EL_i , exposição líquida da mercadoria "i", representativa do valor, expresso em reais, apurado mediante o valor absoluto da soma de todas as posições compradas menos o valor absoluto da soma de todas as posições vendidas referenciadas no tipo de mercadoria "i", incluídas aquelas detidas por intermédio de instrumentos financeiros derivativos. Para apuração desta exposição, o número de unidades-padrão da mercadoria deve ser multiplicado pelo valor de mercado, em reais, da mercadoria no mercado à vista. Valor positivo.

BN: Circ. 3.639/13;

$$0,15 \times \sum_{i=1}^n |EL_i|$$

850.02 COMMODITIES - EXPOSIÇÃO BRUTA (EB)

Valor apurado em conformidade com a abordagem padronizada definida na Circ. 3.639/13 decomposta para a exposição bruta, conforme fórmula abaixo (somatório dos valores absolutos, em reais de cada posição comprada e de cada posição vendida referenciada em mercadorias, multiplicados por 0,03) onde EB corresponde a exposição bruta, representativa do somatório dos valores absolutos, expressos em reais, de cada posição comprada e de cada posição vendida referenciada em mercadorias. Para apuração desta exposição, o número de unidades-padrão da mercadoria deve ser multiplicado pelo valor de mercado, em reais, da mercadoria no mercado à vista. Valor positivo.

BN: Circ. 3.639/13;

$$0,03 \times EB$$

860 RWA_{ACS}

RWA apurado referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações, correspondente a soma algébrica das frações RWAACS relativas a cada país onde a instituição apresenta exposição desta natureza. O cálculo aplica-se, também, aos instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações. Valor apurado pelo somatório das contas 860.01, 860.04, 860.07, 860.08, 860.09 e 860.10 dividido pelo fator F definido no art. 4º da Resolução 4.193/13 - Tabela 022. Valor positivo.

BN: Circ. 3.638/13, com redação dada pela Circ. 3.677/2013.

860.01 AÇÕES - MÓDULO DA SOMA DAS EXPOSIÇÕES LÍQUIDAS NO PAÍS

Valor apurado em conformidade com a abordagem padronizada definida na Circ. 3.638/13 decomposta para o módulo da soma das exposições líquidas no país para cada emitente, conforme fórmula abaixo (valor absoluto do somatório, em reais, dos valores de mercado de todas as posições compradas menos o valor absoluto do somatório, em reais de todas as posições vendidas, para cada emitente, multiplicados por 0,08), onde "nb" corresponde ao número de emitente no país, $ELA_{i,b}$, à exposição líquida em ações do emitente "i" no país. Para as exposições decorrentes de contratos de opções, o valor da posição deve ser obtido multiplicando-se o valor de mercado do ativo subjacente pela quantidade de contratos, pelo seu tamanho e pelo delta da opção. Valor positivo.

BN: Circ. 3.638/13, com redação dada pela Circ. 3.677/2013.

$$0,08 \times \left| \sum_{i=1}^{nb} (ELA_{i,b}) \right|$$

860.04 AÇÕES - MÓDULO DA SOMA DAS EXPOSIÇÕES LÍQUIDAS NO EXTERIOR

Valor apurado em conformidade com a abordagem padronizada definida na Circ. 3.638/13 decomposta para o módulo da soma das exposições líquidas no exterior, para cada emitente, conforme fórmula abaixo (somatório, de cada país estrangeiro, do valor absoluto do somatório, em reais, dos valores de mercado de todas as posições compradas menos o valor absoluto do somatório, em reais de todas as posições vendidas, para cada emitente, multiplicados por 0,08), onde "ne" corresponde ao número de países no exterior em que a instituição realiza operações sujeitas a variação do preço de



BANCO CENTRAL DO BRASIL

ações, "nij", número de emitentes aos quais está exposta a instituição no país "j", $ELA_{i,j}$, à exposição líquida em ações do emitente "i" no país "j". Para as exposições decorrentes de contratos de opções, o valor da posição deve ser obtido multiplicando-se o valor de mercado do ativo subjacente pela quantidade de contratos, pelo seu tamanho e pelo delta da opção. Valor positivo.

BN: Circ. 3.638/13, com redação dada pela Circ. 3.677/2013.

$$0,08 \times \sum_{j=1}^{ne} \left| \sum_{i=1}^{nij} (ELA_{i,j}) \right|$$

860.07 AÇÕES - SOMA DO MÓDULO DAS EXPOSIÇÕES LÍQUIDAS EM AÇÕES NO PAÍS

Valor apurado em conformidade com a abordagem padronizada definida na Circ. 3.638/13 decomposta para a soma do módulo das exposições líquidas no país para cada emitente, conforme fórmula abaixo (somatório do valor absoluto, em reais, dos valores de mercado das posições compradas menos o valor de mercado das posições vendidas no País, para cada emitente, multiplicados por 0,08) onde "nb" corresponde ao número de emitente no país, $ELA_{i,b}$, à exposição líquida em ações do emitente "i" no país. Para as exposições decorrentes de contratos de opções, o valor da posição deve ser obtido multiplicando-se o valor de mercado do ativo subjacente pela quantidade de contratos, pelo seu tamanho e pelo delta da opção. Valor positivo.

BN: Circ. 3.638/13, com redação dada pela Circ. 3.677/2013.

$$0,08 \times \sum_{i=1}^{nb} |ELA_{i,b}|$$

860.08 AÇÕES - SOMA DO MÓDULO DAS EXPOSIÇÕES LÍQUIDAS EM AÇÕES NO EXTERIOR

Valor apurado em conformidade com a abordagem padronizada definida na Circ. 3.638/13 decomposta para a soma do módulo das exposições líquidas no exterior, para cada emitente, conforme fórmula abaixo (somatório, de cada país estrangeiro, do somatório do valor absoluto, em reais, dos valores de mercado das posições compradas menos o valor de mercado das posições vendidas em cada país estrangeiro, para cada emitente, multiplicados por 0,08) onde "ne" corresponde ao número de emitente em cada país, "nij", número de emitentes aos quais está exposta a instituição no país "j" e $ELA_{i,j}$, à exposição líquida em ações do emitente "i" no país "j". Para as exposições decorrentes de contratos de opções, o valor da posição deve ser obtido multiplicando-se o valor de mercado do ativo subjacente pela quantidade de contratos, pelo seu tamanho e pelo delta da opção. Valor positivo.

BN: Circ. 3.638/13, com redação dada pela Circ. 3.677/2013.

$$0,08 \times \sum_{j=1}^{ne} \left(\sum_{i=1}^{nij} |ELA_{i,j}| \right)$$

860.09 AÇÕES - SOMA DO MÓDULO DAS EXPOSIÇÕES LÍQUIDAS EM ÍNDICES DE AÇÕES NO PAÍS

Valor apurado em conformidade com a abordagem padronizada definida na Circ. 3.638/13 decomposta para a soma do módulo das exposições líquidas no país para cada índice de ações, conforme fórmula abaixo (somatório do valor absoluto, em reais, dos valores de mercado das posições compradas menos o valor de mercado das posições vendidas no País em cada índice, multiplicados por 0,02) onde "nb" corresponde ao número de índices de ações no país, $ELI_{i,b}$, à exposição líquida em índices de ações "i" no país. Para as exposições decorrentes de contratos de opções, o valor da posição deve ser obtido multiplicando-se o valor de mercado do ativo subjacente pela quantidade de contratos, pelo seu tamanho e pelo delta da opção. Valor positivo. Conta válida a partir de 01/2014.

BN: Circ. 3.638/13, com redação dada pela Circ. 3.677/2013.

$$0,02 \times \sum_{i=1}^{nb} |ELI_{i,b}|$$



BANCO CENTRAL DO BRASIL

860.10 AÇÕES - SOMA DO MÓDULO DAS EXPOSIÇÕES LÍQUIDAS EM ÍNDICES DE AÇÕES NO EXTERIOR

Valor apurado em conformidade com a abordagem padronizada definida na Circ. 3.638/13 decomposta para o módulo da soma das exposições líquidas no exterior, para cada índice de ações, conforme fórmula abaixo (somatório, de cada país estrangeiro, do somatório do valor absoluto, em reais, dos valores de mercado das posições compradas menos o valor de mercado das posições vendidas em cada país estrangeiro em índices de ações, multiplicados por 0,02), onde "ne" corresponde ao número de países no exterior em que a instituição realiza operações com índices de ações, "nij", número de índices de ações aos quais está exposta a instituição no país "j", ELI_{ij} , à exposição líquida em índices de ações "i" no país "j". Para as exposições decorrentes de contratos de opções, o valor da posição deve ser obtido multiplicando-se o valor de mercado do ativo subjacente pela quantidade de contratos, pelo seu tamanho e pelo delta da opção. Valor positivo. Conta válida a partir de 01/2014.

BN: Circ. 3.638/13, com redação dada pela Circ. 3.677/2013.

$$0,02 \times \sum_{j=1}^{ne} \left(\sum_{i=1}^{nij} |ELI_{ij}| \right)$$

870 RWA_{OPAD}

RWA correspondente às exposições, ao risco operacional, sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada. Para instituições que devem detalhar a apuração do RWA_{OPAD} ver instruções da conta 870 descrita na TABELA 003 – E .

BN: Res. 4.193/13 (com redação dada pela Res. 4.281/213) e Circular 3.640/13 (com redação dada pela Circ. 3.675/2013).

890 VALOR TOTAL DA R_{BAN}

Capital para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação. Valor positivo. Para instituições que devem detalhar a apuração do R_{BAN} ver instruções da conta 890 descrita na TABELA 003 – F .

BN: Circ. 3.365/07.

900 ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)

Montante do RWA correspondente à somat dos saldos das contas: 700, 770, 870. Valor positivo.

BN: Res. 4.193/13 (com redação dada pela Res. 4.281/213) e Circ. 3.646/13 (com redação dada pela Circ. 3.674/2013).

910 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA

Valor correspondente ao requerimento de Patrimônio de Referência, equivalente à aplicação de fator F sobre o RWA. O fator F corresponde: em 2013, 2014 e 2015 a 11%; em 2016 a 9,875%; em 2017 a 9,25%; em 2018 a 8,625% e de 2019 em diante a 8%. Saldo da conta 900 multiplicado pelo fator F. Para cooperativas singulares não filiadas a cooperativas centrais de crédito que não optarem pela apuração do montante do RWARPS, conforme Res. 4.194/13, o fator F acima descrito, deve ser acrescido de 4 pontos percentuais. Para cooperativas optantes pela apuração do RWA_{RPS} o fator F corresponde a: 10,5% para cooperativa de crédito filiada a cooperativa central; 11,5% para cooperativa central; e 15,5% para cooperativa singular de crédito não filiada cooperativa central. Valor positivo.

BN: art. 3º (com redação dada pela Res. 4.281/2013), art. 4º e art. 7º da Res. 4.193/2013 e art. 6º da Res. 4.194/13.

911 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA E PARA RBAN

Valor correspondente ao requerimento de Patrimônio de Referência, considerando o requerimento mínimo apurado a partir do RWA e para cobertura do risco de taxa de juros das operações não incluídas na carteira de negociação - RBAN. Corresponde à soma dos saldos das contas 890 e 910. Valor positivo.

BN: art. 3º (com redação dada pela Res. 4.281/2013), art. 4º e art. 13 da Res. 4.193/2013;

920 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA

Valor correspondente ao requerimento de Patrimônio de Referência Nível I, equivalente à aplicação de percentual fixo estabelecido na Res. 4.193/13, sobre o montante de RWA. O percentual aplicável corresponde a: 5,5% de 1.10.13 a



BANCO CENTRAL DO BRASIL

31.12.14; e 6% a partir de 1.1.15. Para cooperativas singulares não filiadas a cooperativas centrais de crédito que não optarem pela apuração do montante do RWARPS, conforme Res. 4.194/13, o percentual acima descrito, deve ser acrescido de 4 pontos percentuais. Para cooperativas optantes pela apuração do RWARPS o requerimento corresponde a: 8,5% do RWA para cooperativa de crédito filiada à cooperativa central; 9,5% do RWA, para cooperativa central; e 13,5% do RWA, para cooperativa singular de crédito não filiada cooperativa central. Valor positivo.

BN: art. 3º (com redação dada pela Res. 4.281/2013), art. 5º e art. 7º da Res. 4.193/2013 e art. 7º da Res. 4.194/13.

930 CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA

Valor correspondente ao requerimento de Capital Principal, equivalente à aplicação de percentual fixo estabelecido na Res. 4.193/13, sobre o montante de RWA. O percentual aplicável corresponde a 4,5% a partir de 1.10.13. Para cooperativas singulares não filiadas a cooperativas centrais de crédito que não optarem pela apuração do montante do RWARPS, conforme Res. 4.194/13, o percentual acima descrito, deve ser acrescido de 4 pontos percentuais. Para cooperativas optantes pela apuração do RWARPS o requerimento corresponde a: 7% do RWA para cooperativa de crédito filiada à cooperativa central; 8% do RWA, para cooperativa central; e 12% do RWA, para cooperativa singular de crédito não filiada cooperativa central. Valor positivo.

BN: art. 3º (com redação dada pela Res. 4.281/2013), art. 6º e art. 7º da Res. 4.193/2013 e art. 8º da Res. 4.194/13.

931 CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO CAPITAL COMPLEMENTAR

Valor correspondente ao mínimo de Capital Principal necessário para que os instrumentos elegíveis ao capital complementar autorizados no âmbito da Res. 4.192/13 não sejam extintos ou convertidos em ações, equivalente à aplicação de percentual fixo estabelecido na Res. 4.193/13, sobre o montante de RWA. O percentual aplicável corresponde a 5,125% a partir de 1.10.13.

BN: alínea "a" do inc. XV do art. 17 da Res. 4.192/13, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

932 CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO NÍVEL II

Valor correspondente ao mínimo de Capital Principal necessário para que os instrumentos elegíveis a Patrimônio de Referência Nível II, autorizados no âmbito da Res. 4.192/13, não sejam extintos ou convertidos em ações, equivalente à aplicação de percentual fixo estabelecido na Res. 4.193/13, sobre o montante de RWA. O percentual aplicável corresponde a 4,5% a partir de 1.10.13.

BN: alínea "a" do inc. X do art. 20 da Res. 4.192/13, com redação dada pela Res. 4.278/2013.

950 MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO

Valor correspondente à diferença entre o PR justado pelo excesso de recursos aplicados no ativo permanente e pelo destaque de capital para operações com o setor público e o valor requerido para o PR. Apurada pela diferença entre o saldo da conta 101 e 910.

951 MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL 1 REQUERIDO

Valor correspondente à diferença entre o Nível 1 do PR, ajustado pelo excesso de recursos aplicados no ativo permanente e pelo destaque de capital para operações com o setor público, e o requerido para o Nível 1 do PR. Equivalente ao saldo da conta 103, deduzido do saldo da conta 920.

952 MARGEM SOBRE O CAPITAL PRINCIPAL REQUERIDO

Valor correspondente à diferença entre o Capital Principal, ajustado pelo excesso de recursos aplicados no ativo permanente e pelo destaque de capital para operações com o setor público, e o requerido para o Capital Principal. Equivalente ao saldo da conta 104, deduzido do saldo das contas 930.

953 MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A R_{BAN}

Valor correspondente à diferença entre o PR ajustado pelo excesso de recursos aplicados no ativo permanente e pelo destaque de capital para operações com o setor público e o valor requerido para o PR, considerando o Capital requerido para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação. Apurada pelo saldo da conta 101 deduzido do saldo da conta 911.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

D) DETALHAMENTO DA APURAÇÃO RWA_{CPAD}

As contas deste grupo destinam-se à demonstração da apuração do valor RWA_{CPAD}, RWA apurado para exposições a risco de crédito com base em metodologia padronizada. Nas contas 510 a 700 devem ser informadas as exposições ponderadas por risco, resultado da aplicação dos fatores de ponderação de risco, de fatores mitigadores de risco e fatores de conversão. Os saldos dessas contas devem ser acompanhados de detalhamentos de informações que devem seguir as Orientações Gerais sobre o arquivo XML, especialmente item III-6, e são:

- Subconta (código elemento 45 – detalhado na TABELA 009),
- Fatores de ponderação de risco (código elemento 41 da TABELA 004 – detalhado na TABELA 010),
- Fatores de conversão (código elemento 43 – detalhado na TABELA 012),
- Instrumentos de mitigação de risco (código elemento 42 – detalhado na TABELA 011),
- Valor Base (código elemento 2 da TABELA 004),
- Tipo (código elemento 4 da TABELA 004 – detalhado na TABELA 024)

Relativamente ao uso dos elementos acima, informamos que existe no sistema LIMITES, conforme Item VI deste manual, relatório de configuração das contas, no qual são informados os elementos associados às contas do DLO e os domínios associados a cada um destes elementos. As definições restringem conta a conta, quanto ao uso dos elementos, e restringem esses elementos quanto aos códigos passíveis de uso, conforme tabelas acima indicadas. As configurações do relatório refletem as operações, já observadas, e portanto, não são estáticas. Elas não possuem caráter de norma, devem estar em conformidade com os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, e podem ser alteradas mediante solicitação das instituições financeiras por e-mail, indicado na última página deste manual. Essas solicitações serão analisadas pelo Desig conjuntamente com a supervisão direta do Banco Central do Brasil e, em caso de concordância, será efetuada a alteração do sistema.

Os valores abaixo listados devem ser detalhados sem apuração de RWA. O elemento tipo – TABELA 024 deve ser utilizado para classificar esses valores, como exposição excluída do RWA, ou como não exposição por disposição normativa. Outros valores que sejam identificados como não exposição por não representar exposição ao risco de crédito também devem ser classificados, quando representarem valores registrados na contabilidade.

- certificados de operações estruturadas;
- cotas de classe subordinada de fundos de investimento em direitos creditórios, cujos ativos subjacentes tenham permanecido registrados no seu ativo;
- aplicações em ações e mercadorias cobertas pelas parcelas RWAACS e RWACOM;
- operações interdependências;
- operações ativas vinculadas nos termos da Res. 2.921/02;
- créditos tributários de diferença temporária deduzidos do PR;
- créditos tributários de diferença temporária que sejam objeto de compensação com obrigações fiscais diferidas;
- demais créditos tributários deduzidos do PR;
- demais créditos tributários que sejam objeto de compensação com obrigações fiscais diferidas;
- excesso de participações inferiores a 10% do capital social de assemelhadas deduzidos do PR;
- excesso de participações superiores a 10% do capital social de assemelhadas deduzidos do PR;
- ativos atuariais relacionados a fundo de pensão de benefício definido deduzidos do PR;
- ativos atuariais objeto de compensação com obrigações fiscais diferidas;
- ativos intangíveis deduzidos do PR;
- ágios pagos em investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura na proporção que os mesmos são deduzidos do PR;
- operações de crédito com órgãos e entidades do setor público originárias de capital destacado;
- instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, deduzidos do PR;
- ativo permanente diferido deduzido do PR.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

510 DISPONIBILIDADES

Valor representativo das disponibilidades da instituição e apurado pelo somatório das contas 510.01 a 510.03. Valor positivo.

510.01 VALORES MANTIDOS EM ESPÉCIE

Valor registrado na contabilidade em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo-Prazo, representativas de valores mantidos em espécie, tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira. Para moedas estrangeiras emitidas por países que não atendam as exigências constantes das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso IX do artigo 21 da Circ. 3.644/13, o fator de ponderação será de 100%. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inciso I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: artigo 25 da Circ. 3.644/13 – FPR de 100%.

510.02 BANCO CENTRAL - RESERVA LIVRE EM ESPÉCIE

Valor registrado na contabilidade em conta específica do Ativo Circulante e Realizável a Longo-Prazo, representativa de reservas livres em espécie depositadas no Banco Central do Brasil. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inciso IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

510.03 DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Valor registrado na contabilidade em contas específicas do Ativo Circulante e Realizável a Longo-Prazo, representativas de depósitos bancários, tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira. Para depósitos bancários em moedas estrangeiras emitidas por países que não atendam as exigências constantes das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso IX do artigo 21 da Circ. 3.644/13, o fator de ponderação será de 100%. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: Inciso VII do art. 19 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) – FPR 0%

BN: inciso I, II (com redação dada pela Circ. 3.714/14), VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: artigo 25 da Circ. 3.644/13 – FPR de 100%.

520 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Valor representativo de aplicações interfinanceiras de liquidez e apurado pelo somatório das contas 520.01 a 527.01. Valor positivo.

Observações: 1- em operações compromissadas quando da utilização da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte é facultado a utilização de instrumento mitigador de risco, tanto em operações de compra com compromisso de revenda, quanto em operações de venda com compromisso de recompra, entretanto deve-se observar que caso o instrumento mitigador não cubra o total da exposição, o registro deve ser desmembrado em duas partes, uma para a parcela coberta pelo instrumento mitigador e outra para a parcela não coberta; 2 – na compra com compromisso de revenda de títulos públicos federais, o valor aceito para fins de mitigação de risco deve ser reduzido em 20% do seu valor de mercado (e por consequência elevação do valor não coberto pelo instrumento) na medida em que não atender aos requisitos definidos no §6º do art. 37 da Circ. 3.644/13; 3 – caso os requisitos definidos nos inc. II a IV do §6º do art. 37 da Circ. 3.644/13 sejam atendidos, e não seja atendido o inc. I do referido parágrafo (ou seja, quando não se tratar de contraparte relevante), cabe a utilização dos títulos públicos federais como instrumento mitigador de risco, sob a ponderação de 10%.

520.01 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS – COMPRA COM COMPROMISSO DE REVENDA –(Esta conta requer a utilização da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de operações compromissadas de compra com compromisso de revenda de títulos e valores mobiliários. O cálculo do RWA deve considerar a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte e o valor desta exposição corresponde ao valor financeiro da revenda, deduzido dos valores correspondentes a rendas a apropriar. Para efeito de aplicação do FPR à exposição relativa ao risco de crédito da contraparte, esta operação equipara-se a uma operação de crédito, considerando-se o ativo objeto da operação como instrumento mitigador de risco de crédito. Ver observações 1 a 3 da conta 520. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: §1º do artigo 3º da Circ. 3.644/13;

BN: artigo 8º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. IV, V e VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: inc. IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/136 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 (Instituições em Regime Especial) - FPR de 100%;

BN: artigo 31 da Circ. 3.644/13.

520.02 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS – VENDA COM COMPROMISSO DE RECOMPRA – (Esta conta requer a utilização das subcontas 010 - Risco do Ativo Objeto e 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de operações compromissadas de venda com compromisso de recompra com títulos e valores mobiliários. O cálculo do RWA deve considerar a exposição relativa ao ativo objeto da operação e a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte, devendo o valor da exposição relativa ao ativo objeto e ao risco de crédito da contraparte corresponder ao valor contábil do ativo. Para efeito de aplicação do FPR à exposição relativa ao risco de crédito da contraparte, esta operação equipara-se a uma operação de empréstimo de títulos, considerando-se os recursos financeiros recebidos como instrumento mitigador de risco de crédito. Ver observação 1 da conta 520 . Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: artigo 8º da Circ. 3.644/13;

BN: art. 18 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%, 35%, 50%, 75%, 100%, 909,09%;

BN: inc. IV, V e VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: inc. IV, V, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14), X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) e XI do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I, II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) e VIII do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85% ;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 (Instituições em Regime Especial) - FPR de 100%;

BN: artigo 31 da Circ. 3.644/13.

520.03 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS – COMPRA COM COMPROMISSO DE REVENDA, CONJUGADO COM VENDA COM COMPROMISSO DE RECOMPRA – (Esta conta requer a utilização da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte para cada uma das contrapartes envolvidas)

Valor da RWA para operações compromissadas de compra com compromisso de revenda conjugado com venda com compromisso de recompra com títulos e valores mobiliários em que a venda com compromisso de recompra se dê em prazo igual ou inferior ao da operação de compra com compromisso de revenda. O cálculo do RWA deve considerar as exposições relativas aos riscos de crédito das contrapartes envolvidas. O valor da exposição correspondente ao compromisso de revenda corresponde ao valor contábil da revenda, deduzido dos valores correspondentes a rendas a apropriar. O valor da exposição correspondente ao compromisso de recompra corresponde ao valor contábil do título segundo critérios do Cosif. Para efeito de aplicação do FPR à exposição relativa ao risco de crédito da contraparte caberá tratamento específico para compra/revenda e para a venda/recompra. Na compra com compromisso de revenda pode-se considerar o objeto da operação como instrumento mitigador de risco, nos termos da normatização vigente; na venda com compromisso de recompra pode-se utilizar os recursos financeiros recebidos como instrumento mitigador de risco de crédito. Ver observações 1 a 3 da conta 520 . Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: artigo 8º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. IV, V e VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: inc. IV, V, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 (Instituições em Regime Especial) - FPR de 100%;

BN: artigo 31 da Circ. 3.644/13.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

520.04 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS – POSIÇÃO VENDIDA – COMPRA COM COMPROMISSO DE REVENDA (Esta conta requer a utilização da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de operações compromissadas – posição vendida - de compra com compromisso de revenda com títulos e valores mobiliários. O cálculo do RWA deve considerar a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte e o valor desta exposição corresponde ao valor financeiro da revenda, deduzido dos valores correspondentes a rendas a apropriar. Para efeito de aplicação do FPR à exposição relativa ao risco de crédito da contraparte, esta operação equipara-se a uma operação de crédito. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: artigo 8º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. IV, V e VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: inc. IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 (Instituições em Regime Especial) - FPR de 100%;

BN: artigo 31 da Circ. 3.644/13.

520.05 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS – LIVRE MOVIMENTAÇÃO – VENDA COM COMPROMISSO DE RECOMPRA – TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS (Esta conta requer a utilização das subcontas 010 — Risco do Ativo Objeto e da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de operações compromissadas com livre movimentação de venda com compromisso de recompra com títulos públicos federais. O cálculo do RWA deve considerar a exposição relativa ao ativo objeto da operação e a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte, devendo o valor da exposição relativa ao ativo objeto e ao risco de crédito da contraparte corresponder ao valor contábil do ativo. Para efeito de aplicação do FPR à exposição relativa ao risco de crédito da contraparte, esta operação equipara-se a uma operação de empréstimo de títulos, considerando-se os recursos financeiros recebidos como instrumento mitigador de risco de crédito. Ver observação 1 da conta 520 . Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: artigo 8º da Circ. 3.644/13;

BN: Art. 18 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%, 35%, 50%, 75%, 85%, 100% e 909,09%;

BN: inc. IV, V e VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: inc. IV, V, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I, II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) e VIII do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 (Instituições em Regime Especial) - FPR de 100%;

BN: artigo 31 da Circ. 3.644/13.

526.01 DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de depósitos interfinanceiros. O valor desta exposição corresponde ao valor contábil da aplicação. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: § 2º do artigo 3º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. IV e VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 (Instituições em Regime Especial) - FPR de 100%.

526.02 DEPÓSITOS EM POUPANÇA Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de depósitos em poupança. O valor desta exposição corresponde ao valor contábil da aplicação. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. IV e VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 (Instituições em Regime Especial) - FPR de 100%.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

526.03 DEPÓSITOS VOLUNTÁRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de depósitos voluntários no Banco Central do Brasil. O valor desta exposição corresponde ao valor contábil da aplicação. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%.

527.01 APLICAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de aplicações em moedas estrangeiras. O valor desta exposição corresponde ao valor contábil da aplicação. Para os depósitos efetuados no Banco Central do Brasil por excesso de posição comprada utilizar Fator de Ponderação 0%. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: § 1º do artigo 3º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. IV, V e VII do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: inc. X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

530 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Valor representativo das aplicações em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e apurado pelo somatório das contas 530.07 a 530.20. Valor positivo.

530.07 DERIVATIVOS FINANCEIROS – VALOR DE REPOSIÇÃO – ATIVO

(Esta conta requer a utilização da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado referente a operações com instrumentos financeiros derivativos. O valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte, corresponde ao seu valor de reposição quando positivo. O Fator de Ponderação deve ser aplicado de acordo com a contraparte. Títulos públicos federais depositados em garantia podem ser utilizados como instrumentos mitigadores de risco, a parcela coberta por este instrumento mitigador está sujeita ao FPR de 10%. Para os derivativos embutidos nas operações de captação por meio de emissão de Certificados de Operações Estruturadas (COE) amparados pelo art. 1º da Circ. 3.685/13, não cabe apuração de RWA, no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Não cabe apuração de RWA para aplicações em ações e mercadorias cobertas pelas parcelas RWA_{ACS} e RWA_{COM} , no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. III do art. 33 da Circ. 3.644/13;

BN: art. 12 da Circ. 3.644 (com redação dada pela Circ. 3.714/14);

BN: inc. IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 - FPR de 2%;

BN: inc. IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

530.08 DERIVATIVOS FINANCEIROS – GANHO POTENCIAL FUTURO

O valor da exposição relativa ao ganho potencial futuro, decorrente de operação com instrumento financeiro derivativo, deve ser determinado mediante a multiplicação do valor de referência da operação pelo respectivo Fator de Exposição Potencial Futura (FEPF). O Fator de Ponderação deve ser aplicado de acordo com a contraparte. Títulos públicos federais depositados em garantia podem ser utilizados como instrumentos mitigadores de risco, a parcela coberta por este instrumento mitigador está sujeita ao FPR de 10%. Valor positivo. Observações: **1** - O ganho potencial futuro decorrente de contrato de câmbio com liquidação futura deve ser tratado na conta 570.07. **2** - Mesmo que as operações sejam liquidadas em câmara de compensação e de liquidação autorizada pelo Banco Central do Brasil, interpondo-se a câmara como contraparte central, seja a instituição financeira parte ganhadora ou perdedora cabe o registro da exposição baseada no valor nocional do derivativo. **3** - Não cabe registro nesta conta para os derivativos embutidos nas operações



BANCO CENTRAL DO BRASIL

de captação por meio de emissão de Certificados de Operações Estruturadas (COE) amparados pelo art. 1º da Circ. 3.685/13. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 13 da Circ. 3.644;

BN: inc. IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 - FPR de 2%;

BN: inc. IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

530.10 AÇÕES

Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de aplicação de recursos em títulos de renda variável. Não cabe apuração de RWA para aplicações em ações e mercadorias cobertas pelas parcelas RWA_{ACS} e RWA_{COM} , no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. III do art. 33 da Circ. 3.644/13;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

530.12 COTAS DE FUNDOS DE CLASSE SUBORDINADA ADQUIRIDAS A PARTIR DE 03/2013

Valor correspondente aos valores registrados na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativos de aplicações de recursos em cotas de fundos de investimento em cotas de classe subordinada de FIDC e demais fundos de investimento, adquiridas a partir 4.3.2013. Ao valor da exposição deve ser aplicado FPR de 909,09% até 2015, 1012,65% em 2016, 1081,08 em 2017, 1159,42% em 2018 e 1.250% a partir de 2019. Para os valores registrados na contabilidade referente às aplicações em cotas de classe subordinada de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC), cujas operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, tenham permanecido registrados em sua totalidade no ativo da instituição financeira não deve ser apurado RWA, no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Não cabe apuração de RWA para aplicações em ações e mercadorias cobertas pelas parcelas RWA_{ACS} e RWA_{COM} , no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. III do art. 33 da Circ. 3.644/13;

BN: § 2º do art. 3º da Circ. 3.644/13;

BN: § 9º do art. 17 da Circ. 3.644/13;

BN: inc. I do art. 29 da Circ. 3.644/13 - FPR de 909,09%;

BN: § único do Art.29 da Circ. 3.644/13 combinado com art. 4º da Res. 4.193/13.

530.13 COTAS DE DEMAIS FUNDOS (EXCETO CLASSE SUBORDINADA ADQUIRIDAS A PARTIR DE 03/2013)

Valor correspondente aos valores registrados na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativos de aplicações de recursos em cotas de fundos de investimento com exceção das cotas de classe subordinada de FIDC e de cotas de classe subordinada de demais fundos de investimento, adquiridas a partir 4.3.2013. O valor da exposição corresponderá à participação proporcional da aplicação no patrimônio do fundo sobre as exposições do fundo (como se fossem detidas pela instituição aplicadora). Para identificação das exposições do fundo, devem ser utilizadas as últimas informações disponíveis divulgadas com antecedência de, no máximo, 31 dias da data-base de apuração. É permitida a utilização de informações com antecedência de até noventa dias da data-base de apuração, caso o fundo possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela sua divulgação, na forma definida pela CVM. Caso o fundo de investimento mantenha instrumentos derivativos em carteira, a apuração do valor da exposição deve considerar o respectivo ganho potencial futuro, conforme arts. 13 e 15 da Circ. 3.644/13. Caso não seja possível a identificação das exposições do fundo, é facultada a utilização dos limites mínimos de investimento previstos em seu regulamento multiplicados pelo ativo do fundo, desde que esses limites permitam a identificação do FPR aplicável. Caso o somatório dos limites mínimos acima referidos seja inferior a 100% das exposições do fundo, deve ser aplicado FPR de 909,09% até 2015, 1012,65% em 2016, 1081,08 em 2017, 1159,42% em 2018 e



BANCO CENTRAL DO BRASIL

1.250% a partir de 2019. , aplica-se este FPR para os casos em que seja verificada a impossibilidade de identificação dos ativos integrantes do fundo e não seja utilizada a faculdade de se apurar a exposição com base nos limites mínimos de investimento previstos em regulamento, bem como para as exposições relativas à aquisição de cotas de fundos de investimento detidas por fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, que por sua vez, também tenham cotas detidas por fundos de investimento em cotas de fundo de investimento. Caso utilizada a faculdade de utilização dos limites mínimos de investimento, previstos em regulamento do fundo, e verificada a impossibilidade de determinar valores específicos para os fatores FCL e FEPF, estes devem assumir, respectivamente, os valores de 10% e 15%. (TABELA 012). Para os valores registrados na contabilidade referente às aplicações em cotas de classe subordinada de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC), cujas operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, tenham permanecido registrados em sua totalidade no ativo da instituição financeira não deve ser apurado RWA, no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Não cabe apuração de RWA para aplicações em ações e mercadorias cobertas pelas parcela RWA_{ACS} e RWA_{COM} , no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. III do art. 33 da Circ. 3.644/13;

BN: § 2º do art. 3º da Circ. 3.644/13;

BN: art. 17 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%, 2%, 20%, 35%, 50%, 75%, 85%, 100% e 909,09%;

BN: § único do art. 29 da Circ. 3.644/13 combinado com art. 4º da Res. 4.193/13.

530.14 TÍTULOS DE SECURITIZAÇÃO DE CLASSE SUBORDINADA ADQUIRIDOS A PARTIR DE 03/2013

Valor correspondente aos valores registrados na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativos de aplicações de recursos em títulos de securitização de classe subordinada, adquiridas a partir de 04.03.2013. Estes entendidos como título ou valor mobiliário cuja remuneração seja associada ao fluxo de recebimentos de direitos creditórios, outros títulos ou valores mobiliários ou derivativos de crédito. Para apuração do valor da exposição decorrente de aplicação em títulos de securitização, os ativos subjacentes a tais títulos devem ser considerados como se fossem detidos pela instituição. Deve ser aplicado FPR de 909,09% até 2015, 1012,65% em 2016, 1081,08 em 2017, 1159,42% em 2018 e 1.250% a partir de 2019. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: § 3º do art. 18 da Circ. 3.644/13;

BN: inc. II do art. 29 da Circ. 3.644/13 – FPR de 909,09%;

BN: § único do Art. 29 da Circ. 3.644/13 combinado com art. 4º da Res. 4.193/13.

530.15 DEMAIS TÍTULOS DE SECURITIZAÇÃO (EXCETO CLASSE SUBORDINADA ADQUIRIDOS A PARTIR DE 03/2013)

Valor correspondente aos valores registrados na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativos de aplicações de recursos em títulos de securitização, não caracterizados como de classe subordinada, adquiridos a qualquer tempo, ou de classe subordinada, adquiridos até 03.03.2013. Títulos de securitização devem ser entendidos como título ou valor mobiliário cuja remuneração é associada ao fluxo de recebimentos de direitos creditórios, outros títulos ou valores mobiliários ou derivativos de crédito. Para apuração do valor da exposição decorrente de aplicação em títulos de securitização, os ativos subjacentes a tais títulos devem ser considerados como se fossem detidos pela instituição. Caso não seja possível a identificação dos ativos subjacentes aos títulos de securitização, deve ser aplicado FPR de 909,09% até 2015, 1012,65% em 2016, 1081,08 em 2017, 1159,42% em 2018 e 1.250% a partir de 2019. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 18 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%, 20%, 35%, 50%, 75%, 85%, 100% e 909,09%;

BN: § único do art. 29 da Circ. 3.644/13 combinado com art. 4º da Res. 4.193/13.

530.16 VALOR DE REPOSIÇÃO DE OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS DERIVATIVOS DE CRÉDITO PARA EXPOSIÇÕES DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIA DE RISCO

valor correspondente às exposições relacionadas ao valor de reposição, se positivo, decorrentes de transferência de risco em operações com instrumentos derivativos de crédito. Caso a instituição detenha o ativo subjacente o valor da exposição é zero. Caso a instituição detiver ativo subjacente de valor inferior ao valor de referência do derivativo de crédito, o valor de reposição, se positivo, deverá ser apurado proporcionalmente à diferença entre o valor de referência do derivativo e o valor do ativo subjacente. Observação: caso a instituição não detenha o ativo subjacente em montante equivalente ao valor de referência da operação deverá apurar RWA correspondente à conta 530.17. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: inc. II e III e § 2º do art. 14 e art. 15 da Circ. 3.644/13;
BN: inc. IV, V e VII ((com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 – FPR de 0%;
BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 - FPR de 2%;
BN: inc. IV e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;
BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13- FPR de 50%;
BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;
BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%.

530.17 GANHO POTENCIAL FUTURO DE OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS DERIVATIVOS DE CRÉDITO PARA EXPOSIÇÕES DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIA DE RISCO

Valor correspondente às exposições relacionadas ao ganho potencial futuro decorrentes de transferência de risco em operações com instrumentos derivativos de crédito. Caso a instituição detenha o ativo subjacente o valor da exposição é zero. O ganho potencial futuro decorrente de derivativo de crédito deve ser determinado mediante a multiplicação do valor de referência da operação pelo respectivo FEFP, conforme TABELA 012. O valor de referência denominado em moeda estrangeira deve ser convertido em moeda nacional com base na taxa de câmbio da data da apuração do ganho potencial futuro . Caso a instituição detiver ativo subjacente de valor inferior ao valor de referência do derivativo de crédito, o ganho potencial futuro deverá ser apurado proporcionalmente à diferença entre o valor de referência e o valor do ativo subjacente. Títulos públicos federais depositados em garantia podem ser utilizados como instrumentos mitigadores de risco, a parcela coberta por este instrumento mitigador está sujeita ao FPR de 10% . Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. II e III e § 2º do art. 14 e art. 15 da Circ. 3.644/13;
BN: inc. IV, V e VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 – FPR de 0%;
BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 - FPR de 2%;
BN: inc. IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;
BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13- FPR de 50%;
BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;
BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%;

530.18 DERIVATIVO DE CRÉDITO PARA EXPOSIÇÕES DECORRENTES DE RECEPÇÃO DE RISCO

Valor de referência do Contrato de Derivativo de Crédito em que a instituição atue como receptora de risco. Valor positivo. Aplica-se o FPR correspondente ao da contraparte do ativo subjacente. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. I do art. 14 e § 1º do art. 14 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;
BN: inc. IV, V e VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 – FPR de 0%;
BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 – FPR de 2%;
BN: inc. IV, VI, VII, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;
BN: art. 22 - FPR de 35%;
BN: inc. I a VIII do art. 23 da Circ. 3.644/13 (inciso II com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 50%;
BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;
BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;
BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%.

530.19 EXPOSIÇÃO DECORRENTE DE GARANTIAS DEPOSITADAS EM CLEARINGS DE FORMA NÃO APARTADA DO PATRIMÔNIO DELAS

Valor correspondente aos valores representativos de garantias depositadas em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação e não apartada do patrimônio da entidade depositária. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. VI do art. 3º da Circ. 3.644/13;
BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 - FPR de 2%.

530.20 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DIVERSOS



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de aplicação de recursos em títulos e valores mobiliários não tratados especificamente em outras contas. Valor positivo. Não cabe apuração de RWA para aplicações em ações e mercadorias cobertas pelas parcelas RWA_{ACS} e RWA_{COM} , no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. III do art. 33 da Circ. 3.644/13;

BN: inc. IV, V e VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: inc. IV, V, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e XI do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

535 PARTICIPAÇÕES EM FUNDOS DE GARANTIA DE CÂMARAS DE COMPENSAÇÃO/LIQUIDAÇÃO

Valor correspondente à participação em fundos de garantia de liquidação de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação mencionados no art. 20 da Circ. 3.644/13, considerando a faculdade prevista no art. 34 da Circ. 3.644/13. Valor positivo. Corresponde ao máximo entre zero e a diferença entre as contas 535.01 e 535.02

535.01 PARTICIPAÇÕES EM FUNDOS DE GARANTIA DE CLEARINGS ANTES DA FACULDADE DE DEDUÇÃO

Valor correspondente à participação em fundos de garantia de liquidação de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação mencionados no art. 20 da Circ. 3.644/13. Deve ser aplicado FPR de 909,09% até 2015, 1012,65% em 2016, 1081,08 em 2017, 1159,42% em 2018 e 1.250% a partir de 2019. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. III e § único do art. 29 da Circ. 3.644/13;

535.02 FACULDADE DE DEDUÇÃO DO RWA DE PARTICIPAÇÕES EM FUNDOS DE GARANTIA DE CLEARINGS

Valor passível de dedução do RWA em função da faculdade prevista no art. 34 da Circ. 3.644/13, apurado conforme fórmula abaixo, em que DF_i corresponde a participação em fundos de garantia de liquidação de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação mencionados no art. 20 da Circ. 3.644/13, para cada câmara/prestador de serviço "i"; TE_i , somatório das exposições vinculadas a operações a serem liquidadas em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação acima mencionados, para cada câmara/prestador de serviço "i".

BN: art. 34 da Circ. 3.644/13;

$$\sum_i \max\{1.250\% \times DF_i - 18\% \times TE_i\}$$

540 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Valor representativo de operações de relações interfinanceiras e apurado pelo saldo da conta 540.07. Valor positivo.

540.07 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Valor registrado na contabilidade em contas específicas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de Relações Interfinanceiras. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: inc. III, IV e VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I a IV do art. 23 da Circ. 3.644/13 (inciso II com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 50%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

545 OPERAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Valores registrados na contabilidade em conta específicas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de operações interdependências. Não cabe apuração de RWA para operações interdependências, no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Sujeito a detalhamento Cosif.

550 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valor representativo de operações de crédito e apurado pelo somatório das contas 550.04 a 550.13. Valor positivo.

550.04 FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Valor registrado na contabilidade em conta específica do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de operações de financiamentos imobiliários. Nesta conta devem ser registradas as exposições decorrentes de financiamentos imobiliários também classificados como varejo. O FPR de 35% deve ser utilizado para financiamentos para aquisição de imóvel residencial garantidos por alienação fiduciária do imóvel financiado cujo valor seja de até 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação da garantia; e para financiamentos garantidos por hipoteca, em primeiro grau, de imóvel novo ou usado, cujo valor contratado seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação da garantia na data da concessão do crédito. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 22 da Circ. 3.644/13. - FPR de 35%;

BN: inc. I, II, III, VI, VII e VIII do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%;

550.05 FINANCIAMENTO GARANTIDO POR HIPOTECA E EMPRÉSTIMOS GARANTIDOS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Valor registrado na contabilidade em conta específica do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de operações de financiamentos que sejam garantidos por hipoteca de imóvel residencial, bem como empréstimos garantidos por alienação fiduciária de imóvel residencial. Nesta conta devem registradas as exposições decorrentes de financiamento garantido por hipoteca classificadas como varejo. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. V do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

550.12 FINANCIAMENTO EM MOEDAS ESTRANGEIRAS/IMPORTAÇÃO FINANCIADA – CAMBIO CONTRATADO

Valores registrados na contabilidade em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo correspondentes a Financiamentos em Moedas Estrangeiras, valores registrados no Passivo Circulante ou Exigível a Longo Prazo correspondentes a Importação Financiada – Câmbio Contratado, bem como rendas a receber decorrentes de Financiamentos em Moedas Estrangeiras e Importações Financiadas. Valor Positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. IV e VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: art. 21 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pelas Circulares 3.714/14 e 3.730/14) – FPR de 20%;

BN: art. 23 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

550.13 OPERAÇÕES DE CRÉDITO – DIVERSAS

Valores registrados na contabilidade em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo correspondentes a Operações de Crédito não registradas nas demais contas deste grupo. Valor Positivo. O saldo devedor das operações de crédito com órgãos e entidades do setor público originárias de capital destacado para essa finalidade, não estão sujeitos a apuração do RWA, no entanto, devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. IV e V do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: art. 21 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pelas Circulares 3.714/14 e 3.730/14) – FPR de 20%;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: art. 23 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%;

560 OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Valor representativo de operações de arrendamento mercantil e apurado pelo somatório das contas 560.05 a 560.06. Valor positivo.

560.05 ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo, representativas de arrendamento mercantil financeiro. O valor da exposição relativa à operação de arrendamento mercantil financeiro deve corresponder ao montante do valor presente das contraprestações acrescido do valor residual garantido, apurado conforme estabelecido no Cosif. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 6º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%;

560.06 ARRENDAMENTO OPERACIONAL

(Esta conta requer a utilização das subcontas 010 – Risco do Ativo Objeto e 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade, em contas do Ativo, representativas de arrendamento mercantil operacional. O cálculo do RWA deve considerar a exposição relativa ao ativo objeto da operação e a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte. O valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte corresponde às contraprestações a receber já vencidas. O valor da exposição relativa ao ativo objeto corresponde ao valor contábil do bem arrendado, apurado conforme os critérios estabelecidos no COSIF. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 7º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

570 OUTROS DIREITOS

Valor representativo de outros direitos e apurado pelo somatório das contas 570.01 a 570.10car. Valor positivo.

570.01 OURO ATIVO FINANCEIRO E INSTRUMENTO CAMBIAL

Valores registrados na contabilidade em contas específicas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de operações com ouro ativo financeiro e instrumento cambial bem como de aplicações em ouro. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. III do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

570.05 OPERAÇÕES A LIQUIDAR DE CÂMBIO – VALOR DE REPOSIÇÃO

(Esta conta requer a utilização da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valores representativos de direitos da instituição decorrentes de operações a liquidar de câmbio não realizadas no mercado à vista. O valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operação de compra ou venda de moeda estrangeira ou ouro não realizada no mercado à vista, deve corresponder ao seu valor de reposição quando positivo. Títulos públicos federais depositados em garantia podem ser utilizados como instrumentos mitigadores de risco, a parcela coberta por este instrumento mitigador está sujeita ao FPR de 10%. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: inc. IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 - FPR de 2%;

BN: inc. VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inciso I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

570.06 OUTROS DIREITOS COM CARACTERÍSTICAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valores registrados na contabilidade em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de direitos da instituição com características de operações de crédito. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. IV e VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

570.07 OPERAÇÕES A LIQUIDAR DE CÂMBIO – GANHO POTENCIAL FUTURO

(Esta conta requer a utilização da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valores representativos de direitos da instituição decorrentes de contrato de câmbio com liquidação futura. O valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte deve ser determinado mediante a multiplicação do valor de referência da operação a termo pelo respectivo Fator de Exposição Potencial Futura (FEPP). O valor de referência denominado em moeda estrangeira deve ser convertido em moeda nacional com base na taxa de câmbio da data da apuração do ganho potencial futuro. O fator de ponderação deve ser aplicado de acordo com a contraparte. Títulos públicos federais depositados em garantia podem ser utilizados como instrumentos mitigadores de risco, a parcela coberta por este instrumento mitigador está sujeita ao FPR de 10%. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 13 da Circ. 3.644/13;

BN: inc. IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 - FPR de 2%;

BN: inc. VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

570.09 ADIANTAMENTOS

Valor registrado na contabilidade em conta do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativa de operação de concessão de adiantamentos não caracterizados como aqueles descritos no grupo de contas DLO 610. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. VI do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

570.10 DEMAIS DIREITOS

Valores registrados na contabilidade em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de direitos da instituição, **para as quais não esteja prevista conta específica**. Nesta conta, cabe adicionalmente o registro dos valores referentes a operações em que o Tesouro Nacional se apresente como contraparte, bem como depósitos judiciais de valores referentes a tributos e contribuições federais e seus acessórios, depositados na Caixa Econômica Federal, com a aplicação de Fator de Ponderação 0%. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: inc. IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;
BN: inc. IV do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;
BN: inc. I do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;
BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;
BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;
BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

580 OUTROS VALORES E BENS

Valores registrados na contabilidade em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativas de outros valores e bens. Não cabe apuração de RWA para aplicações em ações e mercadorias cobertas pelas parcelas RWA_{ACS} e RWA_{COM} , no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. III do art. 33 da Circ. 3.644/13;
BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;
BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%;

590 PERMANENTE

Valor representativo de aplicações no ativo permanente, apurado pelo saldo da conta 590.10. Valor positivo.

590.10 – ATIVO PERMANENTE

Valores registrados na contabilidade em contas do Ativo Permanente, exceto imobilizado de arrendamento. Os valores não deduzidos do PR, em função do previsto no §2º do art. 5º da Res. 4.192/13 estão sujeitos ao FPR de 250% (conforme saldo da conta 111.94.04.01). Para os valores registrados no Ativo Permanente e deduzidos do PR não cabe a apuração de RWA, no entanto, devem ser informados conforme seu Tipo (TABELA 024), quais sejam: ativo permanente diferido deduzido do PR equivalente ao valor registrado na conta 111.92.07. ; instrumento de captação, emitidos por instituições financeiras, deduzidos do PR e que por ventura sejam registrados no ativo permanente; ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura, objeto da conta 111.92.01, na proporção em que os mesmos são deduzidos do PR; ativos intangíveis, objeto da conta 111.92.02, na proporção em que os mesmos são deduzidos do PR; excesso de participações inferiores a 10% do capital social de assemelhadas, objeto da conta 111.93, na proporção em que os mesmos são deduzidos do PR; excesso de participações superiores a 10% do capital social de assemelhadas, objeto da conta 111.94, na proporção em que os mesmos são deduzidos do PR, corresponde ao saldo da conta 111.94.04.03. Para os valores referentes às exposições relativas ao risco do ativo objeto, decorrente de aplicações em ações e mercadorias cobertas pelas parcelas RWA_{ACS} e RWA_{COM} , também cabe a prestação da sua informação conforme seu Tipo (TABELA 024), sem apuração de RWA. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;
BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%;
BN: art. 30 da Circ. 3.644/13 – FPR de 250%.

600 LIMITE DE CRÉDITO NÃO CANCELÁVEL INCONDICIONAL E UNILATERALMENTE PELA INSTITUIÇÃO

Valor representativo do RWA correspondente ao limite de crédito e apurado pelo saldo da conta 600.05. Valor positivo.

600.05 LIMITE DE CRÉDITO NÃO CANCELÁVEL INCONDICIONAL E UNILATERALMENTE PELA INSTITUIÇÃO

O valor da exposição relativa a limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição, é determinado pela multiplicação do valor do compromisso assumido, deduzida a parcela já convertida em operação de crédito, pelo Fator de Conversão em Crédito (FCC). Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 9º da Circ. 3.644/13;
BN: inc. IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%.
BN: inc. IV do art. 21 da Circ. 3.644/13 – FPR de 20%;
BN: art. 22 da Circ. 3.644/13- FPR de 35%;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: art. 23 da Circ. 3.360/07 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) – FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art.25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%.

600.06 LIMITES DE CRÉDITO - OUTROS

Para registro dos valores não considerados como exposição e que representem outros limites de crédito que não se enquadrem na definição de não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição. Valor positivo. Para esses valores não se deve apurar RWA, no entanto, cabe informar tais valores segundo seu Tipo – (TABELA 024). Sujeito a detalhamento Cosif.

605 CRÉDITO A LIBERAR

Valor representativo do RWA correspondente a crédito a liberar apurado pelo saldo da conta 605.05. Valor positivo.

605.05 CRÉDITO A LIBERAR EM ATÉ 360 DIAS

O valor da exposição relativa a crédito a liberar em até 360 dias, correspondente ao somatório das parcelas de operações de crédito a liberar em até 360 dias contados a partir da data de apuração do RWACPAD. Consideram-se créditos a liberar os desembolsos futuros relativos a operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 10º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%.

BN: inc. IV do art. 21 da Circ. 3.644/13 – FPR de 20%;

BN: art. 22 da Circ. 3.644/13- FPR de 35%;

BN: art. 23 da Circ. 3.360/07 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) – FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art.25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%;

605.06 CRÉDITOS A LIBERAR - OUTROS

Para registro dos valores não considerados como exposição e que representem créditos a liberar que não se enquadrem na definição de crédito a liberar até 360 dias. Valor positivo. Para esses valores não se deve apurar RWA, no entanto, cabe informar tais valores segundo seu Tipo – (TABELA 024). Sujeito a detalhamento Cosif.

610 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS PELA INSTITUIÇÃO

Valor representativo de adiantamentos concedidos e apurado pelo somatório das contas 610.01 a 610.03. Valor positivo.

610.01 ADIANTAMENTOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Valor registrado na contabilidade em contas do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, representativo de adiantamentos em moeda estrangeira concedidos pela instituição. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. IV e VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

610.02 ADIANTAMENTOS SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO (ACC / ACE)

Valor registrado na contabilidade representativas de adiantamentos sobre contratos de câmbio concedidos pela instituição. Nesta conta registra-se, também, os adiantamentos sobre cambiais entregues. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 16 da Circ. 3.644/13;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;
BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

610.03 OUTROS ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

Valor registrado na contabilidade em contas do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, representativas de adiantamentos concedidos pela instituição, para os quais não esteja prevista conta específica. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 16 da Circ. 3.644/13;
BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;
BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;
BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

620 GARANTIAS PRESTADAS - AVAIS, FIANÇAS E COBRIGAÇÕES

Valor representativo de garantias prestadas e apurado pelo somatório das contas 620.06 a 620.09. Valor positivo. Nas operações relativas à prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia deve ser determinada mediante a multiplicação dos seus valores, deduzida eventual parcela já honrada, pelos Fatores de Conversão em Crédito (FCC) definidos na Tabela 011 dessas instruções de preenchimento, conforme artigo 11 da Circ. 3.644/13, com redação dada pela Circ. 3.714/14. Em caso de prestação de garantia referenciada em compromisso, limite de crédito, garantia ou qualquer outra exposição "Off balance" de terceiros, deve-se aplicar o menor FCC, seja o correspondente ao da prestação de garantia, seja o da operação garantida de terceiro.

620.06 COBRIGAÇÕES EM CESSÕES DE CRÉDITOS

Valor registrado referente a coobrigações em cessões de crédito, líquido do valor das provisões relacionadas a coobrigações em cessões de crédito, cujas operações não foram mantidas no ativo da instituição (provisões relacionadas a cessões anteriores a 01/01/2012). As operações transferidas com retenção substancial de risco mantidas registradas no Ativo da instituição cedente conforme disposições da Res. 3.533 não são consideradas exposições, mas devem ser detalhadas nesta conta. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. VI do art. 3º, arts. 11 e 32 da Circ. 3.644/13
BN: inc. V do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;
BN: e inc. IV, VI, VII, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;
BN: art. 22 da Circ. 3.644/13 - FPR de 35%;
BN: art. 23 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 50%;
BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;
BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;
BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%;

620.07 COBRIGAÇÕES DEMAIS

Valor registrado referente a coobrigações relacionadas à colocação de debêntures, cédulas hipotecárias e outras líquido das provisões relacionadas a estas coobrigações. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. VI do art. 3º e arts. 11 e 32 da Circ. 3.644/13;
BN: inc. V do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;
BN: inc. IV, VI, VII e VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;
BN: art. 22 da Circ. 3.644/13 - FPR de 35%;
BN: art. 23 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 50%;
BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;
BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;
BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

620.09 GARANTIAS PRESTADAS – AVAIS E FIANÇAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Valor registrado referente a garantias prestadas (avais e fianças), líquido das provisões a elas relacionadas. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. VI do art. 3º e arts. 11 e 32 da Circ. 3.644/13;

BN: inc. V e VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: inciso IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II ((com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 75%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

630 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Valor registrado na contabilidade, em conta específica do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativo de créditos tributários de impostos e contribuições. Corresponde a soma dos saldos das contas 630.01 e 630.02. Valor positivo.

630.01 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA

Valor registrado na contabilidade, em conta específica do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativo de créditos tributários de impostos e contribuições caracterizados como decorrentes de diferenças temporárias. Valor positivo. Os valores representativos de créditos tributários que dependam de lucros ou receitas tributáveis e que não devam ser deduzidos em função do previsto no §2º do art. 5º da Res. 4.192/13 estão sujeitos ao FPR de 250% (conforme saldo da conta 111.94.04.02). Os valores de créditos tributários que dependam de lucros ou receitas tributáveis não deduzidos em função da aplicação dos fatores previstos no art. 11 da Res. 4.192/13 (faseamento dos ajustes prudenciais) devem ser ponderados a 100%. Os valores representativos de créditos tributários que não dependam de lucros ou receitas tributáveis devem ser ponderados a 100%. Os créditos tributários de diferença temporária a serem deduzidos do PR na proporção em que os mesmos são deduzidos do PR, correspondentes ao saldo da conta 111.94.04.04, e aqueles que sejam objeto de compensação com obrigações fiscais diferidas, correspondentes ao saldo da conta 111.94.02.01.90 não são objeto de apuração de RWA, no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 – FPR de 100%;

BN: art. 30 da Circ. 3.644/13 – FPR de 250%.

630.02 DEMAIS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Valor registrado na contabilidade, em conta específica do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativo de créditos tributários de impostos e contribuições não caracterizados como decorrentes de diferenças temporárias. Valor positivo. Os demais créditos tributários à exceção dos decorrentes de diferença temporária a serem deduzidos do PR objeto da conta 111.92.05 e 111.92.06, na proporção em que os mesmos são deduzidos do PR, adicionalmente aqueles que sejam objeto de compensação com obrigações fiscais diferidas, correspondentes aos saldos das contas 111.92.05.90 e 111.92.06.01.01.90 não são objeto de apuração de RWA, no entanto, tais valores devem ser informados com a indicação de Tipo, conforme TABELA 024. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 27 da Circ. 3.644/13 - FPR de 300%, com redação dada pela Circ. 3.714/14.

640 OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE ATIVOS

Valor representativo de operações de empréstimos de ativos e apurado pelo somatório das contas 640.01 a 640.03. Valor positivo.

640.01 DIREITOS POR EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES

(Esta conta requer a utilização das subcontas 010 – Risco do Ativo Objeto e 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade, em conta específica do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativa de direitos por empréstimos de ações. Deve-se considerar a exposição relativa ao ativo objeto da operação e a exposição



BANCO CENTRAL DO BRASIL

relativa ao risco de crédito da contraparte. O valor da exposição relativa ao ativo objeto e o valor da exposição ao risco de crédito da contraparte corresponde ao valor contábil do ativo. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: §1º do art. 7º da Circ. 3.644/13;

BN: inciso VII do art. 19 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) – FPR 0%;

BN: inc.I e II do art. 20 da Circ. 3.644/13/07 – FPR de 2%;

BN: inc.IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13/07 – FPR de 20%;

BN: art. 23 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

640.02 DIREITOS POR EMPRÉSTIMOS DE TÍTULOS

(Esta conta requer a utilização das subcontas 010 – Risco do Ativo Objeto e 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade, em conta específica do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativa de direitos por empréstimos de títulos. Deve-se considerar a exposição relativa ao ativo objeto da operação e a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte. O valor da exposição relativa ao ativo objeto e o valor da exposição ao risco de crédito da contraparte corresponde ao valor contábil do ativo. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: §1º do art. 7º da Circ. 3.644/13;

BN: inciso VII do art. 19 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) – FPR 0%;

BN: inc. V, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13/07 – FPR de 20%;

BN: art. 23 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

640.03 DIREITOS POR EMPRÉSTIMOS DE OURO

(Esta conta requer a utilização das subcontas 010 – Risco do Ativo Objeto e 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade, em conta específica do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, representativa de direitos por empréstimos de ouro. Deve-se considerar a exposição relativa ao ativo objeto da operação e a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte. O valor da exposição relativa ao ativo objeto e o valor da exposição ao risco de crédito da contraparte corresponde ao valor contábil do ativo. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: §1º do art. 7º da Circ. 3.644/13;

BN: inciso VII do art. 19 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) – FPR 0%;

BN: inc. V, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13/07 – FPR de 20%;

BN: art. 23 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

650 OPERAÇÕES A LIQUIDAR DE COMPRA DE MOEDAS ESTRANGEIRAS, DE OURO OU DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO MERCADO À VISTA

Valor apurado pelo somatório das contas 650.01 a 650.03.

650.01 OPERAÇÕES A LIQUIDAR DE COMPRA DE MOEDAS ESTRANGEIRAS NO MERCADO À VISTA

(Esta conta requer a utilização das subcontas 010 – Risco do Ativo Objeto e 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, para operações a liquidar de câmbio, realizadas no mercado a vista. O cálculo do RWA deve considerar a exposição relativa ao ativo objeto da operação e a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte. O valor da exposição relativa ao ativo objeto corresponde ao valor contábil do ativo, enquanto o valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte deve ser determinado mediante a multiplicação do valor da operação pelo Fator de Conversão em Crédito de Operações a Liquidar (FCL). Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

BN: art. 5º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) a IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 - FPR de 2%;

BN: inc. II (com redação dada pela Circ. 3.714/14), IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%;

650.02 OPERAÇÕES A LIQUIDAR DE COMPRA DE OURO NO MERCADO À VISTA

(Esta conta requer a utilização das subcontas 010 – Risco do Ativo Objeto e 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, para operações a liquidar de ouro, realizadas no mercado a vista. O cálculo do RWA deve considerar a exposição relativa ao ativo objeto da operação e a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte. O valor da exposição relativa ao ativo objeto corresponde ao valor contábil do ativo, enquanto o valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte deve ser determinado mediante a multiplicação do valor da operação pelo Fator de Conversão em Crédito de Operações a Liquidar (FCL). Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 5º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) a IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: inc. II (com redação dada pela Circ. 3.714/14), IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%;

650.03 OPERAÇÕES A LIQUIDAR DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO MERCADO À VISTA

(Esta conta requer a utilização das subcontas 010 – Risco do Ativo Objeto e 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, para operações a liquidar de títulos e valores mobiliários, realizadas no mercado a vista. O cálculo do RWA deve considerar a exposição relativa ao ativo objeto da operação e a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte. O valor da exposição relativa ao ativo objeto corresponde ao valor contábil do ativo; caso se trate de ações ou commodities acobertadas pelas parcelas RWA_{ACS} e RWA_{COM} , esses valores devem ser informados, sem apuração de RWA, com indicação de Tipo, conforme TABELA 024. O valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte deve ser determinado mediante a multiplicação do valor da operação pelo Fator de Conversão em Crédito de Operações a Liquidar (FCL), mesmo que o ativo objeto da operação seja coberto pela RWA_{ACS} ou RWA_{COM} . Ressalte-se que na compra para terceiros há duas contrapartes envolvidas: o comprador e o vendedor. Para o primeiro, cabe o registro nesta conta e, para o segundo (vendedor), cabe registro na conta 660.03. Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 5º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. II, III, IV, V e VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 – FPR 2%;

BN: inc. IV, V, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14), X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) e XI do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: art. 22 da Circ. 3.644/13 - FPR de 35% (títulos de securitização);

BN: inc. I a VIII do art. 23 da Circ. 3.644/13 (Inciso II com redação dada pela Circ. 3.714/14) - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85% (títulos de securitização);

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%;

BN: inc. II do art. 29 da Circ. 3.644/13 - FPR de 909,09% (títulos de securitização);

BN: inc. III do art. 33 da Circ. 3.644/13.

660 OPERAÇÕES A LIQUIDAR DE VENDA DE MOEDAS ESTRANGEIRAS, DE OURO OU DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO MERCADO À VISTA



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Valor apurado pelo somatórios das contas 660.01 a 660.03. (Esta conta requer a utilização da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

660.01 OPERAÇÕES A LIQUIDAR DE VENDA DE MOEDAS ESTRANGEIRAS NO MERCADO À VISTA

(Esta conta requer a utilização da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, para operações a liquidar de câmbio, realizadas no mercado a vista. O cálculo do RWA deve considerar a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte. O valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte deve ser determinado mediante a multiplicação do valor da operação pelo Fator de Conversão em Crédito de Operações a Liquidar (FCL). Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 5º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. III e IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 - FPR de 2%;

BN: inc. II (com redação dada pela Circ. 3.714/14), IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%;

660.02 OPERAÇÕES A LIQUIDAR DE VENDA DE OURO NO MERCADO À VISTA

(Esta conta requer a utilização da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor registrado na contabilidade em contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, para operações a liquidar de ouro realizadas no mercado a vista. O cálculo do RWA deve considerar a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte. O valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte deve ser determinado mediante a multiplicação do valor da operação pelo Fator de Conversão em Crédito de Operações a Liquidar (FCL). Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: art. 5º da Circ. 3.644/13;

BN: inc. III e IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: inc. II (com redação dada pela Circ. 3.714/14), IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644/13 - FPR de 100%;

660.03 OPERAÇÕES A LIQUIDAR DE VENDA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO MERCADO À VISTA

(Esta conta requer a utilização da subconta 020 – Risco de Crédito da Contraparte)

Valor atribuído para as operações a liquidar de títulos e valores mobiliários realizadas no mercado a vista. O cálculo do RWA deve considerar a exposição relativa ao risco de crédito da contraparte, tanto na venda por conta própria, como na venda para terceiros. Na venda para terceiros há duas contrapartes envolvidas: o vendedor e o comprador. Para o primeiro, cabe o registro nesta conta e, para o segundo (comprador), cabe o registro na conta 650.03. O valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte deve ser determinado mediante a multiplicação do valor da operação pelo Fator de Conversão em Crédito de Operações a Liquidar (FCL). Valor positivo. Sujeito a detalhamento Cosif.

BN: inc. IV do art. 19 da Circ. 3.644/13 - FPR de 0%;

BN: art. 20 da Circ. 3.644/13 - FPR de 2%;

BN: inc. II (com redação dada pela Circ. 3.714/14), IV, VIII (com redação dada pela Circ. 3.730/14) e X (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 21 da Circ. 3.644/13 - FPR de 20%;

BN: inc. I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) do art. 23 da Circ. 3.644/13 - FPR de 50%;

BN: art. 24-A da Circ. 3.644/13 - FPR de 85%;

BN: art. 25 da Circ. 3.644 - FPR de 100%.

BN: art. 5º da Circ. 3.644/13;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

695 AJUSTE PARA DERIVATIVOS DECORRENTE DE VARIAÇÃO DA QUALIDADE CREDITÍCIA DA CONTRAPARTE (CVA)

Valor correspondente ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA). Não estão sujeitas a este ajuste: 1) as operações a serem liquidadas em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, interpondo-se a câmara ou prestador de serviço como contraparte central; 2) operações com as entidades mencionadas no incisos IV e V do art. 19 da Circ. 3.644/13; e 3) derivativos embutidos nas operações de captação por meio de emissão de Certificados de Operações Estruturadas (COE) amparados pelo art. 1º da Circ. 3.685/13. O Valor deste componente do RWA deve ser apurado segundo a fórmula (I) ou segundo a fórmula (II) abaixo, conforme definição da instituição.

BN: art. 35 da Circ. 3.644/13.

$$2,33 \times 0,01 \times \frac{1}{F} \times \sqrt{\left(\sum_i 0,5 \times \left(d_i \times EXP_i - \sum_h d_i^h \times B_i^h \right) - \sum_{ind} d_{ind} \times B_{ind} \right)^2 + \sum_i 0,75 \times \left(d_i \times EXP_i - \sum_h d_i^h \times B_i^h \right)^2} \quad (I)$$

$$0,1 \times \frac{1}{F} \times \sqrt{0,25 \times \left(\sum_i EXP_i \right)^2 + 0,75 \times \sum_i EXP_i^2} \quad (II)$$

$F \rightarrow$ fator definido na TABELA 015;

$d_i \rightarrow$ fator de desconto do valor da exposição, apurado por contraparte "i" $\rightarrow \frac{(1 - e^{-0,05 \times M_i})}{0,05}$;

$M_i \rightarrow$ prazo médio ponderado, em anos, apurado por contraparte "i" $\rightarrow \frac{\sum M_0 \times R_0}{\sum R_0}$;

$M_0 \rightarrow$ prazo efetivo de vencimento da operação com instrumento financeiro derivativo, em anos, corresponde ao prazo remanescente da operação, ou a critério da instituição $\rightarrow \max\left(\frac{\sum_t t \times CF_t}{\sum_t CF_t}, 1\right)$;

$R_0 \rightarrow$ valor de referência da operação com instrumento financeiro derivativo;

$EXP_i \rightarrow$ exposição em instrumentos financeiros derivativos, inclusive derivativos de crédito;

$d_i^h \rightarrow$ fator de desconto do derivativo de crédito "h" referente à contraparte "i" $\rightarrow \frac{(1 - e^{-0,05 \times M_i^h})}{0,05}$;

$B_i^h \rightarrow$ valor de referência do derivativo de crédito "h" referenciado na contraparte "i" utilizado como hedge do CVA;

$d_{ind} \rightarrow$ fator de desconto do índice de derivativos de crédito "ind" $\rightarrow \frac{(1 - e^{-0,05 \times M_{ind}})}{0,05}$;

$M_{ind} \rightarrow$ prazo remanescente, em anos, do índice de derivativos de crédito "ind" utilizado como hedge do CVA;

$B_{ind} \rightarrow$ valor de referência do índice de derivativos de crédito, "ind" utilizado como hedge do CVA.

E) DETALHAMENTO RWA_{OPAD}

A conta 870 é a conta que trata da informação RWA_{OPAD}, cujas informações são detalhadas nos grupos de contas 871, 872 e 873. Essas contas são preenchidas conforme a escolha da abordagem a ser utilizada para a apuração do Risco Operacional. O Grupo 871 detalha a apuração do Risco Operacional para as Instituições Financeiras que optaram pela Abordagem do Indicador Básico, o Grupo 872 detalha a apuração do Risco Operacional para as Instituições Financeiras que optaram pela Abordagem Padronizada Alternativa e o Grupo 873 detalha a apuração do Risco Operacional para as Instituições Financeiras que optaram pela Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. No arquivo XML deve-se informar apenas um dos três subgrupos - 871, 872 ou 873 - conforme a opção de abordagem da instituição.

Os Grupos de contas 871, 872 e 873, que tratam dos detalhamentos segundo cada uma das abordagens são divididos em subgrupos 10, 20, 30, que indicam o período a que se referem as informações tratadas nessas contas. A TABELA 016, abaixo, descreve e exemplifica os períodos referenciados pelos códigos acima indicados. Essas informações são dispostas em subgrupos distintos tendo em vista que para a apuração do risco operacional devem-se utilizar informações relativas a três períodos anuais correspondentes aos últimos 6 semestres findos, exceto no caso de conglomerados prudenciais e para as databases sujeitas a regra de transição prevista na circ. 3.739/14. Os códigos correspondem aos períodos T-3, T-2, T-1 são utilizados para apuração do RWA_{OPAD}.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Os subgrupos acima são subdivididos em desdobramentos de subgrupos, e são representativos das linhas de negócios, cuja descrição encontra-se na TABELA 017.

As contas formadas por grupos, subgrupos e desdobramentos deverão ser utilizadas para informar os saldos dos Indicadores de Exposição (IE) e Indicadores Alternativos de Exposição (IAE), bem como os detalhamentos de apuração de cada um destes saldos. Os IE e IAE serão calculados conforme a abordagem de apuração do Risco Operacional escolhida pela Instituição Financeira, e são detalhados nestas instruções de preenchimentos logo abaixo, quando tratamos da informação conta a conta. Essas contas, como descritas acima, deverão apresentar além dos saldos, detalhamentos das informações (tags), para apuração do IE e do IAE que apresentam diversos elementos, cujos códigos e descrições resumidas são apresentados na TABELA 004, códigos 11 a 20, conforme nota 6, do item III - Orientações Gerais Sobre o Arquivo XML - esse elementos deverão ser informados mesmo quando não se aplicarem. Segue abaixo a descrição detalhada dos referidos elementos:

1. Receita de Intermediação Financeira (RIF) – conforme Carta-Circular 3.316/08, correspondem ao somatório dos valores referentes a:
 - a) rendas de operações de crédito;
 - b) rendas de arrendamento mercantil;
 - c) rendas de câmbio;
 - d) rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez;
 - e) rendas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos;
 - f) rendas de créditos decorrentes de contratos de exportação adquiridos;
 - g) rendas de aplicações no exterior;
 - h) rendas de aplicações no exterior a taxas flutuantes;
 - i) rendas de aplicações em moedas estrangeiras no País;
 - j) rendas de créditos por avais e fianças honrados;
 - l) rendas de créditos vinculados ao crédito rural;
 - m) rendas de créditos vinculados ao Banco Central do Brasil;
 - n) rendas de créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH);
 - o) rendas de repasses interfinanceiros;
 - p) rendas de créditos específicos;
 - q) ingressos de depósitos intercooperativos;
 - r) outras rendas operacionais originadas de operações que tenham como características serem decorrentes de intermediação financeira ou de prestação de serviços, não serem decorrentes de operações relacionadas ao Ativo Permanente, não representem reversão de provisões e não constituam receitas originadas de seguro.

OBS: os valores definidos no item 6 devem estar incluídos nas receitas acima quando se tratarem de ganhos líquidos.

2. Receita de Prestação de Serviços (RPS) - conforme Carta-Circular 3.316/08, correspondem ao somatório dos valores referentes a:
 - a) rendas de prestação de serviços;
 - b) rendas de garantias prestadas.
3. Receitas Operacionais Não Incluídas – referem-se a valores de receitas operacionais não classificadas como intermediação financeira ou prestação de serviços nos termos da carta-circular nº 3.316/2008. Este valor não integrará o cálculo da parcela, mas deve ser informado obrigatoriamente, pois será utilizado para fins de batimento contábil. A soma das Receitas de Intermediação Financeira (RIF), das Receitas de Prestação de Serviço (RPS) e das Receitas Operacionais Não Incluídas deverão equivaler às Receitas Operacionais da Instituição Financeira (7.1.0.00.00-8).
4. Despesas de Intermediação Financeira (DIF) – conforme Carta-Circular 3.316/08, correspondem ao somatório dos valores referentes a:



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- a) despesas de captação;
- b) despesas de obrigações por empréstimos e repasses;
- c) despesas de arrendamento mercantil;
- d) despesas de câmbio;
- e) despesas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos;
- f) despesas de cessão de créditos de arrendamento;
- g) despesas de cessão de créditos decorrentes de contratos de exportação;
- h) despesas de cessão de operações de crédito;
- i) despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento;
- j) despesas com captação em títulos de desenvolvimento econômico;
- l) dispêndio de depósitos intercooperativos;
- m) outras despesas operacionais originadas de operações que tenham como característica serem decorrentes de intermediação financeira ou de prestação de serviços, não serem decorrentes de operações relacionadas ao Ativo Permanente, não representem constituição de provisões, não representem despesas administrativas e não representem taxas pagas a prestadores de serviços terceirizados.

OBS: Os valores definidos no item 6 devem estar incluídos nas despesas acima quando se tratarem de perdas líquidas. Os valores devem ser informados com sinal positivo, e o somatório dessas despesas deverá ser deduzido para o cálculo do IE.

- 5. Despesas Operacionais Não Incluídas – referem-se a valores de despesas operacionais não classificadas como intermediação financeira nos termos da carta-circular nº 3.316/2008. Este valor não integrará o cálculo da parcela, mas deve ser informado obrigatoriamente, pois será utilizado para fins de batimento contábil. A soma das Despesas de Intermediação Financeira (DIF) e das Despesas Operacionais Não Incluídas deverá equivaler às Despesas Operacionais da Instituição Financeira (8.1.0.00.00-5).
- 6. Ganhos ou Perdas na Alienação de Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)
Conforme § 1º do artigo 3º da Circular 3.640/13, devem ser excluídos da composição do IE os ganhos ou perdas provenientes da alienação de títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos não classificados na carteira de negociação. Assim quando houver ganho, o valor apurado deve assumir valor positivo e quando houver perda, deve assumir valor negativo.
- 7. Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outras com Característica de Concessão de Crédito (CAM_OCCC) – referem-se a valores classificados na carteira ativa da instituição e que a instituição tenha coobrigação em cessões de crédito. Não haverá informação para este elemento quando a metodologia for a Abordagem do Indicador Básico. Quando se tratar de Abordagem Padronizada Alternativa, a soma das Operações de Varejo e Comerciais deverá corresponder aos valores classificados na carteira ativa da instituição e das coobrigações em cessões de crédito. O saldo informado deverá ser equivalente a soma do saldo da conta 3.1.0.00.00-0 com o saldo de coobrigações em cessões de crédito realizadas até 31.12.2011.
- 8. TVM não Classificados na Carteira de Negociação – refere-se a soma dos valores de títulos e valores mobiliários que não foram classificados na carteira de negociação. A carteira de negociação é definida nos artigos 3º e 4º da Resolução nº 3.464/07, e devem seguir os critérios mínimos estabelecidos na Circular nº 3.354/07.
- 9. TVM Classificado na Carteira de Negociação – refere-se a valores de títulos e valores mobiliários classificados na carteira de negociação. A carteira de negociação é definida nos artigos 3º e 4º da Resolução nº 3.464/07, e devem seguir os critérios mínimos estabelecidos na Circular nº 3.354/07. Esses valores não são utilizados no cálculo do Risco Operacional, serão utilizados para fins de batimento contábil, de forma que a soma do valor informado neste campo e no campo que trata dos TVM não classificados na Carteira de Negociação deverão representar o total de TVM. A soma de TVM Classificados na Carteira de negociação e TVM não classificados na



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Carteira de Negociação deve ser equivalente ao saldo da conta Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Derivativos (1.3.0.00.00-4) deduzido da conta Instrumentos Derivativos Financeiros (1.3.3.00.00-3).

10. Plano de Negócios – para instituições em início de atividade e que não tenham valores registrados em sua contabilidade para os três períodos anuais, ou para algum deles, informar os valores dos Indicadores de Exposição (IE) e Indicadores Alternativos e Exposição (IAE), correspondentes a cada período utilizado na apuração e para cada linha de negócio quando cabível de acordo com as projeções apresentadas no seu plano de negócios, segundo a seguinte fórmula para os valores referentes ao IE: $PN_{IE} = \text{Receita de Intermediação Financeira Projetada} + \text{Receita de Prestação de Serviços Projetada} - \text{Despesa de Intermediação Financeira Projetada} - \text{Ganhos ou Perdas Projetadas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Para os valores do IAE, o valor a ser informado para Plano de Negócios consistirá na soma da média aritmética dos saldos semestrais, para cada período anual, das operações de crédito, de arrendamento mercantil e de outras operações com característica de concessão de crédito e dos títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação, multiplicado pelo fator 0,035, discriminados por linhas de negócios. Caso a Instituição possua número de períodos já finalizados, menor do que 3, deverá informar com base nos valores contábeis e nos valores previstos no Plano de Negócios obedecendo a sequência T-3, T-2 e T-1, respectivamente para os períodos finalizados, seguidos dos previstos no Plano de Negócios. As informações do Plano de Negócios deverão ser detalhadas nos desdobramentos de grupos de contas, informando-se o código do elemento 20 definido na TABELA 004.

A título de exemplo considere-se uma instituição que está em atividade há dois anos e três meses, e que a data base seja setembro de 2008. Neste caso a instituição deverá informar, dada a inexistência de informações para todos os períodos informações parcialmente provenientes da contabilidade e parcialmente do plano de negócios, assim, para T-3 e T-2, as informações seriam as informações contábeis relativas aos períodos já finalizados, assim T-3 corresponderia ao período de julho de 2006 a junho de 2007 e T-2 ao período de julho de 2007 a junho de 2008. Neste caso T-1, seria informado, com base nas projeções do Plano de Negócios, com as informações correspondentes ao período de julho de 2008 a junho de 2009.

870 RWA_{OPAD}

RWA correspondente às exposições, ao risco de crédito, sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada. Corresponde a soma dos saldos das contas 871, 872 e 873 dividido pelo fator F definido no art. 4º da Resolução 4.193/13 - Tabela 022. .

BN: [Res. 4.193/13 \(com redação dada pela Res. 4.281/2013\)](#) e [Circ. 3.640/13 \(com redação dada pela Circ. 3.675/2013\)](#).

871 ABORDAGEM DO INDICADOR BÁSICO

Valor apurado para o risco operacional, segundo Abordagem do Indicador Básico. Esta metodologia corresponde ao somatório dos valores calculados para o Indicador de Exposição ao Risco Operacional (IE). Consiste na soma dos valores semestrais, para cada período anual, das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira. Devem, ainda, serem excluídos da composição do IE os ganhos ou perdas provenientes da alienação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não classificados na carteira de negociação. Na apuração do IE devem ser desconsideradas as despesas de constituição, bem como as receitas relativas à reversão de provisões. A seguinte fórmula sumariza o cálculo para cada período considerado: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Quando a instituição estiver em fase pré-operacional, ou não possuir 3 períodos anuais finalizados desde o início das atividades, deverá informar os valores previstos em seu plano de negócios, situação em que informará o resultado obtido pela fórmula: $PN = \text{Receita de Intermediação Financeira Projetada} + \text{Receita de Prestação de Serviços Projetada} - \text{Despesa de Intermediação Financeira Projetada} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação Projetada}$, situação em que o IE assumirá os valores do Plano de Negócios. O Saldo desta conta será o apurado com base na média aritmética dos valores positivos dos Indicadores de Exposição anuais dos últimos três períodos após a multiplicação pelo fator 0,15. Seguindo a seguinte fórmula abaixo, onde IE_t corresponde ao Indicador de Exposição ao Risco Operacional no período anual “t”;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

correspondentes aos saldos das contas desdobramentos do grupo **871** abaixo; “t” assume os valores do período anual considerado (T-3, T-2, T-1), “n” corresponde ao número de vezes, nos três últimos períodos anuais, em que o valor do IE é maior do que zero.

$$\frac{0,15}{n} \times \sum_{t=T-3}^{T-1} \max[(IE_t); 0]$$

Para o documento DLO 2071, as informações acima são válidas sem ressalva. **Para o documento DLO 2061 de conglomerados prudenciais**, há período de transição enquanto não existirem 3 períodos anuais encerrados, assim para as datas-bases de janeiro a dezembro de 2015, o saldo da conta corresponderá à fórmula abaixo.

$$0,15 \times \max[(IE_{T-1}); 0]$$

871.10.00 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-3

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado para a seguinte fórmula para o período T-3: IE = Receita de Intermediação Financeira (RIF) + Receita de Prestação de Serviços (RPS) – Despesa de Intermediação Financeira (DIF) - Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD) ou 0,00 (zero) se negativo. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11 a 16 definidos na TABELA 004, e elemento 20. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

871.20.00 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-2

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado para a seguinte fórmula para o período T-2: IE = Receita de Intermediação Financeira (RIF) + Receita de Prestação de Serviços (RPS) – Despesa de Intermediação Financeira (DIF) - Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD) ou 0,00 (zero) se negativo. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11 a 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

871.30.00 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-1

Corresponde ao valor calculado para a seguinte fórmula para o período T-1: IE = Receita de Intermediação Financeira (RIF) + Receita de Prestação de Serviços (RPS) – Despesa de Intermediação Financeira (DIF) - Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD) ou 0,00 (zero) se negativo. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11 a 16 e 20 definidos na TABELA 004.

872 ABORDAGEM PADRONIZADA ALTERNATIVA

Valor apurado com base na Abordagem Padronizada Alternativa. Segundo esta metodologia esse componente do RWA corresponde ao somatório dos valores calculados para o Indicador Alternativo de Exposição (IAE), linhas de negócio Varejo e Comercial (02 e 03 da TABELA 005) e para o Indicador de Exposição (IE), linhas de negócio Finanças Corporativas, Negociação e Vendas, Pagamentos e Liquidação, Serviços de Agente Financeiro, Administração de Ativos, Corretagem de Varejo (07, 08, 09, 10, 11 e 12 da TABELA 005). A linha de negócio 05 – IE-Varejo/Comercial consta do documento somente para fins de batimento contábil e deve ser apurada por diferença, de forma que a soma das linhas de negócios 5 e de 7 a 12 venha a corresponder o total previsto para Receita de Intermediação Financeira, Receita de Prestação de Serviço, Despesas de Intermediação Financeira e Ganhos ou Perdas na Alienação de Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação, como definidos na Carta-Circular 3.316/08. O IAE consiste na média aritmética dos saldos semestrais, para cada período anual, das operações de crédito, de arrendamento mercantil e de outras operações com característica de concessão de crédito e dos títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação, multiplicado pelo fator 0,035. O IE consiste na soma dos valores semestrais, para cada período anual, das receitas de intermediação financeira e das receitas com



BANCO CENTRAL DO BRASIL

prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira. Devem, ainda, serem excluídos da composição do IE as perdas ou ganhos provenientes da alienação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não classificados na carteira de negociação. Na apuração do IAE devem ser desconsiderados os saldos de provisões constituídas. Na apuração do IE devem ser desconsideradas as despesas de constituição, bem como as receitas relativas à reversão de provisões. O valor a ser registrado nesta conta será o apurado com base na média aritmética dos valores anuais dos Indicadores de Exposição e Indicadores Alternativos de Exposição para cada linha de negócio após a multiplicação pelo fator β (Beta correspondente aos valores constantes da TABELA 005). Quando o soma dos IE e IAE, já ponderados pelos seus respectivos β , de cada um dos períodos for negativa deve ser considerado o valor zero. Ou sumariamente conforme fórmula abaixo, onde $IE_{i,t}$ = Indicador de Exposição ao Risco Operacional no período anual "t"; apurados para as linhas de negócios "i", correspondentes aos saldos das contas desdobramentos do grupo 872; $IAE_{i,t}$ = Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional no período anual "t"; apurados para as linhas de negócios "i", correspondentes aos saldos das contas desdobramentos do grupo 872; "t" assume os valores (T-3, T-2, T-1); "i" assume os valores descritos na TABELA 005.

$$\frac{1}{3} \times \sum_{t=T-3}^{T-1} \max \left[\left(\sum_{i=2}^3 B_i \times IAE_{t,i} \right) + \left(\sum_{i=7}^{12} B_i \times IE_{t,i} \right); 0 \right]$$

Para o documento DLO 2071, as informações acima são válidas sem ressalva. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, há período de transição enquanto não existirem 3 períodos anuais encerrados, assim para as datas-bases de janeiro a dezembro de 2015, o saldo da conta corresponderá à fórmula abaixo.

$$\max \left[\left(\sum_{i=2}^3 B_i \times IAE_{T-1,i} \right) + \left(\sum_{i=7}^{12} B_i \times IE_{T-1,i} \right); 0 \right]$$

872.10.02 INDICADOR ALTERNATIVO DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IAE – VAREJO

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-3: $IAE = 0,035 * (\text{Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outras com Característica de Concessão de Crédito em Operações de Varejo nos Termos da Circular 3.644/13})$. Deverá ser apresentado detalhamento para o elemento 17 e 20 definido na TABELA 004. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

872.10.03 INDICADOR ALTERNATIVO DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IAE – COMERCIAL

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-3: $IAE = 0,035 * (\text{Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outras com Característica de Concessão de Crédito em Operações enquadradas na Linha de Negócio Comercial} + \text{TVM não Classificado na Carteira de Negociação})$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 17, 18, 19 e 20 definidos na TABELA 004. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

872.10.05 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IE – VAREJO/COMERCIAL

Para o documento 2071, informar valor correspondente a soma dos elementos 11, 12 e 20 subtraídos dos elementos 14 e 16 definidos na TABELA 004 para a linha de negócio Varejo/Comercial, para o período T-3. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos acima referidos. Esta conta não será utilizada para apurar o Risco Operacional, será utilizada como forma de batimento das informações das demais linhas de negócios relativamente aos elementos acima mencionados da TABELA 004. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

872.10.07 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IE – FINANÇAS CORPORATIVAS

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-3, e linha de negócio Finanças Corporativas: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa}$



BANCO CENTRAL DO BRASIL

de Intermediação Financeira (DIF) - Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD). Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

872.10.08 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IE – NEGOCIAÇÃO E VENDAS

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-3, e linha de negócio Negociação e Vendas: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

872.10.09 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IE – PAGAMENTOS E LIQUIDAÇÃO,

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-3, e linha de negócio Pagamentos e Liquidação: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

872.10.10 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IE – SERVIÇOS DE AGENTE FINANCEIRO

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-3, e para a linha de negócio Serviços de Agente Financeiro: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

872.10.11 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IE – ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-3, e para a linha de negócio Administração de Ativos: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

872.10.12 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IE – CORRETAGEM DE VAREJO

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-3, e para a linha de negócio Corretagem de Varejo: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

872.10.21 OUTRAS RECEITAS NÃO INCLUÍDAS EM T-3

Para o documento 2071, corresponde à soma das receitas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-3, ou seja, aquelas não incluídas nos elementos 11 e 12 das contas do desdobramento 872.10. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

872.10.22 OUTRAS DESPESAS NÃO INCLUÍDAS EM T-3



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Para o documento 2071, corresponde à soma das despesas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-3, ou seja, aquelas não incluídas no elemento 14 das contas do desdobramento 872.10. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

872.20.02 INDICADOR ALTERNATIVO DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IAE – VAREJO

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-2: $IAE = 0,035 * (\text{Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outras com Característica de Concessão de Crédito em Operações de Varejo nos Termos da Circular 3.644/13})$. Deverá ser apresentado detalhamento para o elemento 17 e 20 definidos na TABELA 004. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

872.20.03 INDICADOR ALTERNATIVO DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IAE – COMERCIAL

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-2: $IAE = 0,035 * (\text{Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outras com Característica de Concessão de Crédito em Operações enquadradas na Linha de Negócio Comercial} + \text{TVM não Classificado na Carteira de Negociação})$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 17, 18, 19 e 20 definidos na TABELA 004. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

872.20.05 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IE – VAREJO/COMERCIAL

Para o documento 2071, informar valor correspondente a soma dos elementos 11, 12 e 20 subtraídos dos elementos 14 e 16 definidos na TABELA 004 para a linha de negócio Varejo/Comercial, para o período T-2. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos acima referidos. Esta conta não será utilizada para apurar o Risco Operacional, será utilizada como forma de batimento das informações das demais linhas de negócios relativamente aos elementos acima mencionados da TABELA 004. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

872.20.07 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IE – FINANÇAS CORPORATIVAS

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-2, e para a linha de negócio Finanças Corporativas: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

872.20.08 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IE – NEGOCIAÇÃO E VENDAS

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-2, e para a linha de negócio Negociação e Vendas: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

872.20.09 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IE – PAGAMENTOS E LIQUIDAÇÃO

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-2, e para a linha de negócio Pagamentos e Liquidação: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

872.20.10 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IE – SERVIÇOS DE AGENTE FINANCEIRO

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-2, e para a linha de negócio Serviços de Agente Financeiro: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

872.20.11 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IE – ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-2, e para a linha de negócio Administração de Ativos: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

872.20.12 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IE – CORRETAGEM DE VAREJO

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-2 e para a linha de negócio Corretagem de Varejo: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

872.20.21 OUTRAS RECEITAS NÃO INCLUÍDAS EM T-2

Para o documento 2071, corresponde à soma das receitas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-2, ou seja, aquelas não incluídas nos elementos 11 e 12 das contas do desdobramento 872.20. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

872.20.22 OUTRAS DESPESAS NÃO INCLUÍDAS EM T-2

Para o documento 2071, corresponde à soma das despesas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-2, ou seja, aquelas não incluídas no elemento 14 das contas do desdobramento 872.20. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

872.30.02 INDICADOR ALTERNATIVO DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IAE – VAREJO

Corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-1: $IAE = 0,035 * (\text{Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outras com Característica de Concessão de Crédito em Operações de Varejo nos Termos da Circular 3.644/13})$. Deverá ser apresentado detalhamento para o elemento 17 e 20 definidos na TABELA 004. Valor positivo.

872.30.03 INDICADOR ALTERNATIVO DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IAE – COMERCIAL

Corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-1: $IAE = 0,035 * (\text{Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outras com Característica de Concessão de Crédito em Operações enquadradas na Linha de Negócio Comercial} + \text{TVM não Classificado na Carteira de Negociação})$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 17, 18, 19 e 20 definidos na TABELA 004. Valor positivo.

872.30.05 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IE – VAREJO/COMERCIAL

Informar valor correspondente a soma dos elementos 11, 12 e 20 subtraídos dos elementos 14 e 16 definidos na TABELA 004 para a linha de negócio Varejo/Comercial, para o período T-1. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos



BANCO CENTRAL DO BRASIL

acima referidos. Esta conta não será utilizada para apurar o Risco Operacional, será utilizada como forma de batimento das informações das demais linhas de negócios relativamente aos elementos acima mencionados da TABELA 004. Valor positivo.

872.30.07 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IE – FINANÇAS CORPORATIVAS

Corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-1, e linha de negócio Finanças Corporativas: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004.

872.30.08 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IE – NEGOCIAÇÃO E VENDAS

Corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-1, e para a linha de negócio Negociação e Vendas: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004.

872.30.09 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IE – PAGAMENTOS E LIQUIDAÇÃO

Corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-1, e para a linha de negócio Pagamentos e Liquidação: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004.

872.30.10 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IE – SERVIÇOS DE AGENTE FINANCEIRO

Corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-1, e para a linha de negócio Serviços de Agente Financeiro: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004.

872.30.11 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IE – ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS

Corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-1, e para a linha de negócio Administração de Ativos: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004.

872.30.12 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IE – CORRETAGEM DE VAREJO

Corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-1, e para a linha de negócio Corretagem de Varejo: $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. Valor positivo.

872.30.21 OUTRAS RECEITAS NÃO INCLUÍDAS EM T-1

Corresponde à soma das receitas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-1, ou seja, aquelas não incluídas nos elementos 11 e 12 das contas do desdobramento 872.30. Valor positivo.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

872.30.22 OUTRAS DESPESAS NÃO INCLUÍDAS EM T-1

Corresponde à soma das despesas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-1, ou seja, aquelas não incluídas no elemento 14 das contas do desdobramento 872.30. Valor Positivo.

873 ABORDAGEM PADRONIZADA ALTERNATIVA SIMPLIFICADA

Valor apurado com base na Abordagem Padronizada Alternativa. Segundo esta metodologia esse componente do RWA corresponde ao somatório dos valores calculados para o Indicador Alternativo de Exposição (IAE), linha de negócio - Varejo/Comercial (01 da TABELA 005) e para o Indicador de Exposição (IE), linha de negócio - demais linhas de negócio (13 da TABELA 005). A linha de negócio 05 – IE-Varejo/Comercial consta do documento somente para fins de batimento contábil e deve ser apurada por diferença. O IAE consiste na média aritmética dos saldos semestrais, para cada período anual, das operações de crédito, de arrendamento mercantil e de outras operações com característica de concessão de crédito e dos títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação, multiplicado pelo fator 0,035. O IE consiste na soma dos valores semestrais, para cada período anual, das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira. Devem, ainda, ser excluídos da composição do IE as perdas ou ganhos provenientes da alienação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não classificados na carteira de negociação. Na apuração do IAE devem ser desconsiderados os saldos de provisões constituídas. Na apuração do IE devem ser desconsideradas as despesas de constituição, bem como as receitas relativas à reversão de provisões. O valor a ser registrado nesta conta será o apurado com base na média aritmética dos valores anuais dos Indicadores de Exposição por linhas de negócios multiplicados pelo fator 0,18 e os Indicadores Alternativos de Exposição de cada linha de negócio multiplicados pelo fator 0,15. Quando o soma dos IE e IAE, já ponderados respectivamente pelos fatores 0,18 e 0,15, de cada um dos períodos for negativa deve ser considerado o valor zero. Ou sumariamente conforme fórmula abaixo, onde IE_t = Indicador de Exposição ao Risco Operacional no período anual “t”; apurados para as demais linhas de negócios, correspondentes aos saldos das contas desdobramentos do grupo **873**; IAE_t = Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional no período anual “t”; apurados para as linhas de negócios Varejo e Comercial, correspondentes aos saldos das contas desdobramentos do grupo **873**; “t” assume os valores (T-3, T-2, T-1).

$$\frac{1}{3} \times \sum_{t=T-3}^{T-1} \max[(0,15 \times IAE_t) + (0,18 \times IE_t); 0]$$

Para o documento DLO 2071, as informações acima são válidas sem ressalva. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, há período de transição enquanto não existirem 3 períodos anuais encerrados, assim para as datas-bases de janeiro a dezembro de 2015, o saldo da conta corresponderá à fórmula abaixo.

$$\max[(0,15 \times IAE_{T-1}) + (0,18 \times IE_{T-1}); 0]$$

873.10.01 INDICADOR ALTERNATIVO DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IAE – VAREJO/COMERCIAL

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-3: $IAE = 0,035 \times$ (Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outras com Característica de Concessão de Crédito + TVM não Classificado na Carteira de Negociação). Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 17, 18, 19 e 20 definidos na TABELA 004. Valor Positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

873.10.05 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IE – VAREJO/COMERCIAL

Para o documento 2071, informar valor correspondente a soma dos elementos 11, 12 e 20 subtraídos dos elementos 14 e 16 definidos na TABELA 004 para a linha de negócio Varejo/Comercial, para o período T-3. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos acima referidos. Esta conta não será utilizada para apurar o Risco Operacional, será utilizada como forma de batimento das informações das demais linhas de negócios relativamente aos elementos acima mencionados da TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

873.10.13 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-3 - IE – DEMAIS

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-3, e para as demais linhas de negócios (à exceção das linhas de varejo e comercial, informadas na conta acima): $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

873.10.21 OUTRAS RECEITAS NÃO INCLUÍDAS EM T-3

Para o documento 2071, corresponde à soma das receitas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-3, ou seja, aquelas não incluídas nos elementos 11 e 12 das contas do desdobramento 873.10. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

873.10.22 OUTRAS DESPESAS NÃO INCLUÍDAS EM T-3

Para o documento 2071, corresponde à soma das despesas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-3, ou seja, aquelas não incluídas no elemento 14 das contas do desdobramento 873.10. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2016.

873.20.01 INDICADOR ALTERNATIVO DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IAE – VAREJO/COMERCIAL

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-2: $IAE = 0,035 * (\text{Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outras com Característica de Concessão de Crédito} + \text{TVM não Classificado na Carteira de Negociação})$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 17, 18, 19 e 20 definidos na TABELA 004. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

873.20.05 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IE – VAREJO/COMERCIAL

Para o documento 2071, informar valor correspondente a soma dos elementos 11, 12 e 20 subtraídos dos elementos 14 e 16 definidos na TABELA 004 para a linha de negócio Varejo/Comercial, para o período T-2. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos acima referidos. Esta conta não será utilizada para apurar o Risco Operacional, será utilizada como forma de batimento das informações das demais linhas de negócios relativamente aos elementos acima mencionados da TABELA 004. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

873.20.13 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-2 - IE – DEMAIS

Para o documento 2071, corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-2, e para as demais linhas de negócios (à exceção das linhas de varejo e comercial, informadas na conta acima): $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

873.20.21 OUTRAS RECEITAS NÃO INCLUÍDAS EM T-2

Para o documento 2071, corresponde à soma das receitas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-2, ou seja, aquelas não incluídas nos elementos 11 e 12 das contas do desdobramento 873.20. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

873.20.22 OUTRAS DESPESAS NÃO INCLUÍDAS EM T-2



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Para o documento 2071, corresponde à soma das despesas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-2, ou seja, aquelas não incluídas no elemento 14 das contas do desdobramento 873.20. Valor positivo. **Para o documento 2061 de conglomerados prudenciais**, a conta encontra-se suspensa até a data-base de dezembro de 2015.

873.30.01 INDICADOR ALTERNATIVO DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IAE – VAREJO/COMERCIAL

Corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula para o período T-1: $IAE = 0,035 * (\text{Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outras com Característica de Concessão de Crédito} + \text{TVM não Classificado na Carteira de Negociação})$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 17, 18, 19 e 20 definidos na TABELA 004. Valor positivo.

873.30.05 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IE – VAREJO/COMERCIAL

Informar valor correspondente a soma dos elementos 11, 12 e 20 subtraídos dos elementos 14 e 16 definidos na TABELA 004 para a linha de negócio Varejo/Comercial, para o período T-1. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos acima referidos. Esta conta não será utilizada para apurar o Risco Operacional, será utilizada como forma de batimento das informações das demais linhas de negócios relativamente aos elementos acima mencionados da TABELA 004. Valor positivo.

873.30.13 INDICADOR DE EXPOSIÇÃO EM T-1 - IE – DEMAIS

Corresponde ao valor calculado pela seguinte fórmula, para o período T-1, e para as demais linhas de negócios (à exceção das linhas de varejo e comercial, informadas na conta acima): $IE = \text{Receita de Intermediação Financeira (RIF)} + \text{Receita de Prestação de Serviços (RPS)} - \text{Despesa de Intermediação Financeira (DIF)} - \text{Ganhos ou Perdas na Alienação de TVM e Instrumentos Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação (G/P_ATD)}$. Esse saldo deverá ser detalhado com os elementos de 11, 12, 14, 16 e 20 definidos na TABELA 004.

873.30.21 OUTRAS RECEITAS NÃO INCLUÍDAS EM T-1

Corresponde à soma das receitas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-1, ou seja, aquelas não incluídas nos elementos 11 e 12 das contas do desdobramento 873.30. Valor positivo.

873.30.22 OUTRAS DESPESAS NÃO INCLUÍDAS EM T-1

Corresponde à soma das despesas operacionais não incluídas no cálculo do Risco Operacional, referente ao período T-1, ou seja, aquelas não incluídas no elemento 14 das contas do desdobramento 873.30. Valor positivo.

F) DETALHAMENTO REFERENTE AO RISCO DA CARTEIRA DE NÃO-NEGOCIAÇÃO – CARTEIRA “BANKING” (R_{BAN})

(Estas contas não devem ser informadas no documento 2071)

O detalhamento da parcela R_{BAN} é feito mediante a prestação da informação de capital alocável para cada fator de risco e pelo efeito diversificação entre esses. Assim o saldo da conta 890 é resultado do somatório dos capitais alocáveis por fator de risco – contas 890.10.01 a 890.99.01, deduzido do efeito diversificação – conta 890.01.00, quando existente, entre os diversos fatores de risco.

De forma complementar, e apenas para fins de “benchmarking” do Banco Central do Brasil, são prestadas informações adicionais para cada uma das contas de 890.10.01 a 890.99.01. Essas informações dizem respeito a testes de stress, para os quais devem ser apresentadas as estimativas conforme indicações para os códigos de elemento de 31 a 35 descritos na TABELA 004, devendo-se observar a nota 6 do item III – Orientações Gerais Sobre o Arquivo XML.

O grupo de contas 890 é detalhado em subgrupos que indicam a natureza quanto à indexação do fator de risco. Os subgrupos 10, 20, 30, 40, 80 representam, respectivamente, os fatores de risco sujeitos a risco pré, de cupom de moeda estrangeira, cupom de taxa de juros, cupom de índice de preços e fundos. O subgrupo 00 representa o efeito diversificação entre os diversos fatores de risco.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Os subgrupos acima são subdivididos em desdobramentos de subgrupos, que são representativos de cada fator de risco cuja descrição segue junto à descrição de cada conta abaixo. As contas que são formadas pelos grupos, subgrupos e desdobramentos, além de recepcionar o valor relativamente ao capital alocável por fator de risco, deverão trazer informações dos testes de estresse efetuados para cada fator de risco que individualmente contribua com no mínimo 5% do total das exposições referentes às operações não classificadas na carteira de negociação. Essas informações são apresentadas no arquivo XML pelo uso dos códigos de elemento de 31 a 35 da TABELA 004.

Relativamente aos códigos de elementos 33, 34 e 35, da TABELA 004, poderá haver situações em que não é possível mensurar as estimativas de cada elemento de forma adequada. Para estes casos deverá ser prestada a informação 9999, indicativa da situação em referência. Observar que esse elementos devem ser informados sobre a forma de quantidade de pontos percentuais, com duas casas decimais, e não em pontos-base.

Sempre que as instituições financeiras identificarem exposições significativas, que superem 5% do PR, a fatores de risco não contemplados pelas contas abaixo listadas, deverão solicitar ao DESIG a criação de novas contas como forma de viabilizar a prestação das informações solicitadas.

Operações de crédito, integrantes da carteira banking, com órgãos e entidades do Setor Público originárias de capital destacado não devem ser incluídas no cálculo da R_{BAN} .

890 VALOR TOTAL DA R_{BAN}

Capital para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação – soma dos saldos das contas de 890.10.01 a 890.99.01 deduzido do saldo da conta 890.01.00.

BN: Circ. 3.365/07.

890.01.00 EFEITO DIVERSIFICAÇÃO

Corresponde ao efeito diversificação entre os diferentes fatores de risco. Representa a diferença entre a soma dos valores de capital atribuíveis a cada fator de risco individualmente, e o valor do capital alocado para cobrir o risco da carteira de não-negociação. Decorre das correlações negativas e das imperfeições das correlações positivas dos diferentes fatores de risco. Valor positivo.

890.10.01 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO PRÉ

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro prefixada denominada em real. Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de “benchmarking” do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004. Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de “benchmarking” do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.20.01 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE MOEDA – DÓLAR DOS EUA.

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro prefixada denominada em dólar dos Estados Unidos da América. Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de “benchmarking” do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.20.02 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE MOEDA – EURO.

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro prefixada denominada em Euro. Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de “benchmarking” do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

890.20.03 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE MOEDA – FRANCO SUÍÇO.

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro prefixada denominada em franco suíço. Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de *"benchmarking"* do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.20.04 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE MOEDA – IENE.

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro prefixada denominada em iene. Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de *"benchmarking"* do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.20.05 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE MOEDA – LIBRA ESTERLINA.

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro prefixada denominada em libra esterlina. Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de *"benchmarking"* do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.20.06 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE MOEDA – DÓLAR CANADENSE.

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro prefixada denominada em dólar canadense. Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de *"benchmarking"* do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.30.01 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE TAXA DE JUROS - TR

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro dos instrumentos referenciados no cupom de Taxa Referencial (TR). Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de *"benchmarking"* do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.30.02 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE TAXA DE JUROS - TJLP

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro dos instrumentos referenciados no cupom de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de *"benchmarking"* do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.30.03 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE TAXA DE JUROS - TBF

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro dos instrumentos referenciados no cupom de Taxa Básica Financeira (TBF). Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de *"benchmarking"* do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

890.40.01 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE ÍNDICE DE PREÇOS - IPCA

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro dos instrumentos referenciados no cupom de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de “benchmarking” do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.40.02 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE ÍNDICE DE PREÇOS – IGP-M

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro dos instrumentos referenciados no cupom de Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de “benchmarking” do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.40.03 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO CUPOM DE ÍNDICE DE PREÇOS – IPC-FIPE

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro dos instrumentos referenciados no cupom de Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-FIPE). Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de “benchmarking” do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.80.01 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AO FATOR DE RISCO DE MERCADO FUNDOS

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro das aplicações em fundos de investimento cujas composições proporcionais de suas carteiras sejam desconhecidas. Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de “benchmarking” do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para este fator. Esta conta deverá ser informada obrigatoriamente apenas caso a exposição referente a este fator de risco represente 5% do total das exposições. Valor positivo.

890.99.01 CAPITAL ALOCÁVEL – EXPOSIÇÃO AGREGADA - FATORES DE RISCO COM EXPOSIÇÃO INFERIOR A 5%

Valor de capital alocável desconsiderando-se o efeito diversificação relacionada à exposição sujeita à variação da taxa de juro em instrumentos associados a fatores de risco diversos, cuja exposição individual seja inferior a 5% do total das exposições. Esse saldo deverá ser acompanhado por informações complementares para fins de “benchmarking” do Banco Central do Brasil, referentes aos elementos de 31 a 35 da TABELA 004, obtidas no teste estresse para o conjunto dessas exposições. Valor positivo.

G) DETALHAMENTO DO RWA_{MINT}

865 RWA PARA RISCO DE MERCADO APURADO SEGUNDO MODELO INTERNO

Valor apurado referente às exposições sujeitas a modelo interno de risco de mercado, para Instituições Financeiras autorizadas a utilizar modelo interno de Risco de Mercado, desconsiderando eventual parcela sujeita a modelo padronizado. Deverá ser apurado pela somatório dos saldos das contas 865.10, 865.20, 865.30 e 865.40 deduzido do saldo da conta 865.01. Esse valor também deverá corresponder a soma dos elementos 51 e 52. Valor positivo.

BN: Circ. nº 3.646/13, com redação dada pela Circ. 3.674/2013.

865.01 EFEITO DIVERSIFICAÇÃO - RISCO DE MERCADO - MODELO INTERNO

Valor correspondente ao efeito diversificação entre os grupos de fatores de risco associados às parcelas RWA_{JUR} , RWA_{CAM} , RWA_{ACS} e RWA_{COM} . Esta conta deverá ser acompanhado dos elementos 51 e 52. O saldo deverá corresponder a



BANCO CENTRAL DO BRASIL

soma dos elementos 51 e 52. O elemento 51 deverá corresponder a diferença entre a soma do elemento 51 das contas 865.10, 865.20, 865.30 e 865.40 e o valor do elemento 51 da conta 865. O elemento 52 deverá corresponder a diferença entre a soma do elemento 52 das contas 865.10, 865.20, 865.30 e 865.40 e o valor do elemento 52 da conta 865. Valor positivo.

865.10 VALOR TOTAL DA PARCELA RWA_{CAM} ANTES DO EFEITO DIVERSIFICAÇÃO

Valor correspondente ao total da parcela RWA_{CAM} antes do efeito diversificação. Este saldo deverá ser acompanhado dos elementos 51 e 52. O saldo da conta deverá corresponder a soma dos elementos 51 e 52. Valor positivo.

865.20 VALOR TOTAL DA PARCELA RWA_{JUR} ANTES DO EFEITO DIVERSIFICAÇÃO

Valor correspondente ao total da parcela RWA_{JUR} antes do efeito diversificação. Este saldo deverá ser acompanhado dos elementos 51 e 52. O saldo da conta deverá corresponder a soma dos elementos 51 e 52. Valor positivo.

865.20.01 EFEITO DIVERSIFICAÇÃO RWA_{JUR}

Valor correspondente ao efeito diversificação entre os grupos de fatores de risco associados às parcelas RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} e RWA_{JUR4} . Deverá ser apurado pela somatório dos saldos das contas 865.20.10, 865.20.20, 865.20.30 e 865.20.40 deduzido do saldo da conta 865.20. Esta conta deverá ser acompanhado dos elementos 51 e 52. O saldo também deverá corresponder a soma dos elementos 51 e 52. O elemento 51 deverá corresponder a diferença entre a soma do elemento 51 das contas 865.20.10, 865.20.20, 865.20.30 e 865.20.40 e o valor do elemento 51 da conta 865.20. O elemento 52 deverá corresponder a diferença entre a soma do elemento 52 das contas 865.20.10, 865.20.20, 865.20.30 e 865.20.40 e o valor do elemento 52 da conta 865.20. Valor positivo.

865.20.10 VALOR TOTAL DA PARCELA RWA_{JUR1} ANTES DO EFEITO DIVERSIFICAÇÃO

Valor correspondente ao total da parcela RWA_{JUR1} antes do efeito diversificação. Este saldo deverá ser acompanhado dos elementos 51 e 52. O saldo da conta deverá corresponder a soma dos elementos 51 e 52. Valor positivo.

865.20.20 VALOR TOTAL DA PARCELA RWA_{JUR2} ANTES DO EFEITO DIVERSIFICAÇÃO

Valor correspondente ao total da parcela RWA_{JUR2} antes do efeito diversificação. Este saldo deverá ser acompanhado dos elementos 51 e 52. O saldo da conta deverá corresponder a soma dos elementos 51 e 52. Valor positivo.

865.20.30 VALOR TOTAL DA PARCELA RWA_{JUR3} ANTES DO EFEITO DIVERSIFICAÇÃO

Valor correspondente ao total da parcela RWA_{JUR3} antes do efeito diversificação. Este saldo deverá ser acompanhado dos elementos 51 e 52. O saldo da conta deverá corresponder a soma dos elementos 51 e 52. Valor positivo.

865.20.40 VALOR TOTAL DA PARCELA RWA_{JUR4} ANTES DO EFEITO DIVERSIFICAÇÃO

Valor correspondente ao total da parcela RWA_{JUR4} antes do efeito diversificação. Este saldo deverá ser acompanhado dos elementos 51 e 52. O saldo da conta deverá corresponder a soma dos elementos 51 e 52. Valor positivo.

865.30 VALOR TOTAL DA PARCELA RWA_{ACS} ANTES DO EFEITO DIVERSIFICAÇÃO

Valor correspondente ao total da parcela RWA_{ACS} antes do efeito diversificação. Este saldo deverá ser acompanhado dos elementos 51 e 52. O saldo da conta deverá corresponder a soma dos elementos 51 e 52. Valor positivo.

865.40 VALOR TOTAL DA PARCELA RWA_{COM} ANTES DO EFEITO DIVERSIFICAÇÃO

Valor correspondente ao total da parcela RWA_{COM} antes do efeito diversificação. Este saldo deverá ser acompanhado dos elementos 51 e 52. O saldo da conta deverá corresponder a soma dos elementos 51 e 52. Valor positivo.

866 ADICIONAL CALCULADO SEGUNDO MODELO PADRONIZADO

Valores calculados de acordo com o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 6º da Circular 3.646/13 com, pelas instituições autorizadas a utilizar modelo interno, para exposições não consideradas relevantes em determinados fatores de risco, com base nas metodologias padronizadas previstas nas Circulares 3.634/13, 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13, 3.639/13 e 3.641/13.

BN: §§ 2º e 3º do art. 6º da Circ. 3.646/13, com redação dada pela Circ. 3.674/2013.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

H) DETALHAMENTO DA APURAÇÃO DA RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA) (NR)

As contas deste grupo destinam-se à demonstração da apuração da Razão de Alavancagem (RA). Nas contas 142 a 146 devem ser informadas as exposições e em alguns casos será necessária a utilização de fatores de conversão. Os saldos dessas contas devem ser acompanhados de detalhamentos de informações que devem seguir as Orientações Gerais sobre o arquivo XML, especialmente item III-6, e são:

- Fatores de conversão (código elemento 43 – detalhado na TABELA 012);
- Valor Base (código elemento 2 da TABELA 004).

140 RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)

Apurado pela divisão do PR Nível I Ajustado (conta 108) pela Exposição Total - EP (conta 141) e com o resultado apresentado na forma de percentual.

BN: art. 2º da Circ. 3.748/2015.

108 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA DE NÍVEL I AJUSTADO PARA O CÁLCULO DA RA

Corresponde ao Patrimônio de Referência de Nível I Ajustado para fins de cálculo da RA. Fórmula: $108 = 110 - 105 - 107$. Valor positivo.

BN: parágrafo único do art. 2º da Circ. 3.748/2015.

110 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I

Patrimônio de Referência Nível I. Corresponde a soma dos saldos das contas 111 e 112.

BN: inciso I do art. 2º da Circ. 3.748/2015.

105 EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE

Valor referente ao eventual excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente aos percentuais estabelecidos nos arts. 3º e 4º da Resolução 2.283/96. Alínea "a" do parágrafo único do art. 2º da Circ. 3.748. Valor positivo.

BN: inciso I, parágrafo único art. 2º da Circ. 3.748/2015;

107 CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO

Valor referente ao destaque de capital autorizado pelo Banco Central do Brasil para aplicação exclusiva em operações de crédito com órgãos e entidades do setor público, nos termos do art. 3º da Resolução 2.827/2001. Valor positivo.

BN: alínea "b" do parágrafo único do art. 2º da Circ. 3.748/2015;

141 EXPOSIÇÃO TOTAL

Valor referente à soma das exposições de que trata o art. 5º da Circular 3.748/2015 e a dedução dos valores correspondentes aos elementos patrimoniais incluídos na alínea "a", inciso II do art. 2º e deduzidos na apuração do PR Nível I, brutos de passivos fiscais diferidos a eles associados subtraídos do cálculo do Nível I do PR, conforme definido nos arts. 5º e 6º, inciso II, alínea "a", da Res. 4.192/2013. Somatório das contas 142 a 146. Valor positivo.

BN: alíneas "a" e "b" do inciso II do art. 2º da Circ. 3.748/2015.

142 ITENS PATRIMONIAIS, EXCETO DERIVATIVOS, TVM RECEBIDOS POR EMPRÉSTIMOS E REVENDA A LIQUIDAR EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Valor referente à soma das exposições contabilizadas no Balanço Patrimonial (BP), exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimos e revenda a liquidar em operações compromissadas. Valor positivo. Corresponde ao somatório das contas 142.01 a 142.11.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

[BN: art. 6º e 7º da Circ. 3.748/2015.](#)

142.01 DISPONIBILIDADES

Valor registrado no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo representativa de disponibilidades. Inclui as aplicações em ouro. Valor positivo.

[BN: inciso I do art. 5º da Circ. 3.748/2015.](#)

142.02 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Valor referente à diferença entre as contas 142.02.01 e 142.02.02. Valor positivo ou zero.

142.02.01 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Valor registrado no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo representativo de aplicações interfinanceiras de liquidez, exceto operações compromissadas. Valor Positivo.

[BN: inciso I do art. 5º da Circ. 3.748/2015.](#)

142.02.02 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ VINCULADAS

Valor referente a aplicações interfinanceiras de liquidez vinculadas nos termos da Resolução 2.921, de 17.1.2002, exceto operações compromissadas. Valor Positivo.

[BN: inciso V do § 4º do art. 5º da Circ. 3.748/2015.](#)

142.03 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Valor referente ao somatório das Contas 142.03.01 e 142.03.03, deduzido dos valores das contas 142.03.02, 142.03.04 e 143.03.05. Valor positivo.

142.03.01 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Valor registrado no ativo circulante e realizável a longo prazo referente à aplicação em Títulos e Valores Mobiliários. Devem ser considerados todos os títulos de securitização. Os títulos de securitização que possuam retenção substancial de riscos e benefícios decorrentes de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que permaneçam registrados no ativo da instituição devem ser deduzidos na conta 142.03.02. As aplicações em cotas de fundos de investimento são tratadas nas contas 142.03.03, 143.03.04 e 143.03.05. Valor Positivo.

[BN: inciso I e § 4º, inciso I do art. 5º da Circ. 3.748/2015.](#)

142.03.02 TÍTULOS DE SECURITIZAÇÃO COM RETENÇÃO SUBSTANCIAL DE RISCOS

Valor referente aos títulos de securitização que possuam retenção substancial de riscos e benefícios decorrentes de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que permaneçam registrados no ativo da instituição. Valor positivo.

[BN: inciso I e § 4º, inciso I do art. 5º da Circ. 3.748/2015.](#)

142.03.03 COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Valor registrado no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo representativo de aplicações em cotas de fundos de investimento. As aplicações em cotas de fundos de investimentos especialmente constituídos (FIE) vinculados a planos de previdência complementar abertos do tipo vida geradora de benefício livre (VGBL) ou plano gerador de benefício livre (PGBL) devem ser informadas por seu valor bruto, com as provisões matemáticas de benefícios a conceder sendo deduzidas na conta 142.03.04. Valor Positivo.

[BN: inciso I e § 5º do art. 5º da Circ. 3.748/2015.](#)

142.03.04 COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Valor referente às cotas de fundos de investimento, inclusive FIDC, decorrentes de operações de venda ou transferência de ativos financeiros que permaneçam registrados no ativo da instituição, na proporção entre o montante dos ativos transferidos que permaneçam registrados no ativo da instituição e o valor total dos ativos do fundo não devem ser considerados como exposição. Valor Positivo.

[BN: inciso II e § 4º do art. 5º da Circ. 3.748/2015.](#)



BANCO CENTRAL DO BRASIL

142.03.05 PROVISÕES MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER RELACIONADAS A COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO ESPECIALMENTE CONSTITUÍDOS

Valor referente às provisões matemáticas de benefícios a conceder relacionadas à aplicação em cotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIE) vinculados a planos de previdência complementar aberto do tipo vida geradora de benefício livre (VGBL) ou plano gerador de benefício livre (PGBL). Valor positivo.

BN: § 5º do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

142.04 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS **NÃO** REGISTRADOS NO ATIVO

Valor referente aos adiantamentos concedidos pela instituição não registrados no Ativo. O valor da exposição deve corresponder ao valor adiantado. Os adiantamentos registrados no ativo devem ser registrados na conta 142.08 - Outros Créditos. Na apuração do valor da exposição devem ser deduzidas as provisões. Valor Positivo.

BN: inciso II do art. 5º e art. 7º da Circ. 3.748/2015.

142.05 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Valor correspondente à diferença entre as contas 142.05.01 e 142.05.02. Valor positivo.

142.05.01 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Valor referente às relações interfinanceiras. Valor positivo.

BN: inciso I do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

142.05.02 COMPENSAÇÃO DE CHEQUES DEPOSITADOS EM CONTAS DE CLIENTES

Valor referente à compensação de cheques depositados em contas de clientes, quando a liberação dos respectivos recursos estiver vinculada à efetiva compensação, nos termos da regulamentação em vigor. Valor positivo.

BN: inciso IV do § 4º do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

142.06 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valor correspondente à seguinte fórmula: $142.06 = 142.06.01 - 142.06.02 - 142.06.03$. Valor positivo.

142.06.01 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valor referente às operações de crédito. Valor positivo.

BN: inciso I do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

142.06.02 OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS

Valor referente a operações de crédito vinculadas, conforme disposto na Resolução 2.921, de 17.2.2002. Valor positivo.

BN: inciso V do § 4º do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

142.06.03 OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O SETOR PÚBLICO ORIUNDAS DE CAPITAL DESTACADO

Valor referente a operações de crédito com órgãos e entidades do setor público em que há aplicação exclusiva de parcela destacada de instrumentos elegíveis a Nível I nos termos do art. 3º da Resolução 2.827/2001. Inciso VI do § 4º do art. 5º da Circ. 3.748. Valor positivo.

BN: inciso VI do § 4º do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

142.07 ARRENDAMENTO MERCANTIL

Valor correspondente à diferença entre os valores da conta 142.07.01 e 142.07.02. Valor positivo.

142.07.01 OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Valor referente às aplicações em operações de arrendamento mercantil conforme valores registrados no Ativo. Valor positivo.

BN: inciso I do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

142.07.02 OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL VINCULADAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Valor referente a operações de arrendamento mercantil vinculadas, conforme disposto na Resolução 2.921, de 17.2.2002. Valor positivo.

BN: inciso V do § 4º do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

142.08 OUTROS CRÉDITOS

Valor referente a outros créditos registrados nas contas 570.05, 570.06, 570.07, 570.09 e 570.10. Valor positivo.

BN: inciso I do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

142.09 OUTROS VALORES E BENS

Valor referente a outros valores e bens. Valor positivo.

BN: inciso I do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

142.10 ATIVO PERMANENTE

Valor referente a aplicações no ativo permanente. Valor positivo.

BN: inciso I do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

142.11 GARANTIA DEPOSITADA EM SISTEMAS DE LIQUIDAÇÃO DE CÂMARAS OU PRESTADORES DE SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Valor referente a garantias depositadas em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, apartada ou não do patrimônio da entidade depositária. Valor positivo.

BN: § 3º do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

143 AJUSTES PRUDENCIAIS BRUTOS DE PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Valor correspondente aos elementos patrimoniais incluídos na alínea "a", inciso II do art. 2º da Circ. 3.748/2015 e deduzidos na apuração do Nível I do PR, brutos de passivos fiscais diferidos a eles associados subtraídos no cálculo do Nível I do PR, conforme definido nos arts. 5º e 6º, inciso II, alínea "a", da Res. 4.192/2013. Corresponde a seguinte fórmula: $(111.92 + 111.92.05.90 + 111.92.05.01.01.90 + 111.93 + 111.94 + \text{Mínimo } (111.94.02.01.01 \text{ e } 111.94.02.01.90))$. Valor positivo.

BN: alínea "b", inciso II do art. 2º da Circ. 3.748/2015.

144 OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Valor referente à seguinte fórmula: $144 = 144.01 + 144.02 - 144.03 - 144.04 + 144.05 - 144.06$. Valor positivo.

144.01 VALOR DE REPOSIÇÃO EM OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

Valor referente ao somatório das contas 144.01.01 e 144.01.02, subtraído do valor da conta 144.01.03. Valor positivo.

144.01.01 DERIVATIVOS FINANCEIROS – VALOR DE REPOSIÇÃO

Refere-se ao valor de reposição, quando positivo, em operações com instrumentos financeiros derivativos. Devem ser consideradas as operações próprias e as realizadas em nome de clientes liquidadas ou não em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação nas quais a câmara ou prestador de serviços interpõe-se como contraparte central. Incluem as operações de compra ou venda para liquidação futura de moeda estrangeira ou de ouro ou de TVM. Valor positivo.

BN: inciso III do art. 5º, **caput** e § 1º do art. 8º e art. 9º da Circ. 3.748/2015.

144.01.02 DERIVATIVOS DE CRÉDITO – VALOR DE REPOSIÇÃO

Valor referente ao valor de reposição, quando positivo, em operações com derivativos de crédito. Devem ser consideradas as operações próprias e as realizadas em nome de clientes liquidadas ou não em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação nas quais a câmara ou prestador de serviços interpõe-se como contraparte central. Incluem as operações de compra ou venda para liquidação futura de moeda estrangeira ou de ouro ou de TVM. Valor positivo.

BN: inciso III do art. 5º, **caput** e § 1º do art. 8º e art. 11 da Circ. 3.748/2015.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

144.01.03 ACORDO DE COMPENSAÇÃO – DERIVATIVOS FINANCEIROS

Valor referente às operações com derivativos sujeitas a acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, nos termos da Res. 3.263, de 24.2.2005, cujo valor de exposição deve seguir o disposto do art. 13 da Circ. 3.748/2015. Valor positivo.

BN: § 4º do art. 8º da Circ. 3.748/2015.

144.02 GANHO POTENCIAL FUTURO DECORRENTE DE OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

Valor referente ao somatório das contas 144.02.01 e 144.02.02, subtraído do valor da conta 144.02.03. Valor positivo.

144.02.01 DERIVATIVOS FINANCEIROS – GANHO POTENCIAL FUTURO

Valor apurado mediante a multiplicação do valor de referência da operação pelo FEPF correspondente, conforme Tab. 012. Devem ser consideradas as operações próprias e as realizadas em nome de clientes liquidadas ou não em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de liquidação nas quais a câmara ou prestador de serviços interpõe-se como contraparte central. Incluem as operações de compra ou venda para liquidação futura de moeda estrangeira ou de ouro ou de TVM. Valor positivo.

BN: inciso III do art. 5º, **caput** e § 1º do art. 8º, art. 10 e art. 11 da Circ. 3.748/2015.

144.02.02 DERIVATIVOS DE CRÉDITO – GANHO POTENCIAL FUTURO

Valor apurado mediante a multiplicação do valor de referência da operação pelo FEPF correspondente, conforme Tab. 012. Devem ser consideradas as operações próprias e as realizadas em nome de clientes liquidadas ou não em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de liquidação nas quais a câmara ou prestador de serviços interpõe-se como contraparte central. Incluem as operações de compra ou venda para liquidação futura de moeda estrangeira ou de ouro ou de TVM. Deve ser apurado para instituição transferidora do risco. Valor positivo.

BN: inciso III do art. 5º, **caput** e § 1º do art. 8º e art. 11 da Circ. 3.748/2015.

144.02.03 ACORDO DE COMPENSAÇÃO – DERIVATIVOS FINANCEIROS

Valor referente às operações com derivativos sujeitas a acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, nos termos da Res. 3.263, de 24.2.2005, cujo valor de exposição deve seguir o disposto do art. 13 da Circ. 3.748/2015. Valor positivo.

BN: § 4º do art. 8º da Circ. 3.748/2015.

144.03 MARGEM DE GARANTIA DIÁRIA RECEBIDA

É facultada a dedução dos recursos recebidos em espécie ou depósito bancário a vista referente à margem de garantia recebida em operação com derivativo do valor de reposição que atendam às seguintes condições, cumulativamente: a margem de garantia seja apurada e aportada diariamente com base no valor de reposição do derivativo associado; represente montante igual ao valor de reposição do derivativo associado; esteja sujeita ao mesmo acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, nos termos da Res. 3.263, de 2005, que o derivativo associado; os recursos recebidos em espécie ou em depósito bancário a vista estejam imediatamente disponíveis para o beneficiário; e sejam referenciados na mesma moeda de liquidação do derivativo associado. A faculdade não se aplica às operações com derivativos cujo valor contábil tenha sido reduzido pelo recebimento de ajustes diários ou mediante outra forma de liquidação antecipada. Valor positivo.

BN: art. 15 e 16 da Circ. 3.748/2015.

144.04 DERIVATIVOS EM NOME DE CLIENTES

Refere-se à faculdade de dedução da exposição relativa às operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas em nome de clientes nas quais não haja obrigação contratual da instituição de reembolsar quaisquer perdas de valor em suas transações em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação. Corresponde ao somatório das contas 144.04.01 a 144.04.04, subtraído do valor da conta 144.04.05. Valor positivo.

144.04.01 DERIVATIVOS FINANCEIROS – VALOR DE REPOSIÇÃO – REALIZADAS EM NOME DE CLIENTES



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Refere-se ao valor de reposição, quando positivo, em operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas em nome de clientes nas quais não haja obrigação contratual da instituição de reembolsar quaisquer perdas de valor em suas transações em função da ocorrência de falência ou inadimplemento dos sistemas em que liquidadas. Valor positivo.
BN: inciso II do § 3º do art. 8º da Circ. 3.748/2015.

144.04.02 DERIVATIVOS FINANCEIROS – GANHO POTENCIAL FUTURO – REALIZADAS EM NOME DE CLIENTES

Refere-se ao ganho potencial futuro, em operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas em nome de clientes nas quais não haja obrigação contratual da instituição de reembolsar quaisquer perdas de valor em suas transações em função da ocorrência de falência ou inadimplemento dos sistemas em que liquidadas. O valor da exposição corresponderá à multiplicação do valor de referência da operação pelo FEPR correspondente, conforme TABELA 012. Valor positivo.

BN: inciso II do § 3º do art. 8º da Circ. 3.748/2015.

144.04.03 DERIVATIVOS DE CRÉDITO – VALOR DE REPOSIÇÃO – REALIZADOS EM NOME DE CLIENTES

Refere-se ao valor de reposição, quando positivo, em operações com derivativos de crédito realizadas em nome de clientes nas quais não haja obrigação contratual da instituição de reembolsar quaisquer perdas de valor em suas transações em função da ocorrência de falência ou inadimplemento dos sistemas em que liquidadas. Valor positivo.

BN: inciso II do § 3º do art. 8º da Circ. 3.748/2015.

144.04.04 DERIVATIVOS DE CRÉDITO – GANHO POTENCIAL FUTURO – REALIZADOS EM NOME DE CLIENTES

Refere-se ao ganho potencial futuro, em operações com derivativos de crédito realizadas em nome de clientes nas quais não haja obrigação contratual da instituição de reembolsar quaisquer perdas de valor em suas transações em função da ocorrência de falência ou inadimplemento dos sistemas em que liquidadas. O valor da exposição corresponderá à multiplicação do valor de referência da operação pelo FEPR correspondente, conforme TABELA 012. Valor positivo.

BN: inciso II do § 3º do art. 8º da Circ. 3.748/2015.

144.04.05 DERIVATIVOS DE CRÉDITO – VALOR DE REFERÊNCIA AJUSTADO – REALIZADAS EM NOME DE CLIENTES

Refere-se ao valor de referência do contrato de derivativos de crédito realizados em nome de clientes nos quais não haja obrigação contratual da instituição de reembolsar quaisquer perdas de valor em suas transações em função da ocorrência de falência ou inadimplemento dos sistemas em que liquidadas. Deve ser apurado de acordo com o artigo 15 da Circ. 3.748/2015. Valor positivo.

BN: inciso II do § 3º do art. 8º da Circ. 3.748/2015.

144.05 VALOR DE REFERÊNCIA AJUSTADO EM DERIVATIVOS DE CRÉDITO

Refere-se à soma dos valores de referência dos contratos de derivativos de crédito em que a instituição atue como contraparte receptora do risco. Valor Positivo.

BN: caput e § 1º do art. 17 da Circ. 3.748/2015.

144.06 AJUSTE SOB O VALOR DE REFERÊNCIA AJUSTADO EM DERIVATIVOS DE CRÉDITO

Valor referente aos ajustes do valor de referência em derivativos de crédito, conforme a seguir:

- I) Valores correspondentes ao saldo do ajuste negativo ao valor de mercado dos derivativos de crédito utilizados para hedge de fluxo de caixa, em que a instituição atue como contraparte receptora do risco, de que trata a alínea "e" do inciso II e o § 2º do art. 4º da Res. 4.192/2013;
- II) Valor de referência do contrato de derivativo de crédito em que a instituição atue como contraparte transferidora do risco, se atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) as operações sejam referenciadas em ativos subjacentes de mesmo emissor;
 - b) o derivativo de crédito em que a instituição atue como contraparte transferidora do risco de crédito apresente prioridade de pagamento mais alta ou igual ao do derivativo de crédito em que a instituição atue como contraparte receptora do risco; e
 - c) o derivativo de crédito em que a instituição atue como contraparte transferidora do risco de crédito apresente prazo remanescente maior ou igual ao do derivativo de crédito cujo risco foi recebido.

BN: incisos I e II do § 2º do art. 17 da Circ. 3.748/2015.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

145 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS E DE EMPRÉSTIMOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (TVM)

Valor referente à seguinte fórmula: $145 = 145.01 - 145.02 + 145.03 + 145.04$.

145.01 APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS E DE EMPRÉSTIMOS DE TVM

Valor referente ao somatório das contas 145.01.01 e 145.01.02. Valor Positivo.

145.01.01 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS – REVENDA A LIQUIDAR

Valor referente à revenda a liquidar, no caso de operação de compra com compromisso de revenda. O valor da exposição corresponde ao valor contábil da revenda. Valor positivo.

BN: inciso II e § 5º do art. 18 da Circ. 3.748/2015.

145.01.02 TVM RECEBIDOS POR EMPRÉSTIMOS

Valor referente aos TVM recebidos por empréstimos. O valor da exposição corresponde aos recursos financeiros entregues. Valor positivo.

BN: inciso II e § 5º do art. 18 da Circ. 3.748/2015.

145.02 AJUSTE RELATIVO A RECOMPRAS A LIQUIDAR E CREDORES POR EMPRÉSTIMOS DE TVM

Valor correspondente à dedução prevista no § 3º do art. 18 da Circ. 3.748/2015. Corresponde ao somatório das contas 145.02.01 e 145.02.02. Valor positivo.

145.02.01 RECOMPRAS A LIQUIDAR

Valor referente às recompras a liquidar, no caso de operações de venda com compromisso de recompra que atendam às seguintes condições:

- I - as transações tenham a mesma data de vencimento das revendas a liquidar;
- II - as operações compromissadas estejam sujeitas a um mesmo mecanismo de compensação dos valores a pagar e a receber, válido inclusive em caso de inadimplência; e
- III - a liquidação do montante remanescente da compensação se dê de forma líquida.

Não considerar o risco de crédito da contraparte, este será apurado na conta 145.03.01. Valor positivo.

BN: § 3º, incisos I, II e III e § 5º do art. 18 da Circ. 3.748/2015.

145.02.02 TVM CEDIDOS POR EMPRÉSTIMO

Valor referente aos TVMs cedidos por empréstimo, que atendam às seguintes condições:

- I) as transações tenham a mesma data de vencimento das revendas a liquidar;
- II) as operações de empréstimo de TVMs estejam sujeitas a um mesmo mecanismo de compensação dos valores a pagar e a receber, válido inclusive em caso de inadimplência; e
- III) a liquidação do montante remanescente da compensação se dê de forma líquida.

Valor positivo.

BN: § 3º, incisos I, II e III e § 5º do art. 18 da Circ. 3.748/2015.

145.03 VALOR RELATIVO AO RISCO DE CRÉDITO DA CONTRAPARTE

Valor referente ao risco de crédito da contraparte em operações compromissadas e de empréstimos de TVM. Valor positivo. Corresponde ao somatório das contas 145.03.01 a 145.03.04.

BN: inciso IV do art. 5º e art. 18 da Circ. 3.748/2015.

145.03.01 RISCO DE CRÉDITO DA CONTRAPARTE – COMPRA COM COMPROMISSO DE REVENDA

Valor referente ao risco de crédito da contraparte em operações compromissadas de compra com compromisso de revenda. O valor da exposição corresponde ao resultado, se positivo, do valor contábil da revenda deduzido do valor contábil do ativo objeto da operação. Valor positivo.

BN: inciso I do § 1º e § 5º do art. 18 da Circ. 3.748/2015.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

145.03.02 RISCO DE CRÉDITO DA CONTRAPARTE – VENDA COM COMPROMISSO DE RECOMPRA

Valor referente ao risco de crédito da contraparte em operações compromissadas de venda com compromisso de recompra. O valor da exposição corresponde ao valor contábil do ativo objeto da operação deduzido dos recursos financeiros recebidos. Valor positivo.

BN: inciso II do § 1º e § 5º do art. 18 da Circ. 3.748/2015.

145.03.03 RISCO DE CRÉDITO DA CONTRAPARTE – OPERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE TVM - CEDENTE

Valor referente ao risco de crédito da contraparte em operações de empréstimos de TVM em que a instituição atue como contraparte cedente. O valor da exposição corresponde ao valor contábil do ativo objeto da operação deduzido dos recursos financeiros recebidos. Valor positivo.

BN: inciso II do § 1º e § 5º do art. 18 da Circ. 3.748/2015.

145.03.04 RISCO DE CRÉDITO DA CONTRAPARTE – OPERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE TVM - RECEPTORA

Valor referente ao risco de crédito da contraparte em operações de empréstimos de TVM em que a instituição atue como contraparte receptora. O valor da exposição corresponde à soma dos recursos financeiros entregues deduzidos do valor contábil do ativo objeto recebido. Valor positivo.

BN: inciso III do § 1º e § 5º do art. 18 da Circ. 3.748/2015.

145.04 VALOR RELATIVO AO RISCO DE CRÉDITO DA CONTRAPARTE EM OPERAÇÕES DE INTERMEDIÇÃO

Valor referente ao risco de crédito da contraparte em operações compromissadas e de empréstimos de TVM em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, assumindo direitos ou obrigações apenas sobre a diferença de valor entre os recursos financeiros e TVM entregues e recebidos. Excetua-se nesta os valores referentes à revenda a liquidar, no caso de operação de compra com compromisso de revenda, e aos TVM recebidos por empréstimos. Valor positivo.

BN: § 4º e § 5º do art. 18 da Circ. 3.748/2015.

146 ITENS NÃO CONTABILIZADOS DO BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Valor referente à seguinte fórmula: $146 = 146.01 + 146.02$.

146.01 VALOR DE REFERÊNCIA DAS OPERAÇÕES NÃO CONTABILIZADAS

Soma dos valores de exposição de que tratam os arts. 19 a 22, desconsiderando a aplicação dos Fatores de Conversão em Crédito (FCC). Corresponde ao somatório das contas 146.01.01, 146.01.02 e 146.01.03, subtraído do valor da conta 146.01.04.

146.01.01 LIMITE DE CRÉDITO

Valor referente ao limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição. O limite de crédito cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição deve ser determinado pelo valor do limite concedido, deduzida eventual parcela já convertida em operação de crédito. Valor positivo.

BN: inciso V do art. 5º e art. 19 e 20 da Circ. 3.748/2015.

146.01.02 CRÉDITO A LIBERAR

Valor referente aos desembolsos futuros relativos a operações de crédito contratadas, independente de serem ou não condicionadas ao cumprimento de condições pré-estabelecidas. O valor da exposição deve ser determinado pelo somatório das parcelas de operações de crédito a liberar. Valor positivo.

BN: inciso VI do art. 5º e art. 21 da Circ. 3.748/2015.

146.01.03 GARANTIAS PRESTADAS

Valor referente à prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros. O valor da exposição deve ser determinado pelo valor do aval, fiança, coobrigação ou da modalidade de garantia prestada pela instituição, deduzida eventual parcela já honrada. O valor da exposição relativa à prestação de garantia referenciada em um compromisso, limite de crédito ou garantia, de



BANCO CENTRAL DO BRASIL

responsabilidade de terceiros, deve corresponder ao valor prestado, deduzida eventual parcela já honrada. Valor positivo.

BN: inciso VII do art. 5º e art. 22 da Circ. 3.748/2015.

146.01.04 COBRIGAÇÕES E DEMAIS MODALIDADES DE RETENÇÃO DE RISCOS E BENEFÍCIOS

Valor referente às cobranças e demais modalidades de retenção de riscos e benefícios decorrentes de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que permaneçam registrados no ativo da instituição. Valor positivo.

BN: inciso I do § 4º do art. 5º da Circ. 3.748/2015.

146.02 AJUSTE RELATIVO À APLICAÇÃO DE FCC ESPECÍFICO ÀS OPERAÇÕES NÃO CONTABILIZADAS NO BP

Valor referente à soma dos valores de exposição de que tratam os arts. 19 a 22, desconsiderado a aplicação de FCC, multiplicados por (FCC - 1), em que FCC corresponde ao Fator de Conversão em Crédito (TABELA 012) aplicável às referidas exposições. Valor negativo. Corresponde ao somatório das contas 146.02.01 a 146.02.03.

146.02.01 LIMITE DE CRÉDITO

Valor referente ao limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição, deduzido de eventuais parcelas já convertidas em crédito e multiplicado por (FCC - 1), conforme TABELA 012. Para o limite de crédito cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição a exposição é apurada pela multiplicação do valor do limite por FCC - 1 (10% - 1). Valor Negativo.

BN: inciso V do art. 5º e art. 19 e 20 da Circ. 3.748/2015.

146.02.02 CRÉDITO A LIBERAR

Valor referente aos desembolsos futuros relativos a operações de crédito contratadas, independente de serem ou não condicionadas ao cumprimento de condições pré-estabelecidas. O valor da exposição é apurado mediante a multiplicação do somatório das parcelas a liberar por FCC - 1 (100% - 1), conforme TABELA 012. Valor nulo.

BN: inciso VI do art. 5º e art. 21 da Circ. 3.748/2015.

146.02.03 GARANTIAS PRESTADAS

Valor referente ao aval, fiança, cobrança ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros. A exposição é determinada pela multiplicação do valor da garantia prestada pelos seguintes FCCs - 1, conforme TABELA 012:

- I) (20% - 1) - operações vinculadas ao comércio internacional de mercadorias, nas quais o embarque ou recepção de mercadorias represente a garantia da operação;
- II) (50% - 1) - prestação de garantias de desempenho, tais como garantia de proposta em licitações (bid bonds) e garantia de prestação de serviço ou execução de obras (performance bonds);
- III) (50% - 1) - prestação de garantia de distribuição de títulos e valores mobiliários nos mercados primário e secundário, mediante oferta pública;
- IV) (100% - 1) - nos demais casos.

O valor da exposição relativa à prestação de garantia referenciada em uma operação não contabilizada no Balanço Patrimonial deve corresponder ao valor da garantia prestada multiplicado pelo menor dos FCCs aplicáveis à garantia ou à operação subjacente (TABELA 012). Valor negativo ou zero.

BN: inciso VII do art. 5º e art. 22 da Circ. 3.748/2015.

- TABELA 004 define os códigos dos elementos utilizados no arquivo XML, relativamente a:
 - Contas para as quais são aplicáveis percentuais de redução ou limitação (aplicáveis sobre os valores dos instrumentos elegíveis ao capital principal, ao capital complementar e ao nível 2, e ainda, sobre ajustes prudenciais com implementação escalonada);
 - Apuração do RWA_{OPAD} para os elementos que compõe o cálculo desta parcela.
 - A prestação de informações relativamente a R_{BAN} para os resultados dos testes de estresse estabelecidos pela circular 3.365/2007;
 - A apuração do RWA_{CPAD} para os elementos que compõe o cálculo desta parcela.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

TABELA 004 – CÓDIGO DO ELEMENTO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
2	Valor contábil/valor de exposição (Valor positivo)
3	Percentuais Aplicáveis ao Capital
4	Tipo (TABELA 024) – Visa caracterizar os valores bases com vistas a fazer a reconciliação contábil das exposições ao delimitar valores considerados exposição e não exposição e valores com registros ou não na contabilidade.
11	Receita de intermediação financeira (Valor positivo)
12	Receita de prestação de serviço (Valor positivo)
13	Receitas operacionais não incluídas (Valor positivo). Informação solicitada para batimento contábil com o total de receitas operacionais.
14	Despesas de intermediação financeira (Valor positivo)
15	Despesas operacionais não incluídas (Valor positivo). Informação solicitada para batimento contábil com o total de despesas operacionais.
16	Ganhos ou perdas na alienação de TVM e instrumentos derivativos não classificados na carteira de negociação. (Valor positivo se ganhos, valor negativo se perdas)
17	Média dos saldos finais dos 2 semestres do período anual (TABELA 016) relativas a operações de crédito, operações de arrendamento mercantil e outras com características de concessão de crédito – Carteira ativa e coobrigação em cessões de crédito. (Valor positivo)
18	Média dos saldos finais dos 2 semestres do período anual (TABELA 016) relativas a TVM não classificado na carteira de negociação (Valor positivo)
19	Média dos saldos finais dos 2 semestres do período anual (TABELA 016) relativas a TVM classificado na carteira de negociação (Valor positivo). Informação solicitada para batimento contábil, com a média da carteira classificada.
20	Plano de negócios - quando a Instituição estiver em fase pré-operacional (ou possuir plano de negócios relativos a criação de nova instituição financeira), ou não possuir 3 períodos anuais finalizados desde o início das atividades deverá ser registrado valor com base no plano de negócios, caso contrário deverá ser informado R\$ 0,00 (zero)
31	Estimativa da variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação com a utilização de um choque compatível com o 1º percentil de uma distribuição histórica de variações de taxas de juros (período de observação de cinco anos), considerando um período de manutenção de um ano. Quando a variação do valor de mercado caracterizar uma perda em relação ao valor de mercado da posição atual, colocar um sinal de menos (-) em frente do valor informado. Este teste deve ser efetuado individualmente para cada fator cuja exposição seja superior a 5% da exposição total, e de forma agregada para aqueles inferiores a 5%.
32	Estimativa da variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação com a utilização de um choque compatível com o 99º percentil de uma distribuição histórica de variações de taxas de juros (período de observação de cinco anos), considerando um período de manutenção de um ano. Quando a variação do valor de mercado caracterizar uma perda em relação ao valor de mercado da posição atual, colocar um sinal de menos (-) em frente do valor informado. Este teste deve ser efetuado individualmente para cada fator cuja exposição seja superior a 5% da exposição total, e de forma agregada para aqueles inferiores a 5%.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

33	Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondente a 5% do PR. Observar que este campo se refere a quantidade de pontos percentuais, com duas casas decimais, e não em pontos-base. Por exemplo, se a taxa de juros vigente for de 10% e a estimativa de choque paralelo fizer com que a taxa vá para 12% deverá ser lançado o valor 2, que corresponde a variação estimada em quantidade de pontos percentuais. Para este exemplo, são considerados lançamentos indevidos o valor 200 (pontos base) e o valor 20 ou 0,20 (variação percentual). Caso não seja possível mensurar essa estimativa de forma adequada registrar a informação 9999.
34	Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondente a 10% do PR. Observar que este campo se refere a quantidade de pontos percentuais, com duas casas decimais, e não em pontos-base. Por exemplo, se a taxa de juros vigente for de 10% e a estimativa de choque paralelo fizer com que a taxa vá para 12% deverá ser lançado o valor 2, que corresponde a variação estimada em quantidade de pontos percentuais. Para este exemplo, são considerados lançamentos indevidos o valor 200 (pontos base) e o valor 20 ou 0,20 (variação percentual). Caso não seja possível mensurar essa estimativa de forma adequada registrar a informação 9999.
35	Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondente a 20% do PR. Observar que este campo se refere a quantidade de pontos percentuais, com duas casas decimais, e não em pontos-base. Por exemplo, se a taxa de juros vigente for de 10% e a estimativa de choque paralelo fizer com que a taxa vá para 12% deverá ser lançado o valor 2, que corresponde a variação estimada em quantidade de pontos percentuais. Para este exemplo, são considerados lançamentos indevidos o valor 200 (pontos base) e o valor 20 ou 0,20 (variação percentual). Caso não seja possível mensurar essa estimativa de forma adequada registrar a informação 9999.
41	Código do Fator de Ponderação de Exposição (TABELA 010)
42	Código do Mitigador de Risco (TABELA 011)
43	Código do Fator de Conversão (TABELA 012)
45	Código da Subconta (TABELA 009)
51	Valor representado pela fórmula: $\max \left\{ \left(\frac{M}{60} \sum_{i=1}^{60} VaR_{t-i} \right), VaR_{t-1} \right\} \times \frac{1}{F}$ em que VaR _t representa o valor em risco (VaR) do dia t, M o multiplicador publicado pelo Banco Central do Brasil e F o fator definido no art. 4º da Res. 4.193/13, ou conforme TABELA 021.
52	Valor representado pela fórmula: $\max \left\{ \left(\frac{M}{60} \sum_{i=1}^{60} sVaR_{t-i} \right), sVaR_{t-1} \right\} \times \frac{1}{F}$ em que sVaR _t representa o VaR estressado do dia t, M o multiplicador definido no art. 13 da Circular 3.646/13 e F o fator definido no art. 4º da Res. 4.193/13, ou conforme TABELA 021.

- TABELA 005 define os redutores e limitadores a serem aplicados sobre os valores dos instrumentos elegíveis ao capital principal, ao capital complementar e ao nível 2, e ainda, sobre ajustes prudenciais cuja implementação seja escalonada.

TABELA 005 – PERCENTUAIS APLICÁVEIS AO CAPITAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
98	Não se aplica limitador (previsto no art. 28 da Res. 4.192/13) aos recursos mencionados no art. 23 da Resolução 4.192/13 autorizados a compor o PR das instituições antes de 01/03/2013, os quais serão elegíveis até sua amortização. Na apuração do saldo, equivale a uma multiplicação dos valores dos instrumentos por 100%.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

97	Não se aplica redutor (art. 27 da Res. 4.192/13) sobre os valores dos instrumentos de capital ou de dívida autorizados a compor o Nível II e que não tenham prazo de vencimento. Equivale a multiplicação dos instrumentos por 100% para a apuração do valor a compor o PR.
96	Não se aplica redutor (art. 27 da Res. 4.192/13) sobre os valores dos instrumentos de capital ou de dívida autorizados a compor o Nível II, que tenham prazo de vencimento superior ao sexagésimo mês, e não enquadrados na definição do código 97. Equivale a multiplicação dos instrumentos por 100% para a apuração do valor a compor o PR.
01	Redutor de 20% aplicados sobre os valores dos instrumentos de capital ou de dívida autorizados a compor o Nível II e que tenham prazo de vencimento do sexagésimo mês ao quadragésimo nono mês anterior ao do respectivo vencimento, conforme artigo 27 da Resolução 4.192/2013. Na apuração do saldo, equivale a uma multiplicação dos valores dos instrumentos por 80%.
02	Redutor de 40% aplicados sobre os valores dos instrumentos de capital ou de dívida autorizados a compor o Nível II e que tenham prazo de vencimento do quadragésimo oitavo mês ao trigésimo sétimo mês anterior ao do respectivo vencimento, conforme artigo 27 da Resolução 4.192/2013. Na apuração do saldo, equivale a uma multiplicação dos valores dos instrumentos por 60%.
03	Redutor de 60% aplicados sobre os valores dos instrumentos de capital ou de dívida autorizados a compor o Nível II e que tenham prazo de vencimento do trigésimo sexto mês ao vigésimo quinto mês anterior ao do respectivo vencimento, conforme artigo 27 da Resolução 4.192/2013. Na apuração do saldo, equivale a uma multiplicação dos valores dos instrumentos por 40%.
04	Redutor de 80% aplicados sobre os valores dos instrumentos de capital ou de dívida autorizados a compor o Nível II e que tenham prazo de vencimento do vigésimo quatro meses ao décimo terceiro mês anterior ao do respectivo vencimento, conforme artigo 27 da Resolução 4.192/2013. Na apuração do saldo, equivale a uma multiplicação dos valores dos instrumentos por 20%.
05	Redutor de 100% aplicados sobre os valores dos instrumentos de capital ou de dívida autorizados a compor o Nível II e que tenham prazo de vencimento nos doze meses anteriores ao respectivo vencimento, conforme artigo 27 da Resolução 4.192/2013. Na apuração do saldo, equivale a uma multiplicação dos valores dos instrumentos por 0%.
11	0% - percentual aplicável aos ajustes prudenciais, para fins de apuração do Capital Principal, a partir de 1º de outubro de 2013, conforme art. 11 da Res. 4.192/13.
12	20% - percentual aplicável aos ajustes prudenciais, para fins de apuração do Capital Principal, de 01/01/2014 até 31/12/2014, conforme art. 11 da Res. 4.192/13.
13	40% - percentual aplicável aos ajustes prudenciais, para fins de apuração do Capital Principal, de 01/01/2015 até 31/12/2015, conforme art. 11 da Res. 4.192/13.
14	60% - percentual aplicável aos ajustes prudenciais, para fins de apuração do Capital Principal, de 01/01/2016 até 31/12/2016, conforme art. 11 da Res. 4.192/13.
15	80% - percentual aplicável aos ajustes prudenciais, para fins de apuração do Capital Principal, de 01/01/2017 até 31/12/2017, conforme art. 11 da Res. 4.192/13.
16	100% - percentual aplicável aos ajustes prudenciais, para fins de apuração do Capital Principal, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme art. 11 da Res. 4.192/13.
21	90% - percentual máximo aplicável aos instrumentos autorizados a compor o nível I e o nível II do PR anteriores a 01.10.2013, sobre o saldo não resgatado dos referidos instrumentos em 31.12.2012. A partir de 1º de outubro de 2013.
22	80% - percentual máximo aplicável aos instrumentos autorizados a compor o nível I e o nível II do PR anteriores a 01.10.2013, sobre o saldo não resgatado dos referidos instrumentos em 31.12.2012. A partir de 1º de janeiro de 2014.
23	70% - percentual máximo aplicável aos instrumentos autorizados a compor o nível I e o nível II do PR anteriores a 01.10.2013, sobre o saldo não resgatado dos referidos instrumentos em 31.12.2012. A partir de 1º de janeiro de 2015.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

24	60% - percentual máximo aplicável aos instrumentos autorizados a compor o nível I e o nível II do PR anteriores a 01.10.2013, sobre o saldo não resgatado dos referidos instrumentos em 31.12.2012. A partir de 1º de janeiro de 2016.
25	50% - percentual máximo aplicável aos instrumentos autorizados a compor o nível I e o nível II do PR anteriores a 01.10.2013, sobre o saldo não resgatado dos referidos instrumentos em 31.12.2012. A partir de 1º de janeiro de 2017.
26	40% - percentual máximo aplicável aos instrumentos autorizados a compor o nível I e o nível II do PR anteriores a 01.10.2013, sobre o saldo não resgatado dos referidos instrumentos em 31.12.2012. A partir de 1º de janeiro de 2018.
27	30% - percentual máximo aplicável aos instrumentos autorizados a compor o nível I e o nível II do PR anteriores a 01.10.2013, sobre o saldo não resgatado dos referidos instrumentos em 31.12.2012. A partir de 1º de janeiro de 2019.
28	20% - percentual máximo aplicável aos instrumentos autorizados a compor o nível I e o nível II do PR anteriores a 01.10.2013, sobre o saldo não resgatado dos referidos instrumentos em 31.12.2012. A partir de 1º de janeiro de 2020.
29	10% - percentual máximo aplicável aos instrumentos autorizados a compor o nível I e o nível II do PR anteriores a 01.10.2013, sobre o saldo não resgatado dos referidos instrumentos em 31.12.2012. A partir de 1º de janeiro de 2021.
30	0% - percentual máximo aplicável aos instrumentos autorizados a compor o nível I e o nível II do PR anteriores a 01.10.2013, sobre o saldo não resgatado dos referidos instrumentos em 31.12.2012. A partir de 1º de janeiro de 2022.

- TABELA 006 define os parâmetros do documento

TABELA 006 – CÓDIGO DO PARÂMETRO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
3	Opção da metodologia de risco operacional conforme TABELA 007
11	Indicador se a instituição passou por processo de fusão, cisão e ou incorporação no período base conforme TABELA 013
21	Indicador de metodologia utilizada para cálculo da R_{BAN} , conforme TABELA 019
22	Indicador de opção por exclusão total ou parcial da participação de não controladores, conforme TABELA 023
31	Nome do responsável pelo envio do DLO
32	Telefone do responsável pelo envio do DLO
33	Email do responsável pelo envio do DLO

- TABELA 007 define o valor do parâmetro representativo da opção de abordagem para o cálculo do risco operacional utilizada no documento.

TABELA 007 – OPÇÃO DA METODOLOGIA DE RISCO OPERACIONAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	Abordagem do Indicador Básico
2	Abordagem Padronizada Alternativa
3	Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- TABELA 009 define os códigos dos elementos representativos das subcontas utilizadas no cálculo da parcela referente às exposições ponderadas por fator de risco - RWA_{CPAD}

TABELA 009 – SUBCONTAS - RWA_{CPAD}

SUBCONTA	DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO/BASE NORMATIVA
999	Não se Aplica	
010	Risco do Ativo Objeto	BN: inc. II e § 1º do art. 5º, §1º e 3º do art. 7º, § 1º e inc. II do art. 8º da Circ. 3.644/13.
020	Risco de Crédito Da Contraparte	Podendo ser cobertas por instrumento mitigador de risco no todo ou em parte. Quando apenas parte da exposição for coberta por instrumento Mitigador de Risco, a informação deve ser desmembrada. BN: inc. I e § 2º do art. 5º; §§1º e 2º do art. 7º; inc. I e § 2º do art. 8º; art. 12º da Circ. 3.644/13.
030	Coobrigação de Banco Cooperativo	Operações de Cooperativas Centrais com Banco Cooperativo. BN: alínea “c” do inciso VIII do art. 21 da Circ. 3.644/13.

- TABELA 10 define os códigos dos elementos representativos dos fatores de ponderação de exposições (FPR), utilizados no cálculo da parcela referente às exposições ponderadas por fator de risco - RWA_{CPAD}

TABELA 010 - FATORES DE PONDERAÇÃO DE EXPOSIÇÕES

Domínio	Descrição	B. N.	%
001	Valores mantidos em espécie, em moeda nacional;	Inc. I, Art. 19;	0%
002	Valores mantidos em espécie, nas moedas estrangeiras emitidas pelos países de que trata o inciso VII, bem como exposições a ativo objeto representado pelas referidas moedas estrangeiras.	Inc. II, Art. 19;	0%
003	Aplicações em ouro ativo financeiro e instrumento cambial, bem como exposições ao ativo objeto representado pelo ouro ativo financeiro e instrumento cambial.	Inc. III, Art. 19;	0%
004	Operações com o Tesouro Nacional e com o Banco Central do Brasil - limites de créditos não canceláveis incondicional e unilateralmente pela instituição, concedidos às referidas entidades, bem como títulos por elas emitidos.	Inc. IV, Art. 19;	0%
006	Adiantamentos de contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).	Inc. VI, Art. 19;	0%
007	Operações com governos centrais de países estrangeiros e respectivos bancos centrais, bem como títulos e valores mobiliários por eles emitidos, cuja classificação externa de risco, conferida por agência de classificação de risco de crédito registrada ou reconhecida no Brasil pela Comissão de Valores Mobiliários, seja: a) igual ou superior a AA- ou classificação equivalente; ou b) equivalente grau de investimento, desde que: 1. a moeda de referência da operação, título ou valor mobiliário seja a moeda local do país estrangeiro; 2. A captação de recursos da instituição seja realizada na moeda local do país estrangeiro. Parágrafo Único. A classificação externa de que trata o inciso VII deve ser: I – a de maior grau de risco, se houver mais de uma disponível; II – a da emissão para títulos e valores mobiliários, se disponível.	Inc. VII, Art. 19;	0%
008	Operações com os seguintes organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD), limites de crédito não canceláveis incondicional e unilateralmente pela instituição, concedidos às referidas entidades, bem como as garantias a elas prestadas e títulos e valores mobiliários por elas emitidos:	Inc. V, Art. 19;	0%



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Domínio	Descrição	B. N.	%
	a) Grupo Banco Mundial, compreendendo o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e a Corporação Financeira Internacional (CFI); b) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); c) Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); d) Banco para o Desenvolvimento Asiático (BDA); e) Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD); f) Banco Europeu de Investimento (BEI); g) Fundo Europeu de Investimento (FEI); h) Banco Nórdico de Investimento (BNI); i) Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); j) Banco de Desenvolvimento Islâmico (BDI); k) Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (BDCE); l) Banco para Compensações Internacionais (BCI); m) Fundo Monetário Internacional (FMI); e n) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).		
011	Exposições decorrentes de operações a serem liquidadas em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, interpondo-se a câmara ou prestador de serviços como contraparte central, que atendam as seguintes características: I - sejam autorizados pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, e regulamentação em vigor.	Inc. I, Art. 20;	2%
012	Exposições decorrentes de operações a serem liquidadas em sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, interpondo-se a câmara ou prestador de serviços como contraparte central, que atendam as seguintes características: II - estejam sujeitos a regulamentação consistente com os princípios estabelecidos pelo Comitê sobre Sistemas de Pagamentos e Liquidações (CPSS) e pela Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO). Cabe à instituição documentar o atendimento.	Inc. II, Art. 20	2%
021	Depósitos bancários à vista, em moeda nacional.	Inc. I, Art. 21;	20%
022	Depósitos bancários à vista, em moeda estrangeira emitida pelos países de que trata o art. 19 inciso VII.	Inc. II, Art. 21;	20%
023	Direitos resultantes da novação das dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), de que trata a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.	Inc. III, Art. 21;	20%
024	Operações com vencimento em até três meses, em moeda nacional, realizadas com instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com as quais não sejam elaboradas demonstrações contábeis em bases consolidadas, desde que não estejam submetidas a regime especial.	Inc. IV, Art. 21;	20%
025	Títulos e valores mobiliários emitidos pelas instituições mencionadas no inciso IV, com vencimento em até três meses.	Inc. V, Art. 21;	20%
026	Operações de crédito com vencimento em até três meses, em moeda nacional, realizadas com câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, de que trata a Lei nº 10.214, de 2001, considerados sistemicamente importantes nos termos da regulamentação em vigor.	Inc. VI, Art. 21;	20%
027	Operações de crédito com vencimento em até três meses, em moeda nacional, realizadas com câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação sediadas no exterior e sujeitas à regulação consistente com os princípios estabelecidos pelo Comitê de Sistemas de Pagamentos e Compensação (CPSS) e pela Organização Internacional de Comissões de Títulos (IOSCO), e contratadas em: a) moeda nacional; ou b) moeda local, em cada um dos países de que trata o art. 19 inciso VII.	Inc. VII, Art. 21;	20%
028	Direitos representativos das seguintes operações de cooperativas (não se	Inc. VIII, Art. 21;	20%



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Domínio	Descrição	B. N.	%
	aplicam às participações societárias entre as instituições nele referidas): a) aplicação de recursos de cooperativa de crédito singular na respectiva central, inclusive depósitos relativos à centralização financeira; b) operações de crédito de cooperativa central em favor de singular filiada, decorrente de repasses; e c) aplicações de recursos de cooperativa central no banco cooperativo do qual detenha participação acionária, inclusive títulos de responsabilidade ou coobrigação desse banco e depósitos com ou sem emissão de certificado.		
031	Títulos e valores mobiliários emitidos pelas instituições mencionadas no inciso X, com vencimento em até três meses.	Inc. XI, Art. 21;	20%
032	Operações com vencimento em até três meses, realizadas com instituições financeiras sediadas em países de que trata o art. 19 inciso VII, com as quais não sejam elaboradas demonstrações contábeis em bases consolidadas, desde que não estejam submetidas a regime especial ou similar no exterior, e contratadas em: a) moeda nacional; ou b) moeda local, em cada um dos países de que trata o art. 19 inciso VII.	Inc. X, Art. 21;	20%
042	Deve ser aplicado FPR de 35% (trinta e cinco por cento) às exposições relativas a financiamentos para aquisição de imóvel residencial, novo ou usado, garantidos por alienação fiduciária do imóvel financiado, cujo valor contratado seja de até 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação da garantia, na data da concessão do crédito.	Art. 22.	35%
051	Operações com instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com as quais não sejam elaboradas demonstrações contábeis em bases consolidadas, desde que não estejam submetidas a regime especial, bem como títulos e valores mobiliários por elas emitidos;	Inc. I, Art. 23;	50%
052	Operações com instituições financeiras sediadas nos países de que trata o art.19, inciso VII, com as quais não sejam elaboradas demonstrações contábeis em bases consolidadas, desde que não estejam submetidas a regime especial ou similar no exterior.	Inc. II, Art. 23;	50%
054	Operações de crédito realizadas com câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação sediadas no exterior e sujeitas à regulação consistente com os princípios estabelecidos pelo CPSS e pela IOSCO;	Inc. IV, Art. 23;	50%
056	Financiamentos para aquisição de imóvel residencial, novo ou usado, garantidos por hipoteca, em primeiro grau, de imóvel residencial, novo ou usado, cujo valor contratado seja de até 80% (oitenta por cento) do valor de avaliação da garantia, na data da concessão do crédito;	Inc. VI, Art. 23;	50%
057	Financiamentos para a construção de imóveis, garantidos por alienação fiduciária ou por hipoteca, em primeiro grau, desde que adotado o instituto do patrimônio de afetação, de que trata a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004;	Inc. VII, Art. 23;	50%
058	Operações de crédito concedidas ao FGC;	Inc. VIII, Art. 23;	50%
062	Empréstimos garantidos por alienação fiduciária de imóvel residencial, novo ou usado, cujo valor contratado seja de até 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação da garantia, na data da concessão do crédito;	Inc. V, Art. 23;	50%
063	Operações de crédito realizadas com câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, de que trata a Lei nº 10.214, de 2001, considerados sistemicamente importantes nos termos da regulamentação em vigor;	Inc. III, Art. 23;	50%
071	Exposições de varejo. Consideram-se de varejo as operações que apresentem as seguintes características, cumulativamente: I - tenham como contraparte, pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado de pequeno porte; II -	Art. 24;	75%



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Domínio	Descrição	B. N.	%
	assumam a forma de instrumento financeiro destinado às contrapartes citadas acima, com exceção de títulos e valores mobiliários; III - apresentem somatório das exposições correntes com uma mesma contraparte inferior a 0,2% (dois décimos por cento) do montante das exposições de varejo; IV - apresentem somatório das exposições correntes com uma mesma contraparte inferior a: a) R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); ou b) R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), quando a contraparte for pessoa jurídica de direito privado de pequeno porte. No tocante às condições III e IV não incide a aplicação de fatores de conversão em crédito e nem a dedução das respectivas provisões, bem como devem ser desconsiderados os valores de financiamentos para aquisição de imóvel residencial, novo ou usado, garantidos por alienação fiduciária ou hipoteca do imóvel financiado. Para a definição de única contraparte, considera-se qualquer pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas agindo isoladamente ou em conjunto, representando interesse econômico comum; e para a definição de pequeno porte - a contraparte com receita bruta anual inferior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões reais). Não deve ser aplicado FPR de 75% para as exposições para as quais haja FPR específico estabelecido.		
081	Exposições decorrentes de operações em que: I - a contraparte seja pessoa jurídica cujo somatório do saldo de operações registradas no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) seja superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e II - o saldo das operações de crédito contratadas pela instituição financeira com a pessoa jurídica referida no inciso I corresponda a um montante inferior a 10% (dez por cento) do Patrimônio de Referência (PR) da instituição, conforme definido na Resolução nº 4.192, de 2013.	Art. 24-A;	85%
101	Exposições para as quais não haja FPR específico estabelecido.	Art. 25;	100%
251	Exposições relativas aos valores não deduzidos no cálculo do PR mencionados no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 4.192, de 2013. (objeto das contas 111.94.04.01 e 111.94.04.02)	Art. 30;	250%
302	Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998, apurados nos termos do art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, não deduzidos do PR, nos termos da regulamentação em vigor.	Art. 27;	300%
401	Cotas de classe subordinada de FIDC ou de demais fundos de investimento, adquiridas a partir de 4.3.2013. Válido para as datas-bases de outubro de 2013 até dezembro de 2015.	Inc. I, Art. 29;	909,09%
402	Títulos de securitização de classe subordinada, adquiridos a partir de 4.3.2013. Válido para as datas-bases de outubro de 2013 até dezembro de 2015.	Inc. II, Art. 29;	909,09%
403	Participação em fundos de garantia de liquidação de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Válido para as datas-bases de outubro de 2013 até dezembro de 2015.	Inc. III, Art. 29;	909,09%
404	a) cotas de fundos que na impossibilidade de identificação dos ativos integrantes da carteira de fundo de investimento, e do não uso da faculdade de utilização dos limites mínimos de investimento previstos em regulamento; b) exposições relativas à aquisição de cotas de fundos de investimento detidas por fundos de investimento em cotas de fundo de investimento, que, por sua vez, também tenham cotas detidas por fundos de investimento em cotas de fundo	§§7º e 8º do Art. 17; e §2º do Art. 18	909,09%



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Domínio	Descrição	B. N.	%
	de investimento; e c) títulos de securitização para os quais não seja possível a identificação dos ativos subjacentes. Válido para as datas-bases de outubro de 2013 até dezembro de 2015.		
501	Cotas de classe subordinada de FIDC ou de demais fundos de investimento, adquiridas a partir de 4.3.2013. Válido para as datas-bases de janeiro de 2016 até dezembro de 2016.	Inc. I, Art. 29;	1012,65%
502	Títulos de securitização de classe subordinada, adquiridos a partir de 4.3.2013. Válido para as datas-bases de janeiro de 2016 até dezembro de 2016.	Inc. II, Art. 29;	1012,65%
503	Participação em fundos de garantia de liquidação de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Válido para as datas-bases de janeiro de 2016 até dezembro de 2016.	Inc. III, Art. 29;	1012,65%
504	a) cotas de fundos que na impossibilidade de identificação dos ativos integrantes da carteira de fundo de investimento, e do não uso da faculdade de utilização dos limites mínimos de investimento previstos em regulamento; b) exposições relativas à aquisição de cotas de fundos de investimento detidas por fundos de investimento em cotas de fundo de investimento, que, por sua vez, também tenham cotas detidas por fundos de investimento em cotas de fundo de investimento; e c) títulos de securitização para os quais não seja possível a identificação dos ativos subjacentes. Válido para as datas-bases de janeiro de 2016 até dezembro de 2016.	§§7º e 8º do Art. 17; e §2º do Art. 18	1012,65%
601	Cotas de classe subordinada de FIDC ou de demais fundos de investimento, adquiridas a partir de 4.3.2013. Válido para as datas-bases de janeiro de 2017 até dezembro de 2017.	Inc. I, Art. 29;	1081,08%
602	Títulos de securitização de classe subordinada, adquiridos a partir de 4.3.2013. Válido para as datas-bases de janeiro de 2017 até dezembro de 2017.	Inc. II, Art. 29;	1081,08%
603	Participação em fundos de garantia de liquidação de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Válido para as datas-bases de janeiro de 2017 até dezembro de 2017.	Inc. III, Art. 29;	1081,08%
604	a) cotas de fundos que na impossibilidade de identificação dos ativos integrantes da carteira de fundo de investimento, e do não uso da faculdade de utilização dos limites mínimos de investimento previstos em regulamento; b) exposições relativas à aquisição de cotas de fundos de investimento detidas por fundos de investimento em cotas de fundo de investimento, que, por sua vez, também tenham cotas detidas por fundos de investimento em cotas de fundo de investimento; e c) títulos de securitização para os quais não seja possível a identificação dos ativos subjacentes. Válido para as datas-bases de janeiro de 2017 até dezembro de 2017.	§§7º e 8º do Art. 17; e §2º do Art. 18	1081,08%
701	Cotas de classe subordinada de FIDC ou de demais fundos de investimento, adquiridas a partir de 4.3.2013. Válido para as datas-bases de janeiro de 2018 até dezembro de 2018.	Inc. I, Art. 29;	1159,42%
702	Títulos de securitização de classe subordinada, adquiridos a partir de 4.3.2013. Válido para as datas-bases de janeiro de 2018 até dezembro de 2018.	Inc. II, Art. 29;	1159,42%
703	Participação em fundos de garantia de liquidação de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Válido para as datas-bases de janeiro de 2018 até dezembro de 2018.	Inc. III, Art. 29;	1159,42%
704	a) cotas de fundos que na impossibilidade de identificação dos ativos integrantes da carteira de fundo de investimento, e do não uso da faculdade de utilização dos limites mínimos de investimento previstos em regulamento; b) exposições relativas à aquisição de cotas de fundos de investimento detidas por fundos de investimento em cotas de fundo de investimento, que, por sua vez,	§§7º e 8º do Art. 17; e §2º do Art. 18	1159,42%



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Domínio	Descrição	B. N.	%
	também tenham cotas detidas por fundos de investimento em cotas de fundo de investimento; e c) títulos de securitização para os quais não seja possível a identificação dos ativos subjacentes. Válido para as datas-bases de janeiro de 2018 até dezembro de 2018.		
801	Cotas de classe subordinada de FIDC ou de demais fundos de investimento, adquiridas a partir de 4.3.2013. Válido para as datas-bases de janeiro de 2019 em diante.	Inc. I, Art. 29;	1250%
802	Títulos de securitização de classe subordinada, adquiridos a partir de 4.3.2013. Válido para as datas-bases de janeiro de 2019 em diante.	Inc. II, Art. 29;	1250%
803	Participação em fundos de garantia de liquidação de sistemas de liquidação de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Válido para as datas-bases de janeiro de 2019 em diante.	Inc. III, Art. 29;	1250%
804	a) cotas de fundos que na impossibilidade de identificação dos ativos integrantes da carteira de fundo de investimento, e do não uso da faculdade de utilização dos limites mínimos de investimento previstos em regulamento; b) exposições relativas à aquisição de cotas de fundos de investimento detidas por fundos de investimento em cotas de fundo de investimento, que, por sua vez, também tenham cotas detidas por fundos de investimento em cotas de fundo de investimento; e c) títulos de securitização para os quais não seja possível a identificação dos ativos subjacentes. Válido para as datas-bases de janeiro de 2019 em diante.	§§7º e 8º do Art. 17; e §2º do Art. 18	1250%
999	Valores não ponderados por não representarem exposição.		

- TABELA 011 define os códigos dos elementos representativos dos instrumentos mitigadores de risco, utilizados no cálculo da parcela referente às exposições ponderadas por fator de risco - RWA_{CPAD}

TABELA 011 - MITIGADORES DE RISCO

Quando não cobrir a totalidade da Exposição, o registro no documento tem que ser feito em duas linhas, sendo uma para a parcela coberta e a outra para a parcela não coberta.

CODIGO	FPR DO MITIGADOR	DESCRIÇÃO
99	Não se aplica.	Não se aplica.
02	0%	Garantia prestada pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil; Inc. II, Art. 37 da Circ. 3.644/13.
03	0%	Garantia prestada pelos organismos multilaterais e EMD mencionadas no art. 19, inciso V da Circ. 3.644/13, conforme inc. III do art. 37 da referida Circular.
04	0%	Acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, nos termos da Resolução nº 3.263, de 2005; (a parcela coberta pelo instrumento mitigador de risco corresponde ao montante compensado pelo valor das obrigações em relação à contraparte do referido acordo). Conforme Inc. IV, Art. 37 da Circ. 3.644/13.
05	0%	Garantia prestada por fundos ou quaisquer outros mecanismos de cobertura do risco de crédito instituídos pela Constituição Federal ou lei federal, por lei do Distrito Federal, estadual ou municipal, ou criados por organismos oficiais ou privados, desde que os recursos garantidores das operações estejam disponíveis ou aplicados em ativos de liquidez imediata e segregados em montante equivalente ao das garantias prestadas pelos referidos fundos ou mecanismos, de modo a cobrir, de imediato, eventual inadimplência por parte do respectivo tomador; (Caso se trate de fundo instituído pela Constituição Federal ou lei federal que conte com aporte de recursos da União não é necessário o atendimento das condições de liquidez e segregação acima definidos).



BANCO CENTRAL DO BRASIL

		Conforme inc. V do art. 37 da Circ. 3.644/13.
06	0%	Garantia prestada pelo Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC), criado pela Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, a operações de financiamento realizadas por instituições financeiras, inclusive pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com recursos próprios e da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame). Conforme inc. VI do art. 37 da Circ. 3.644/13.
08	0%	Depósitos a vista, depósitos a prazo, depósitos de poupança, letras financeiras de emissão própria de que trata o Art. 36, §3º, inciso V; Conforme inc. VIII do art. 37 da Circ. 3.644/13.
09	0%	Depósitos em títulos públicos federais ou em ouro de que trata o Art. 36, § 3, inciso V da Circular nº 3.644, de 2013; Conforme inc. VIII do art. 37 da Circ. 3.644/13. O valor aceito como mitigador de risco em caso de títulos públicos federais deve ser reduzido em 20% de seu valor de mercado com as exceções previstas no §6º (compromissadas cuja contraparte seja participante relevante de mercado) e §8º (títulos depositados em garantia das operações amparadas pela Res. 2.471/98).
10	0%	Garantia constituída por recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), previstos no art. 159 da Constituição Federal; Conforme inc. VII do art. 37 da Circ. 3.644/13.
17	0%	Garantia dos países e bancos centrais de que trata o art. 19, inciso VII da Circ. 3.644/13, com redação dada pela Circ. 3.714/14. Inciso IX do art. 37 da Circ. 3.644/13, com redação dada pela Circ. 3.714/14.
18	0%	Depósitos de títulos emitidos pelas entidades de que trata o art. 19, inciso VII da Circ. 3.644/13, com redação dada pela Circ. 3.714/14. Inciso X do art. 37 da Circ. 3.644/13, com redação dada pela Circ. 3.714/14.
11	50%	Garantia das instituições de que trata o art. 23, inciso I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14) da Circular nº 3.644, de 2013: instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, com as quais não sejam elaboradas demonstrações contábeis em bases consolidadas, desde que não estejam submetidas a regime especial; instituições financeiras sediadas nos países de que trata o art. 19, inciso VII, da Circular nº 3.644 (com redação dada pela Circ. 3.714/14), de 2013, com as quais não sejam elaboradas demonstrações contábeis em bases consolidadas, desde que não estejam submetidas a regime especial ou similar no exterior. Conforme inc. I do art. 39 da Circ. 3.644/13.
13	50%	Depósito de títulos emitidos pelas entidades de que trata o art. 19, inciso VII (com redação dada pela Circ. 3.714/14), e 23, incisos I e II (com redação dada pela Circ. 3.714/14), que atendam cumulativamente os seguintes requisitos : - sejam mantidos na própria instituição ou custodiados em seu nome; - tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem; - estejam sujeitos a movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária; - estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária, no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de realização da garantia prestada. Conforme inc. III do art. 39 da Circ. 3.644/13.
14	50%	Derivativos de crédito, segundo o disposto na Circular nº 3.106, de 10 de abril de 2002, em que a instituição atue como contraparte transferidora do risco de crédito. Conforme inc. IV do art. 39 da Circ. 3.644/13. Deve-se observar o disposto no inciso IV do § 1º e § 4º do art. 36 da Circ. 3.644/13 (com redação dada pela Circ. 3.679/13).
15	50%	Garantia prestada por fundos com as seguintes características: - tenham por finalidade, alternativa e cumulativamente, garantir risco em operação de crédito, direta ou indiretamente; - sejam criados, administrados, gerido e representados judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada, direta ou indiretamente pela



BANCO CENTRAL DO BRASIL

		União, exceto aqueles enquadrados no art. 37 da Circular nº 3.644, de 2013; - limitem o montante das garantias prestadas (alavancagem limitada), de forma a resguardar, mesmo em situações de elevada inadimplência, o patrimônio do fundo; - caso prevejam limitação para a cobertura da inadimplência suportada pelo fundo (stop-loss), estabeleçam os respectivos limites de maneira a permitir a efetiva mitigação do risco de crédito das operações garantidas. Conforme inc. II do art. 39 da Circ. 3.644/13.
16	50%	Garantia prestada por fundos com as seguintes características, cumulativamente: a) tenham por finalidade, alternativa ou cumulativamente, garantir o risco de operações de crédito, direta ou indiretamente; b) sejam constituídos, administrados, geridos e representados judicial e extrajudicialmente por empresa pública (ABGF), controlada diretamente pela União e que tenha como objeto principal a concessão de garantias contra riscos e a administração e gestão de fundos garantidores; c) limitem o montante das garantias prestadas ajustadas ao risco a, no máximo, cinco vezes o seu patrimônio líquido, de forma a resguardar seu patrimônio, mesmo em situações de elevada inadimplência; e d) não prevejam limitações para a cobertura da inadimplência suportada pelo fundo (stop-loss).
19	50%	Repasse de descontos em folha de pagamento de que trata o art. 36, § 3º, inciso VIII, vinculados a operações de crédito consignado. Inciso VI, do art. 39 da Circ. 3.644/13, com redação dada pela Circ. 3.714/14.
23	20%	Garantia prestada por empresas públicas (ABGF) com as seguintes características, cumulativamente: a) sejam controladas diretamente pela União; b) tenham como objeto principal a concessão de garantias contra riscos e a administração e gestão de fundos com as características elencadas no inc. V do art. 39; c) limitem o montante das garantias prestadas ajustadas ao risco a, no máximo, cinco vezes o seu patrimônio líquido, de forma a resguardar, mesmo em situações de elevada inadimplência, seu patrimônio; e d) não prevejam limitação para a cobertura da inadimplência suportada por seu patrimônio (stop-loss).
31	10%	Títulos públicos federais, conforme art. 37-A da Circ. 3.644/13, garantidores de exposições em operações compromissadas, que não atendam ao requisito definido no inc. I do §6º do art. 37 da Circ. 3.644/13.

- TABELA 012 define os códigos dos elementos representativos dos fatores de conversão, utilizados no cálculo da parcela referente às exposições ponderadas por fator de risco - RWA_{CPAD} - Fator de Conversão em Crédito de Operações a Liquidar (FCL), Fator de Conversão em Crédito (FCC), Fator de Exposição Potencial Futura (FEPF).

TABELA 012 – FCL/FCC/FEPF (NR)

CODIGO	FATOR	DESCRIÇÃO	BASE NORMATIVA	VALOR
99		Não se aplica		
01	FCL	FCL aplicável a operações com referencial taxa de juros ou índice de preços;	Art. 5º, § 2º, inc. I;	0,5%
02	FCL	FCL aplicável a operações com referencial taxa de Câmbio ou ouro;	Art. 5º, § 2º, inc. II;	1%
03	FCL	FCL aplicável a operações com referencial preço ou índice de ações;	Art. 5º, § 2º, inc. III;	6%
04	FCL	FCL aplicável a operações com referencial diverso dos tratados nos códigos 01 a 03;	Art. 5º, § 2º, inc. IV;	10%
11	FCC	FCC aplicável a limites de crédito com prazo original de vencimento até um ano;	Art. 9º, §2º, inc. I;	20%



BANCO CENTRAL DO BRASIL

12	FCC	FCC aplicável a limites de crédito com prazo original de vencimento superior a um ano;	Art. 9º, §2º, inc. II;	50%
13	FCC	FCC aplicável à prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, nas operações vinculadas ao comércio internacional de mercadorias, nas quais o embarque ou recepção de mercadorias represente a garantia da operação;	Art. 11, inc. I (com redação dada pela Circ. 3.714/14)	20%
14	FCC	FCC aplicável à prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, nas operações relativas à prestação de garantias de desempenho, tais como garantia de proposta em licitações (bid bonds) e garantia de prestação de serviços ou execução de obras (performance bonds);	Art. 11, inc. II, alínea "a" (com redação dada pela Circ. 3.714/14)	50%
15	FCC	FCC aplicável à prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, nas operações relativas à prestação de garantia de distribuição de títulos e valores mobiliários nos mercados primário e secundário, mediante oferta pública, nos termos da regulamentação em vigor;	Art. 11, inc. II, alínea "B" (com redação dada pela Circ. 3.714/14)	50%
16	FCC	FCC aplicável à prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, nos demais casos;	Art. 11, inc. III (com redação dada pela Circ. 3.714/14)	100%
71 (NR)	FCC – 1	Fator aplicável ao limite de crédito cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição (FCC – 10%).	Art. 20, da Circ. 3.748/2015	- 90%
72 (NR)	FCC – 1	Fator aplicável ao limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição (FCC – 20%), com prazo original de vencimento de até um ano.	Art. 19, inciso I, da Circ. 3.748/2015	- 80%
73 (NR)	FCC – 1	Fator aplicável ao limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição (FCC – 50%), com prazo original de vencimento superior a um ano.	Art. 19, inciso II, da Circ. 3.748/2015	- 50%
74 (NR)	FCC – 1	Fator aplicável aos créditos a liberar, decorrentes de desembolsos futuros relativos a operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento, pelo devedor, de condições pré-estabelecidas (FCC – 100%).	Art. 21 da Circ. 3.748/2015.	0%
75 (NR)	FCC – 1	Fator aplicável à prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, nas operações vinculadas ao comércio internacional de mercadorias, nas quais o embarque ou recepção de mercadorias represente a garantia de pagamento da operação (FCC – 20%);	Art. 22, inciso I da Circ. 3.748/2015	- 80%
76 (NR)	FCC – 1	Fator aplicável à prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, nas operações relativas a prestação de garantia de desempenho, tais como garantia de proposta em licitações (bid bonds) e garantia de prestação de serviço ou execução de obras (performance bonds) (FCC – 50%);	Art. 22, inciso II, alínea "a" da Circ. 3.748/2015	- 50%
77 (NR)	FCC – 1	Fator aplicável à prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, nas operações relativas a prestação de garantia de distribuição de títulos e valores mobiliários nos mercados primário e secundário, mediante oferta pública (FCC – 50%);	Art. 22, inciso II, alínea "b" da Circ. 3.748/2015	- 50%



BANCO CENTRAL DO BRASIL

78 (NR)	FCC – 1	Fator aplicável à prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, nos demais casos (FCC – 100%);	Art. 22, inciso III da Circ. 3.748/2015	0%
21	FEPF	FEPF aplicável ao referencial “taxa de juros” ou “índice de preços” em operações com prazo remanescente menor que um ano;	Art. 13, § 4º;	0%
22	FEPF	FEPF aplicável ao referencial “taxa de juros” ou “índice de preços” em operações com prazo remanescente entre um ano e cinco anos;	Art. 13, § 4º;	0,5%
23	FEPF	FEPF aplicável ao referencial “taxa de juros” ou “índice de preços” em operações com prazo remanescente superior a cinco anos;	Art. 13, § 4º;	1,5%
31	FEPF	FEPF aplicável ao referencial “taxa de câmbio” ou “ouro” em operações com prazo remanescente menor que um ano;	Art. 13, § 5º;	1%
32	FEPF	FEPF aplicável ao referencial “taxa de câmbio” ou “ouro” em operações com prazo remanescente entre um ano e cinco anos;	Art. 13, § 5º;	5%
33	FEPF	FEPF aplicável ao referencial “taxa de câmbio” ou “ouro” em operações com prazo remanescente superior a cinco anos;	Art. 13, § 5º;	7,5%
41	FEPF	FEPF aplicável ao referencial “ações” em operações com prazo remanescente menor que um ano;	Art. 13, § 6º;	6%
42	FEPF	FEPF aplicável ao referencial “ações” em operações com prazo remanescente entre um ano e cinco anos;	Art. 13, § 6º;	8%
43	FEPF	FEPF aplicável ao referencial “ações” em operações com prazo remanescente superior a cinco anos;	Art. 13, § 6º;	10%
51	FEPF	FEPF aplicável a outros referenciais em operações com prazo remanescente menor que um ano;	Art. 13, § 7º;	10%
52	FEPF	FEPF aplicável a outros referenciais em operações com prazo remanescente entre um ano e cinco anos;	Art. 13, § 7º;	12%
53	FEPF	FEPF aplicável a outros referenciais em operações com prazo remanescente superior a cinco anos;	Art. 13, § 7º;	15%
61	FEPF	5% - Fator de Exposição Potencial Futura (FEPF) - Para derivativos de crédito, cujos ativos subjacentes representem exposições a instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	Art. 15, §2º, inc. I	5%
62	FEPF	FEPF aplicável aos ativos subjacentes que não representem exposições a instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB;	Art. 15, §2º, inc. II	10%

- TABELA 024 define os códigos do elemento Tipo, cujo objetivo é permitir a reconciliação contábil das exposições delimitação das exposições contábeis e não contábeis, bem como elementos contábeis não caracterizados como exposição.

TABELA 024 – ELEMENTO TIPO PARA RECONCILIAÇÃO CONTÁBEL E ELEMENTOS CONTÁBEIS NÃO CARACTERIZADOS COMO EXPOSIÇÃO

Domínio	Denominação	Descrição
1	Exposição - Contábil	Exposições registradas nos 5 níveis do Cosif, em contas do ativo, do passivo ou da compensação. Representativos de exposições a serem detalhadas com a indicação de contas.
2	Exposição - Não Contábil	Exposições sem registro correspondente nos 5 níveis do Cosif: alguns derivativos, exposições de fundos alavancados, alguns créditos a liberar, operações a liquidar e limites de crédito.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

3	Exposição Excluída do RWA	Exposições a serem excluídas da apuração do RWACPAD, conforme art. 33 da Circ. 3.644/13. 1 - operações interdependência; 2 - elementos patrimoniais deduzidos do PR, inclusive créditos tributários compensados, e operações realizadas com base em destaque de capital previsto na Res. 2.827/01; 3 - aplicações em ações e mercadorias quando cobertas por parcela de risco de mercado; 4 - intermediação de derivativo; 5 - compensação de cheques em contas de clientes quando a liberação dos recursos estiver vinculada à efetiva compensação; 6 - operações ativas vinculadas;
4	Não Exposição por Disposição Normativa	Valores não considerados exposições e que possuem registros no Cosif, conforme §2º do art. 3º da Circ. 3.644/13. 1 - coobrigações e demais modalidades de retenção de riscos e benefícios decorrentes de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que permaneçam registrados no ativo da instituição, nos termos da regulamentação em vigor; 2 - as cotas de fundos, inclusive Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, decorrentes de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que permaneçam registrados no ativo da instituição, nos termos da regulamentação em vigor, na proporção entre o montante dos ativos transferidos que permaneçam registrados no ativo da instituição e o valor total dos ativos do fundo; 3 - Valores registrados na contabilidade referentes a Derivativos de Crédito – Risco Transferido.
5	Não Exposição por Não Representar Risco de Crédito	Valores registrados na contabilidade que não representem risco de crédito em rubricas nas quais também sejam registrados valores representativos de risco de crédito.

- TABELA 013 define o valor do parâmetro para a informação relativa ao fato de a instituição ter passado por processo de fusão, cisão, incorporação e ou inclusão ou exclusão de instituição de conglomerado financeiro no período base de cálculo do Risco Operacional (6 semestres finalizados)

TABELA 013 – INFORMAÇÃO SOBRE FUSÃO, CISÃO E OU INCORPORAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
S	SIM
N	NÃO

- TABELA 014 define o valor do campo “tipoEnvio” para indicação de que se trata de inclusão ou substituição de documento.

TABELA 014 – INDICADOR DE INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE DOCUMENTO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
I	INCLUSÃO
S	SUBSTITUIÇÃO



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- TABELA 019 define o código atribuível à metodologia utilizada para cálculo da R_{BAN} .

TABELA 019 – METODOLOGIA DE CÁLCULO DA R_{BAN} **

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
99	Não se aplica*
01	VaR – Valor em Risco***
02	Maturity Ladder
03	Economic Value of Equity
04	Earning at Risk
05	Outros

* Válido apenas para as instituições que não possuam operações classificadas na carteira de não negociação e não possuam saldo na conta 890.

** As metodologia indicadas não são exclusivas e também não devem ser entendidas como automaticamente válidas. Devem atender aos requisitos mínimos descritos na Circular 3.365/07, serem adequados para capturar e avaliar os riscos de taxas de juros das operações não incluídas na carteira de negociação e demonstrarem ser consistentes, passíveis de verificação, documentados e estáveis ao longo do tempo.

*** Esta metodologia possui restrições relativamente ao período de observação. O VaR de 10 dias, conforme metodologia padronizada para a P_{JUR1} , não é considerada metodologia válida para avaliar os riscos de taxas de juros das operações não incluídas na carteira de negociação.

- TABELA 023 Indicador de opção por exclusão total ou parcial da participação de não controladores.

TABELA 023 – INDICADOR DE EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
P	PARCIAL
T	TOTAL
N	NÃO POSSUI PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES EM SUBSIDIÁRIAS DO CONGLOMERADO, OU NÃO POSSUI SUBSIDIÁRIAS

Tabelas do auxiliares

- TABELA 015 define o valor do parâmetro representativo do fator de ponderação “beta” para a Abordagem Padronizada Alternativa.

TABELA 015 - FATOR DE PONDERAÇÃO APLICADO À LINHA DE NEGÓCIO (BETA)

(BETA)	LINHA DE NEGÓCIO	CONTA DLO
0,12	Varejo	872.XX.02
0,12	Administração de Ativos	872.XX.11
0,12	Corretagem de Varejo	872.XX.12
0,15	Varejo/Comercial	873.XX.01
0,15	Comercial	872.XX.03
0,15	Serviços de Agente Financeiro	872.XX.10
0,18	Demais	873.XX.13
0,18	Finanças Corporativas	872.XX.07
0,18	Negociação e Vendas	872.XX.08
0,18	Pagamentos e Liquidações	872.XX.09



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- TABELA 016 define os subgrupos das contas de detalhamento da apuração do Risco Operacional, representativos de períodos anuais.

TABELA 016 - PERÍODO ANUAL

SUBGRUPO	PERÍODO	DESCRIÇÃO (exemplos - supõe-se a data-base de set/2008)
10	T-3	T-3 – Período de dois semestres anteriores a T-2 (Ex.: jul-dez/2005 e jan-jun/2006).
20	T-2	T-2 – Período de dois semestres anteriores a T-1 (Ex.: jul-dez/2006 e jan-jun/2007);
30	T-1	T-1 – Período de dois semestres findos e anteriores a Data-Base de Apuração (Ex.: jul-dez/2007 e jan-jun/2008);

- TABELA 017 define os desdobramentos dos subgrupos das contas de detalhamento da apuração do Risco Operacional, representativos das linhas de negócios.

TABELA 017 – LINHAS DE NEGÓCIOS RWA_{OPR}

DESDOBRAMENTO	DESCRIÇÃO
00	Não se Aplica, a ser utilizado nas contas do grupo 871, caso em que a apuração do RWA_{OPAD} , não se baseia nas linhas de negócios.
01	IAE – Varejo/Comercial, passível de utilização nas contas do grupo 873.
02	IAE – Varejo, passível de utilização em conta do grupo 872.
03	IAE – Comercial, passível de utilização em conta do grupo 872
04	IAE – DEMAIS, passível de utilização em contas do grupo 872 e 873. Referem-se às operações não enquadradas nas linhas varejo e comercial, ou associadas a alguma das linhas de negócio definidas nos códigos 07 a 12 desta tabela. O saldo das contas em que se deve informar este detalhamento é ZERO, no entanto deve-se informar o valor do elemento para fins de batimento de informações.
05	IE – Varejo/Comercial, passível de utilização em conta do grupo 872 e 873. O valor aqui informado não é considerado no cálculo do Risco Operacional, sendo informado para batimento das informações. De forma que a soma desses valores com os valores das demais linhas de negócio venha a corresponder o total previsto para Receita de Intermediação Financeira, Receita de Prestação de Serviço, Despesas de Intermediação Financeira e Ganhos ou Perdas na Alienação de Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação, como definidos na Carta-Circular 3.316/08.
07	IE – Finanças Corporativas, passível de utilização em conta do grupo 872.
08	IE – Negociação e Vendas, passível de utilização em conta do grupo 872.
09	IE – Pagamentos e Liquidação, passível de utilização em conta do grupo 872.
10	IE – Serviços de Agente Financeiro, passível de utilização em conta do grupo 872.
11	IE – Administração de Ativos, passível de utilização em conta do grupo 872.
12	IE – Corretagem de Varejo, passível de utilização em conta do grupo 872.
13	IE – Demais, passível de utilização em conta do grupo 873. Equivalem a somas das Receitas de Intermediação Financeira, Receitas de Prestação de Serviço, Despesas de Intermediação Financeira e Ganhos ou Perdas na Alienação de Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos não Classificados na Carteira de Negociação, das linhas de negócios descritas para os códigos 7 a 12 acima.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- TABELA 021 define o fator F'' previsto na Circular 3.641/13.

TABELA 021 – FATOR F'' PARA CÁLCULO DA PARCELA RWA_{CAM}

VALOR	DESCRIÇÃO
0,40	Caso a razão EXP/PR seja igual ou inferior a 0,05
0,60	Caso a razão EXP/PR seja igual ou inferior a 0,10
0,80	Caso a razão EXP/PR seja igual ou inferior a 0,15
1,00	Caso a razão EXP/PR seja superior a 0,15

- TABELA 022 define os fatores F do art. 4º da Resolução 4.193/13.

TABELA 022– FATOR F DEFINIDO NO ART. 4º DA RESOLUÇÃO 4.193/13

FATOR	VALIDADE
11%	De 1/10/2013 a 31/12/2015
9,875%	De 1/01/2016 a 31/12/2016
9,25%	De 1/01/2017 a 31/12/2017
8,625%	De 1/01/2018 a 31/12/2018
8%	A partir de 01/01/2019
15%	De 1/10/2013 a 31/12/2015
13,875%	De 1/01/2016 a 31/12/2016
13,25%	De 1/01/2017 a 31/12/2017
12,625%	De 1/01/2018 a 31/12/2018
12%	A partir de 01/01/2019

VI SISTEMA LIMITES – Limites Operacionais

O comunicado 19.275 informa sobre a implantação do serviço Slim600, que viabiliza, na página do Banco Central do Brasil na Internet, no endereço <https://www3.bcb.gov.br/limites>, o acesso ao Sistema LIMITES – Limites operacionais, pelas instituições financeiras. A habilitação para utilização do referido serviço deve ser efetuada por meio das transações PTR700 e PTR800 do Sisbacen, por quem tenha acesso a esse sistema em nome da instituição.

Estarão disponíveis no Sistema Limites os dados relativos aos limites de Imobilização e de Requerimento de Capital relativo ao RWA, referentes às posições informadas por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) a partir da data-base de julho de 2008, inclusive.

Por esse sistema, são disponibilizadas informações complementares às instituições que detalham o documento. Com indicação das contas do DLO, dos elementos associados a essas contas, bem como o domínio desses elementos.

Dúvidas sobre as instruções de preenchimento e envio das informações podem ser encaminhadas pelo endereço eletrônico:
dlo@bcb.gov.br